

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**SIMONE RECHIA**

**PARQUES PÚBLICOS DE CURITIBA:  
A Relação Cidade-Natureza nas Experiências de Lazer**

**CAMPINAS - SP  
DEZEMBRO 2003**

R189 p Rechia, Simone  
Parques públicos de Curitiba: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer/ Simone Rechia. - Campinas, SP: [s.n.], 2003.  
Orientador: Heloisa Turini Bruhns

Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação Física,  
Universidade Estadual de Campinas.

1. Lazer. 2. Planejamento. 3. Parques. 4. Projetos. 5. Espaços públicos. 6. Cultura. 7. Natureza. I. Bruhns, Heloisa T. (Heloisa Turini). II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.



BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Heloisa Turini Bruhns

Membros Titulares:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Márcia Silva

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carmem Lúcia Soares

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Thereza Luchiari

Prof. Dr. Wanderley Marchi Junior

Campinas, 05 de dezembro de 2003.

*Dedicatória*

*Ao San, um anjo amigo que me ensinou tanta coisa  
sobre mim mesma.*

## **Agradecimentos**

*Queridos amigos,*

*Eu consegui! Obrigada. O tempo em que passei envolvida com este grande desafio chegou ao fim. Sou muito grata por tudo que vocês fizeram por mim nesta caminhada.*

*Agradeço com especial carinho:*

*As minhas filhas Camila e Marina pelo amor incondicional.*

*À minha orientadora professora Dr.<sup>a</sup> Heloisa Turini Brunhs pelas grandes lições e desafios*

*À minha irmã Sandra pelo companherismo.*

*Às minhas amigas Rose, Sílvia e Lenita pela amizade sincera.*

*À professora Dr.<sup>a</sup> Carmem Lúcia Soares pela presença marcante em uma fase muito difícil.*

*Ao professor Dr. Antônio Carlos Bramante pelo seu respeito e compreensão.*

*À minha mãe pela sua luta.*

*Ao meu pai pela sua luz.*

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	viii
<b>ABSTRACT</b> .....	ix
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO 1 - CURITIBA: QUE CENÁRIO É ESTE?</b> .....	17
<b>CAPÍTULO 2 - URBANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO: O REPENSAR DO ESPAÇO "CIDADE"</b> .....	35
2.1 NOVOS OLHARES SOBRE A TEMATIZAÇÃO DA CIDADE .....	36
2.2 ESPAÇO E PLANEJAMENTO URBANO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: A BUSCA POR UMA MARCA IDENTITÁRIA .....	49
2.3 A RELAÇÃO ENTRE CIDADE E NATUREZA NO PLANEJAMENTO URBANO .....	62
2.4 A TEMÁTICA AMBIENTAL COMO CONSOLIDAÇÃO DA MARCA IDENTITÁRIA: "CURITIBA, CAPITAL ECOLÓGICA" .....	76
<b>CAPÍTULO 3- CURITIBA E A TRANSFORMAÇÃO DE ÁREAS VERDES EM PARQUES E BOSQUES: A RELAÇÃO ENTRE CIDADE E NATUREZA</b> .....	94
<b>CAPÍTULO 4 - O SIGNIFICADO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS PARA EXPERIÊNCIAS NO ÂMBITO DO LAZER EM CURITIBA</b> .....	129
4.1 A CIDADE E OS USOS DOS PARQUES PÚBLICOS URBANOS .....	133
4.2 PARQUES PÚBLICOS DE CURITIBA: CULTURA E LAZER NA CIDADE .....	142
4.3 A FESTA DO FINAL DE SEMANA NO PARQUE BARIGÜI .....	149
4.4 PARQUES PÚBLICOS DE CURITIBA: O "VALOR DO LUGAR" .....	153
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	173
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	183

## RESUMO

A intenção principal da pesquisa foi problematizar o modelo de parques públicos adotado pela cidade de Curitiba. Buscou-se compreender como esse modelo se insere dentro de uma proposta moderna de planejamento que se configura a partir de projetos urbanísticos, que buscam marcas identitárias, por meio da produção de espaços que associam equipamentos modernos, lazer, cultura e natureza. Tratou-se de realizar uma triangulação entre esse modelo, seu processo de concepção e planejamento e a relação do cidadão curitibano com esses espaços. O estudo partiu da seguinte indagação: por que Curitiba desenvolveu com forma identitária espaços urbanos de lazer centrados no sistema de parques públicos? Para o presente estudo, adotei como procedimento metodológico a etnografia, procurando guiar-me pela análise cultural proposta por GEERTZ (1989). Para tanto, realizei um mapeamento sobre estudos referentes ao modelo de planejamento urbano de Curitiba a partir da década de 70 e uma análise do caso curitibano de parques urbanos por meio de observações sistemáticas e entrevistas semi-estruturadas com usuários do Parque Municipal Barigüi, urbanistas do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) e com pessoas ligadas à Secretaria Municipal do Meio Ambiente e à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Curitiba. Esses procedimentos buscaram abordar alguns aspectos principais relacionados à criação, implantação e apropriação do modelo proposto. Entre outros aspectos evidenciados na pesquisa, pode-se apontar que a criação desses ambientes, além de terem preservado grandes áreas verdes no interior da cidade, evitou a habitação nos fundos de vale, preservou as matas ciliares, e, por meio de seus lagos artificiais, regulou a vazão dos rios que cortam a cidade. Tais espaços oportunizam ainda uma aproximação cotidiana entre sujeito e natureza, pelas experiências no âmbito do lazer e da cultura. Essas experiências são facilitadas em função da localização, dos equipamentos, da infra-estrutura e da acessibilidade dos parques. Observou-se que a dinâmica desses ambientes se efetiva com práticas corporais e lúdicas, que promovem novas formas de se relacionar com a natureza, novas relações sociais, novas maneiras de pensar a vida e um certo "sentimento de pertencimento" à cidade. Um aspecto bastante peculiar entre os habitantes da cidade de Curitiba, evidenciada fortemente nas entrevistas com usuários do Parque Barigüi, é a relação afetiva com a cidade, o que sinaliza a existência de um típico modo de vida coletivo em que está presente uma certa admiração pelos espaços públicos, especialmente os parques. Essa interação entre espaço e cidadão facilitou a adesão da população a essa composição de espaço e, hoje, os parques públicos marcam a identidade da cidade. Diante desses e de alguns outros aspectos, foi possível sustentar o argumento de que o modelo de parques públicos adotado pelo planejamento urbano de Curitiba foi incorporado pelos habitantes da cidade, os quais, com práticas sociais ricas e interessantes, dão vida à marca identitária: "Curitiba cidade dos parques".

## ABSTRACT

The main goal of this project was to the model of public park adopted by the city of Curitiba. It was an attempt to comprehend how this model is based upon urbanistic projects, which seek identity traits, with the production os spaces that combinemodern equipment. Leisure, culture and nature. The study has started from the questioning: why did Curitiba develop as an identity trait centered around a system og urban parks? For this study I have adopted etnoprograph as methodological procedure, having as a guideline the cultural analysys proposition by GEERTZ (1989). For such, I mamapped the studies related to the planning model of Curitiba since the 70's and an analysys of the case of Curitiba and its parks through systematic observation and semi structured interviews with park regulars of Barigui Park, urbanists from the Institute of Research and Urban Planning of Curitiba (IPPUC) and to people related to the City Enviromental Council and the city Council of Sport and Leisure. These procedures aim at approaching some of the main aspectsrelated to the creation, implantation and appropriation of the proposed model. Among other aspects contained in the research, we can highlight thar the creation of such enviroments has, other than guaranteed the preservation of huge native land within the city, prevented settlement in valley areas, preserved the cilliary vegetation and through its artificial lakes it has regulated the discharge of the rivers that run through the city. Such spaces also make possible a daily contact between the individual and nature, through cultural and natural experiences. These experiences are made easy by the localization of the parks, the equipments, the infra structure and the easy access to such parks. It has been noted that the dynamics of these spaces happen through playful physical practices, which promote new ways of relating to nature, new social relations, new ways to face life and a certain feeling of "belonging" to the city. A very peculiar aspect between the citiens of Curitiba, very clearly shown in the interviews, is the affetionate feeling towards the city, signaling the existence of a certain collective way of life in which there is an admiration for the public areas speccially the parks. This interaction between the citizen and the space has facilitated the acceptanceby the people of these spaces and today the public parks are part of the city's identity. Based in these and others aspects it is possible to afirm that the model of public parks adopted by the city of Curitiba and its urban planning department has been incorporated by the city inhabitants, that by the trademark of the city : "Curitiba -The city of parks".



## INTRODUÇÃO

*Os acadêmicos pensam que para dizer as coisas cientificamente é preciso dizê-las com a assepsia de uma sala de cirurgia. Discordo. Sou poeta. Acho que o estilo da linguagem deve comunicar algo do objeto que ela quer comunicar. Quem escreve sobre Mozart de maneira pesada estará traindo Mozart, pois Mozart é leve. Quem escreve sobre humor com o estilo de Kant estará traindo o seu objeto porque o estilo de Kant não tem humor. Quem escreve sobre a beleza com estilo feio a estará traindo, pois um objeto belo exige que se escreva sobre ele com beleza...*

*Rubem Alves (Licere, v.1, n.3, 1998)*

A cidade, como paisagem artificial criada pelo homem, é um mundo de ruas, casas, edifícios, parques, praças, avenidas, num misto entre espaço natural e criado, formada por objetos e imagens, movimentada pela dinâmica entre a vida pública e privada, onde se articulam tempo/espaço, política, trabalho, cultura, consumo, lazer, entre outras dimensões. Portanto, o cotidiano das sociedades urbanas gira em torno de objetos fixos, naturais ou criados, aos quais se aplica o trabalho, cruzado por fluxos de pessoas, produtos, mercadorias e idéias, diversos em volume, intensidade, ritmo, duração e sentido. Desta forma, as grandes cidades contemporâneas constituem-se em um denso espaço, com funções diversas, por meio das quais se estabelecem múltiplas práticas sociais.

Santos (2002) ressalta que as cidades se distinguem umas das outras justamente por objetos fixos e fluxos, os quais conferem significação para os moradores. Sendo assim, para compreender a cidade não apenas como um grande objeto, mas como um modo de vida, faz-se necessário analisar as interfaces entre fixos e fluxos que, combinados, caracterizam cada formação social.

Nesta perspectiva, o estudo que desenvolvo adota como objeto de reflexão os parques públicos da cidade de Curitiba, que representam espaços fixos destinados, entre outras coisas, a vivências no âmbito do lazer. O recorte adotado objetiva destacar a importância desses ambientes para a materialidade urbana da cidade, os quais associam preservação ambiental e experiências de lazer, possibilitando contato direto com a natureza em áreas verdes urbanas e compondo com outros ambientes a imagem da "cidade-modelo"<sup>1</sup>. Esta foi aceita pela população local, e trouxe importantes desdobramentos em nível nacional e internacional nos últimos anos. Ao mesmo tempo, busco identificar as concepções das intervenções urbanas locais referentes a estes espaços e quais as relações estabelecidas com os usos cotidianos no que tange ao lazer e à cultura.

## **A Gênese do Problema**

Presencio há mais de 20 anos o desenvolvimento do planejamento urbano de Curitiba. Quando criança, a rua onde brincava com meus amigos se transformou em uma das chamadas "vias estruturais"<sup>2</sup>, dando início, na década de 70, à grande

---

<sup>1</sup> Para SÁNCHEZ (2003, p.333), o título de "cidade modelo" está relacionado ao processo de legitimação política da cidade em suas diversas fases e "têm outorgado à administração municipal de Curitiba o papel de exportadora de tecnologias urbanísticas, seja no âmbito dos transportes urbanos, do desenho dos espaços públicos ou, mais recentemente, da gestão urbana ambientalmente sustentável. Com efeito, em diversos lugares do Brasil, os governos municipais tentam copiar 'soluções curitibanas' e, na escala internacional, periódicos especializados afirmam que qualquer cidade poderá ser como Curitiba um dia, desde que sejam adotadas as soluções ali implantadas". Uma análise mais aprofundada sobre essa questão encontra-se em sua obra "A reinvenção das cidades: para um mercado mundial".

<sup>2</sup> A implantação do sistema integrado de transporte teve início na década de 70. A opção pelo modelo linear de expansão urbana, ao longo de eixos estruturais viários, previstos pelo Plano Diretor de 1966, foi baseado na integração de uma política de uso do solo, circulação e transporte. Essas vias estruturais foram caracterizadas por eixos formando um sistema trinário, cujas vias têm funções específicas: uma via central, que contém a canaleta para o transporte de massa (ônibus), pistas lentas para atendimento às áreas lindeiras, duas vias externas, paralelas à via central com sentido único de tráfego (bairro-centro-bairro), destinadas ao fluxo contínuo e rápido de veículos. (Dados contidos em **Curitiba na prática**. Curitiba: IPPUC, 2002).

transformação da cidade. Na mesma época, eu e meus irmãos, que estávamos acostumados a ultrapassar cercas de arame farpado as quais delimitavam um conjunto de chácaras de imigrantes italianos, para subir em árvores, soltar pipas, jogar bola, andar de bicicleta, tomar banho de rio, assistimos à transformação dessas áreas verdes em espaços diferenciados que recebiam o nome de "parques públicos"<sup>3</sup>.

Embora esses parques viabilizassem vivências no âmbito do lazer comunitário: churrasqueiras, quadras de esporte, pistas para caminhadas, lagos, lanchonetes, lamentamos tal transformação porque certos espaços se artificializaram, o que de certa maneira gerou um sentimento de perda e exigiu uma (re)adaptação nas formas de uso. Desta forma, passamos a praticar esportes em quadras de cimento, corríamos em pista de *Cooper*, andávamos de bicicleta nas ciclovias, passeávamos nas trilhas determinadas, fazíamos churrasco nos locais predeterminados e tínhamos normas de acesso a alguns espaços.

Mas, com o passar dos anos fomos nos adaptando à nova proposta e nos (re)apropriando dos espaços, adotando as áreas verdes da cidade como lugares especiais. Hoje, costumo freqüentá-los cotidianamente. Quando recebo amigos de outras cidades, tenho prazer em levá-los aos parques como se fossem o jardim de minha casa.

Desta forma, aos poucos fui assistindo a uma metamorfose da cidade. Na adolescência, não compreendia muito bem o processo dessas mudanças, pois vivíamos em uma época de repressão política, e todas as iniciativas eram simplesmente comunicadas aos moradores.

---

<sup>3</sup> SALDANHA (1993, p.13-14) aponta as diferenças entre jardim, praça pública e parques públicos. Para ele, jardim é uma parte do espaço que circunda a casa ou outro tipo de edificação, ou seja, uma parte particular e específica pela posição que ocupa e por suas características. A praça é pensada como um espaço amplo, como uma confluência das ruas, muitas vezes uma interrupção nos blocos edificadas. Um espaço onde em geral se encontram árvores, bancos, eventualmente monumentos e em alguns casos pequenos lagos artificiais. Já parques públicos são espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, e que são destinados à recreação.

Portanto, acompanhei atentamente as transformações que ocorriam, passando a admirar os espaços constituídos e a buscar informações mais precisas a respeito desse processo.

As pessoas costumam chamar os curitibanos de "curitibocas", apelido que pode estar ligado ao jeito acanhado de agir do curitibano, às raízes tradicionais e um pouco conservadoras, reflexos da formação familiar de imigrantes europeus ou, ainda, à maneira um pouco romântica com que defendemos a cidade.

Entretanto, Oliveira<sup>4</sup> (2003) argumenta que essa imagem do curitibano já mudou muito. Nas últimas décadas, o curitibano se atualizou, a cidade adquiriu identidade cultural e a vinda de executivos e empresários ou de outros estados ou de outros países mudou a sua estrutura econômica, antes bastante ligada a empresas de famílias tradicionais locais.

Assim, na contraposição dessa imagem está a transformação do ambiente urbano de Curitiba, marcado por um intenso planejamento que associa entre outras dimensões cultura, lazer e natureza, razão pela qual Curitiba ficou conhecida nacional e internacionalmente. Quando me refiro a Curitiba, as pessoas sempre reagem positivamente: "Que privilégio morar em Curitiba! Sua cidade é linda, planejada e repleta de parques!" Portanto, hoje, os parques públicos da cidade constituem-se em cenários emblemáticos que marcam a identidade da cidade.

Outro fato instigante foi a descoberta, ao entrevistar mulheres curitibanas na faixa etária entre 30 a 50 anos, que quase todas realizavam práticas corporais cotidianas nos parques da cidade sob a justificativa de que tais espaços faziam parte de suas vidas, possibilitando liberdade e contato com a natureza.

---

<sup>4</sup> Dados extraídos da reportagem "a evolução do curitibano", do suplemento do jornal Gazeta do Povo de 20 de março de 2003.

A conexão entre a transformação cultural do curitibano, o reconhecimento nacional e internacional do planejamento urbano de Curitiba centrado em parques urbanos, o perfil peculiar da cultura local e os usos cotidianos desses espaços foram aspectos que passaram a constituir uma nova problemática de pesquisa.

Partindo desses marcos de problematização, busco demonstrar como esta cidade e sua população vêm desenvolvendo e construindo por meio do modelo adotado de parques públicos, uma marca identitária do lugar, isto é, dando forma e legitimando a própria vida desses espaços, por meio de experiências no âmbito do lazer que podem estar servindo de referência para o cidadão curitibano e para outras capitais do país.

Desta forma, este estudo caminha na direção dada pelos objetivos, que buscam situar, numa primeira fase, algumas questões do planejamento urbano da cidade de Curitiba. A partir daí, objetiva compreender quais são as novas maneiras de pensar as cidades na contemporaneidade, verificando quais os paradigmas que hoje sustentam algumas intervenções urbanísticas.

Posteriormente, a intenção é situar dentro desse contexto a cidade de Curitiba, analisando o planejamento local a partir da década de 70, na tentativa de focalizar o modelo adotado de parques públicos da cidade e relatando algumas de suas peculiaridades.

A seguir, o estudo caracterizará os parques públicos da cidade de Curitiba, verificando o que influenciou suas criações, quais as suas características, quais as suas atividades, quais as contradições existentes no espaço, quais as redes mais amplas de relações, quais os conflitos entre usuários e espaço. Por último, por meio de uma análise mais densa do Parque Municipal Barigüi, estabelecer um diálogo que contextualize o modelo adotado e suas ramificações na identidade da cidade.

Levanto a hipótese de que o modelo de espaços públicos adotado por Curitiba e centrado em parques urbanos pode ter sido a princípio desenvolvido sob o ponto de vista de preservação ambiental, mantendo as características próprias do lugar com

aproveitamento da paisagem natural conectando-as a espaços de lazer e cultura. Essa conexão gerou aceitação e a (re)apropriação pela população local, num primeiro momento, tornando-se pontos de encontro e, num segundo, a projeção da cidade no cenário nacional e internacional.

Assim, a investigação que proponho caminha para um estudo de múltiplas interseções, na tentativa de compreender a relação existente entre o modelo adotado dos parques da cidade, seu processo de concepção e planejamento e o cidadão curitibano.

Busco demonstrar como essas dimensões estão sendo tratadas pelas estratégias políticas e como estão sendo vivenciadas pela população local, auxiliando-se e potencializando-se mutuamente, num efeito de sinergia cujo resultado pode ser uma relação diferenciada entre o ambiente construído, a natureza e a cultura para o cidadão que vive nesta cidade.

Além de querer compreender em que dimensões esse modelo influencia o cotidiano da cidade, outras questões secundárias, porém diretamente relacionadas com a problemática central, também serão abordadas, pois são fundamentais para obtenção de concepções mais abrangentes do modelo proposto.

O enfoque da pesquisa está em apontar que os parques públicos constituem, então, uma das faces visíveis da questão urbana de Curitiba, que tem sua gênese em modelos diferenciados de planejamento urbano voltados ao lazer e à cultura.

O estudo aqui apresentado pretende contribuir para essa reflexão uma vez que se insere no macrocampo das Ciências Sociais, na perspectiva de investigar, desenvolver e demonstrar uma hipótese, reconhecendo as vivências no âmbito do lazer como fenômeno experienciado cotidianamente nos grandes centros urbanos. O tema de pesquisa – parques urbanos – será focado, portanto, sob uma ótica interdisciplinar, tendo como elemento de particularidade o interesse pelos espaços públicos de lazer da cidade de Curitiba, nos seus aspectos sociais, culturais e ambientais.

Compreender em que medida essas dimensões estão presentes na sociedade contemporânea parece elucidar aquilo que Jacobs (2000, p.494) entende como a "relação dos sujeitos com a natureza nas grandes cidades".

O presente estudo busca realizar metodologicamente um mapeamento e uma análise. Um mapeamento sobre os estudos referentes aos modelos de planejamento urbano onde estão inseridos os espaços públicos e suas múltiplas interseções entre cultura, lazer e natureza, e uma análise do caso curitibano de parques urbanos com base nas teorias e nos modelos estudados.

Para o mapeamento dessas teorias e desses modelos contribuíram, sobretudo, levantamentos a partir de fontes bibliográficas (livros, artigos e teses) que foram realizados nas bibliotecas de órgãos como o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), a Universidade Livre do Meio Ambiente (UNILIVRE), e em bibliotecas universitárias. Para isso, buscou-se literatura em vários campos que revelou, inclusive, um caráter multidisciplinar da pesquisa ao apoiar-se em fontes de diferentes áreas do conhecimento.

Para a descrição e a análise do caso curitibano, além das fontes bibliográficas produzidas pela Prefeitura Municipal de Curitiba, pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) e por teses relacionadas à temática central desta pesquisa, utilizei, ainda, jornais e revistas; planos, mapas, legislações (documentos impressos); textos; vídeos e informações via Internet (referências eletrônicas). Contribuíram, sobretudo, para o capítulo 3, os levantamentos *in loco* em alguns parques da cidade de Curitiba, por meio de registros fotográficos e observações sistematizadas em um diário de campo.

A escolha do Parque Municipal Barigüi para compor o capítulo 4 como objeto principal de análise foi intencional. A escolha foi sendo definida à medida que o estudo de diversos levantamentos apontou esse parque como um dos espaços mais privilegiados em relação à diversidade de usuários e de formas de apropriação. Identifiquei nesse espaço

muitos focos de práticas simbólicas singulares e pertinentes a essa temática. Também influenciou, para a escolha, a menção freqüente ao parque Barigüi feita por pessoas quando indagadas acerca do conhecimento de alguns parques da cidade. Portanto, os motivos que me levaram a pesquisar esse parque foram: a relação que estabelece com o meio urbano e os usos peculiares que oferece. Entre outros motivos secundários estão: a grande quantidade de equipamentos de lazer disponíveis; sua extensão (um milhão e quatrocentos mil metros quadrados); infra-estrutura (iluminação, estacionamentos, sistema de segurança pública e sanitários), vivências cotidianas da população local; promoção de eventos; localização geográfica privilegiada na cidade, ou seja, num eixo de ligação entre importantes bairros, com várias possibilidades de acesso; lanchonetes, restaurantes; pista de *Cooper*, ciclovias, pavilhão de exposições, entre outros equipamentos. Portanto, constitui-se um parque central, freqüentado por diferentes grupos de pessoas que desfrutam dele de modos distintos.

Para estabelecer uma interface entre a discussão teórica e o campo empírico, utilizei informações a partir de entrevistas realizadas com os envolvidos no planejamento e na gestão de áreas públicas da cidade, bem como entrevistas realizadas com usuários do parque em questão. Os entrevistados da administração pública foram dos setores da prefeitura que trabalham nas Secretarias do Esporte e Lazer, Meio Ambiente, Departamento de Planejamento Urbano e de Parques, e ainda com o prefeito atual da cidade, Cássio Taniguchi, que participa do projeto de implementação de áreas públicas desde 1964, além de urbanistas, arquitetos e técnicos do IPPUC. Os usuários entrevistados foram sendo selecionados por indicações das pessoas no próprio parque.

Para as entrevistas realizadas com a gestão pública, não me baseei em questionário único para todos, uma vez que as informações desejadas diferiam para cada envolvido a ser entrevistado. Elaborei, a partir de um conhecimento prévio sobre o cargo e

a função do entrevistado, um roteiro de entrevista que permitisse um processo de conversação iniciado a partir de determinados temas. Para os usuários, usei um protocolo de entrevista semi-estruturado, com os principais enfoques a serem desenvolvidos.

A partir daí realizei transcrição e análise das entrevistas, selecionando as categorias de análise que subsidiariam as principais temáticas abordadas na pesquisa.

Meu trajeto inicia-se ao listar os parques da cidade e perceber que a partir da década de 70 houve a implantação de um número significativo de espaços dessa natureza e que esse fato imprimiu novas marcas à materialidade urbana curitibana. Esses parques relacionam-se diretamente às atividades de lazer e cultura, suscitando-me a seguinte interrogação: por que Curitiba desenvolveu como forma identitária espaços urbanos de lazer centrados no sistema de parques públicos e não como outras metrópoles brasileiras o sistema de shoppings, parques temáticos ou mesmo bairros típicos com galerias, cafés e restaurantes?

Nesta direção, Garcia (1996) ressalta que independentemente do tipo ou modelo de espaços públicos adotados pelas cidades, o projeto de modernização do espaço urbano quase sempre incorpora, como valor, a ética e a estética do lazer. Curitiba não está isenta desse processo, mas sim vem acompanhando a maioria das cidades modernas onde os principais espaços públicos se constituem em lugares de sociabilidade, apresentados enquanto espaço-síntese da vida coletiva, os quais, são apropriados sob a égide do lazer, do usufruto circunstancial e do consumo.

Entretanto, o que chama atenção nesta cidade é a estreita vinculação entre os espaços naturais e a cultura local, em que o lazer vivenciado diferencia-se, de certa forma, da perspectiva consumista, circunstancial, funcional, em que o mero entretenimento satisfaz temporariamente as necessidades humanas gerando muitas outras, por meio do consumo de mercadorias. Em Curitiba, percebe-se que o uso dos parques públicos tornou-se uma prática cotidiana vivenciadas em vários pontos da cidade e por diferentes grupos de pessoas. Essas experiências podem estar sustentadas em valores que contemplam de

maneira especial a relação sujeito-natureza, gerando um estilo de vida singular no meio ambiente urbano<sup>5</sup>.

Nesta perspectiva, considero interessante pensar que essas práticas sociais realizadas nos interstícios da vida cotidiana em parques públicos podem significar uma certa "linha de fuga" ao tumultuado meio urbano. Da mesma forma, essas práticas podem possibilitar a aquisição de novos valores humanos os quais diferem-se de meras atividades compensatórias, funcionalistas e consumistas. Elas envolvem pelo menos aparentemente a relação ética com a natureza, o convívio um pouco mais harmonioso com a diferença, a autonomia e a vivência com a cultura local. Neste sentido Villaverde (1999, p.127) ressalta:

A realidade dos espaços da cidade, especialmente os de lazer ao ar livre, parecem não escapar à lógica da cultura de consumo [...], mas talvez seja possível experimentar nesses espaços públicos uma relação mais aproximada com outros elementos da natureza e com uma considerável diversidade de práticas culturais, podendo aí ser encontrados elementos para uma outra perspectiva na vivência do lazer.

O projeto de modernização de Curitiba a partir da década de 70 não só potencializou a criação de parques como implementou programas culturais adicionais<sup>6</sup>, com o fim de conferir vitalidade a esses lugares enquanto pontos de encontros dos curitibanos. Alguns fatores indicam que a comunidade incorporou tal processo e, hoje, os parques públicos compõem a vida cotidiana da cidade.

---

<sup>5</sup> Partirei do conceito de "meio ambiente urbano" definido como "conjunto das edificações, com suas características construtivas, sua história e memória, seus espaços segregados, a infra-estrutura e os equipamentos de consumo coletivo". (RODRIGUES, 1998, p.104).

<sup>6</sup> Esses programas culturais adicionais elaborados pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), datam de 1968, complementados por outros dois, de 1973 e de 1974, que derivavam do Plano Preliminar de Urbanismo, constituindo-se em uma plataforma teórica para a política de implantação e apropriação de áreas verdes para o lazer em Curitiba, ou seja, um conjunto de determinações com caráter normativo, cientificamente embasadas, alçadas previamente ao processo conceptivo desses espaços. (MATIELLO, 2001).

Portanto, a criação de um conjunto de parques com certa coerência arquitetônica, ou seja, um estilo padronizado de conceber espaços dessa natureza gerou, num primeiro momento, um ambiente urbano singular, capaz de estabelecer uma espécie de comunicação imediata com a população que pode ter influenciado uma cultura voltada a vivências no âmbito do lazer em ambientes naturais. Já num segundo momento, isso se fez pela projeção do mesmo no cenário nacional.

### **A Relação entre Espaços Públicos e a Vida Urbana**

Para compreender a relação entre espaço público e vida urbana partirei da idéia de que os espaços públicos se originam da necessidade de contato, comunicação, organização e troca entre as pessoas, e que a partir deles se estabelece o estreito vínculo entre participação ativa e vida na cidade. Portanto, considero que essa forma de ambiente é o próprio pulsar da vida urbana.

O essencial para esse pulsar é compreender que os espaços públicos das cidades ensaiam a "convivência com aquele que eu não conheço" (NEGT, 2002, p.22), portanto, lugar onde as pessoas podem encontrar-se sem se estranhar pelo fato de serem estranhos, tornando-se espaço privilegiado para manutenção de formas de convívio, de civilidade e de cidadania. Segundo Senett (1997), aquilo que faz uma cidade ser cidade consiste justamente numa forma de tolerância para com o estranho. No entanto, isso pressupõe que os cidadãos aceitem a sua cidade como sua própria '*civitas*', como um contexto próprio de vida, compreendendo e vivendo as possibilidades que a vida pública oferece.

Embora existam processos urbanos onde a vivência no espaço público sofre uma desagregação levando a uma certa privatização, NEGТ (2002, p.23), argumenta

Durante toda a república romana predominou o *ager publicus*, isto é, o domínio territorial comunitário, e os Gracos sempre lutaram pela conservação de um pedaço desse terreno comunitário. Depois vem o *ager privatus* – a privatização. A origem do termo privado, que é derivado do termo *privare* e significa roubar. Roubar de quem? Originalmente se rouba da comunidade suspendendo o seu direito de vida pública. Mas não se pode esquecer que na origem da cidade não está o privado e sim o comunitário.

Para o autor, recuperar essa origem do espaço comunitário não significa ter a ilusão de restabelecer essa realidade. Significa apenas apontar para a essência da idéia de cidade, na tentativa de recuperar a dinâmica e o valor do espaço público, devolvendo-lhe a vitalidade.

Negt (2002, p.22) esclarece que, para tanto, as políticas de intervenção precisam concentrar suas atenções nas cidades, isto é, em "unidades menores sanando suas condições sociais locais".

Talvez este seja um dos caminhos para amenizar problemas urbanos intensificados a partir da urbanização acelerada na década de 1970, quando o censo demográfico apontava uma inversão a favor da supremacia numérica da população urbana em relação ao meio rural, trazendo também, como consequência, algumas situações de conflito e estranhamento<sup>7</sup>, produtos do desencontro entre o sujeito e a cidade. Trata-se na realidade,

Do estranhamento provocado pelas mudanças no uso do espaço, impostas pelas novas funções que os lugares vão assumindo na metrópole moderna, colocando o indivíduo diante de situações mutantes impeditivas de uso-momento em que a cidade se reproduz como exterioridade em relação ao sujeito (CARLOS, 2002, p.329).

---

<sup>7</sup> "Estranhamento é a consequência direta, hoje, do processo de reprodução espacial, que produziu a explosão-implosão. Diante de uma metrópole em que a morfologia urbana muda e se transforma de modo muito rápido, os referenciais dos habitantes, produzidos como condição e produto da prática espacial, modificam-se em outra velocidade, produzindo a sensação de desconhecido e do não identificado. Aqui as marcas da vida de relações (e dos referenciais da vida) tendem a desaparecer, ou a se perder para sempre. A idéia de estranhamento liga-se à idéia de que a atividade produtiva tende a apagar, no capitalismo, seus traços marcando o desencontro entre o sujeito e a obra" (CARLOS, 2002, p.328).

As rápidas mudanças nas formas espaciais dos ambientes urbanos produzem também transformações nos tempos urbanos da vida cotidiana. Essas transformações alteram as relações de vizinhança, os usos e os tempos de apropriação dos espaços públicos, como dos parques, das praças, das ruas. Para Carlos (2002, p.329),

Estas transformações dizem respeito ao desenvolvimento técnico, que alterou radicalmente o processo produtivo e, com isso, as necessidades de circulação das pessoas, mercadorias e informações, bem como aquele do setor financeiro, imobiliário e as políticas do setor público. Nesse processo, a metrópole aparece como quadro funcional, em decorrência do que é planejada.

Instaura-se, assim, o conflito entre dominação do espaço pelo poder público e apropriação do espaço pela comunidade. Isso estabelece, então, novas contradições: abundância e raridade, fragmentação e homogeneização, e sofre influências dos referências urbanos da sociedade, que se constituem no plano global, os quais apontam e marcam:

A relação entre a construção da identidade (sua constituição a partir da vida concreta) e da memória, portanto a destruição destes coloca a identidade cidadão/metrópole em outro plano, agora definido nos limites do mundo da mercadoria. O movimento de generalização da mercadoria-espaço impõe mudanças substanciais ao uso, redefinindo seu sentido, por meio de imposições de mudanças ao modo de apropriação, invadido por normas bem definidas. Na metrópole, as novas necessidades da reprodução econômica impõem-se como ruptura na morfologia. Nesse processo, cria-se o não reconhecimento do habitante com os lugares da vida e com o outro. A morfologia de São Paulo, neste final de século, parece revelar as formas destinadas a expressar o espaço sem espessura – a aparente ausência de traços do passado, assolado pelas formas da modernidade, que agem sobre a constituição da identidade cidadão/cidade, indicando que as novas formas indicam novos conteúdos, novos usos e modos de uso, redefinindo as relações sociais (CARLOS, 2002, p.330).

Esses fatos podem desencadear um refúgio na vida privada, em função dos limites de uso do espaço público que, muitas vezes, geram sentimentos e percepções de segregação, expulsão e exclusão.

Mesmo consciente dos reflexos desses fatos, que podem criar instabilidades e rupturas entre a vida pública e privada, gostaria de ressaltar que a vida dos espaços públicos constituídos nas grandes cidades se mantém e, portanto, depende do significado que a comunidade lhes atribui. Esse significado muitas vezes está relacionado com as formas de apropriação e o uso no plano da vida cotidiana, gerados ao longo do tempo, tornando-se referencial para o lugar. Assim, embora a velocidade das mudanças e das transformações morfológicas que ocorrem no meio urbano, influenciadas pelo plano mundial, possam alterar as singularidades locais, exigindo cada vez mais articulação entre o local-local e o local-global, as cidades conservam uma identidade específica e singular dos espaços, mesmo que tensionadas e limitadas por esse processo, criando uma forma de "resistência teimosa". Nesta direção Certeau (1994, p.41) alerta

Precisamos descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a este processo [...] que procedimentos populares (minúsculos e cotidianos) jogam com estes mecanismos e não se conformam com eles a não ser para alterá-los; enfim, que maneiras de fazer formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou "dominados"?) dos processos mudos que organizam a ordenação sociopolítica [...] essas maneiras de fazer constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural.

Essas "maneiras de fazer" para Certeau (1994), alteram o funcionamento das estruturas tecnocráticas por meio de uma "multiplicidade de táticas articuladas sobre os detalhes do cotidiano", que por meio da criatividade dispersa, tática e bricoladora desenvolvem modos astuciosos de proceder no dia-a-dia, podendo conferir significado aos espaços constituídos.

Assim, torna-se importante perceber que o contexto urbano conflituoso tem uma riqueza: sua própria superação. Alguns sujeitos que vivem nas grandes cidades criam uma sutil "resistência" aos modelos econômicos impostos, em busca de novos valores éticos

que orientem de forma diferenciada a relação do sujeito consigo mesmo, com o outro, com a natureza e com a cidade. Vislumbra-se, portanto, um novo tipo de relação entre espaço-tempo, cidade-cidadão, como resposta a esse processo, o qual pode produzir um novo modo de vida, de ver e de perceber a cidade. Nas cidades, todavia,

Superpõem-se vários tempos em um mesmo espaço – aquele que se transforma e modifica em ritmo rápido e alucinante e aquele que persiste no processo do tempo da vida<sup>8</sup> como diferença. As primeiras vão evidentemente transformar o plano do vivido de modo radical. É o tempo da vida que continua vivo, e esse nos parece um dado importante – apontando para a positividade do processo (CARLOS 2002, p.338).

Nesta direção, gostaria de apontar as vivências no âmbito do lazer em parques públicos urbanos como "tempo da vida", tempo que pode ser diferenciado da velocidade das transformações produzidas no meio urbano, particularmente nas grandes metrópoles. Esses momentos podem ser compreendidos como cambiantes entre o natural e o construído, entre velocidade e lentidão, entre produção e contemplação, nos interstícios da vida cotidiana, revelando no horizonte uma nova articulação entre espaço e tempo, tendo como conseqüência primordial a (re)propriação do espaço público, o que pode possibilitar a reconstrução da vitalidade da cidade. Para De Decca (2002, p.61),

Tanto podemos ver nas atividades de lazer a manutenção das tradições e valores de sociedades anteriores ao capitalismo, como podemos apreendê-los em suas dimensões complementares ao trabalho disciplinado. Assim, o lazer pode ser percebido nos interstícios do sistema de fábrica, como espaços e parcelas de tempo não administrados pelo capitalismo, como pode também, ser visto sob o ângulo da administração do tempo livre complementar ao trabalho organizado oriundo da racionalização moderna do capital. O lazer então pode ser entendido tanto pela ótica da acomodação como pela da resistência à imposição dos modos de vida criados pelo sistema de fábrica. Nessa perspectiva é que se delineiam as estratégias dos sujeitos históricos.

---

<sup>8</sup> Tempo da vida – tempo que se expressa na vida cotidiana (tempo e espaço que medem e determinam as relações sociais (CARLOS, 2002, p.328).

Perceber o espaço/tempo do lazer como uma forma de resistência do indivíduo moderno é compreendê-lo no nível da subjetividade, considerando possível a autonomia dos sujeitos gerada a partir dos interstícios do tempo cronometrado do trabalho na vida cotidiana. Neste sentido, De Decca (2002), analisando as obras de E. P. Thompson e suas contribuições à discussão do lazer das classes trabalhadoras, argumenta o seguinte:

O autor (Thompson) defende a recuperação de costumes de uma sociedade e de uma cultura popular resistentes ao tempo dos relógios. Segundo o autor, essa retomada de antigos valores seria a única alternativa culturalmente estruturada dentro de nossas sociedades e Thompson dá uma ênfase ainda maior às sociedades que não se submeteram por completo à lógica da disciplina do tempo do trabalho. Thompson, ao valorizar o conflito de culturas para a análise do capitalismo, enxerga como alternativa ao tempo abstrato e produtivo dos relógios a retomada em um outro nível histórico dos padrões culturais soterrados pela ideologia da acumulação e do progresso material (DE DECCA, 2002, p.79).

Neste caso, é possível considerar que experiências humanas vivenciadas no tempo-espaço de lazer em ambientes urbanos diferenciados, embora tensionadas pelo mundo do trabalho na sociedade contemporânea, podem significar um importante elo de ligação entre a vida cotidiana e a cultura local, não significando com isso um retrocesso, mas apenas a manutenção de algumas formas de convívio e sociabilidade no cotidiano urbano.

Entender, portanto algumas experiências de lazer como uma possibilidade de resistência significa compreender, segundo Lefebvre (1991), que no interior das práticas de lazer e por meio delas os sujeitos, conscientemente ou não, podem realizar – na extensão de suas possibilidades – a crítica de sua vida cotidiana.

Meu ponto de partida para análise das questões apontadas será a descrição do cenário curitibano, na tentativa de fornecer subsídios para que possamos conhecer com profundidade a realidade de Curitiba, relatando como se efetivou a criação e a implementação do planejamento urbano da cidade e quais os significados a ele imprimidos pelo poder público e pela população local atualmente.

## **CAPÍTULO 1**

### **CURITIBA: QUE CENÁRIO É ESTE?**

Para compreender o modelo dos parques urbanos, adotado por Curitiba, faz-se necessário, antes, compreender o planejamento e a gestão da cidade de Curitiba como um todo, uma vez que esse modelo está inserido dentro de uma proposta de urbanização integrada. Desta forma, este estudo nos leva a fazer uma breve, mas necessária, análise do processo histórico/cultural da cidade.

Curitiba, antes de ser elevada a capital da Província do Paraná, segundo Dudeque (1995, p.119-120), era apenas um agrupamento de casas que pertenciam a moradores das redondezas, ocupadas apenas nos dias de festas cívicas e religiosas. Não tinha mais que dez ruas, irregularmente agrupadas em torno da Praça da Matriz, sem iluminação e com aproximadamente 6.000 habitantes. Situava-se na parte baixa de uma planície. Os contatos com o litoral eram feitos por picadas e a cidade mais próxima nessa direção ficava a quatorze léguas de péssimo caminho.

As primeiras intervenções urbanas aconteceram a partir de 1853, em função da emancipação política do Paraná, quando Curitiba foi obrigada a se preparar para transformar-se na capital da nova Província.

O início do desenvolvimento urbano de Curitiba ocorreu na segunda metade do século XIX com a inauguração da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá Trevisan (1985, p.14) relata que, com esse evento, fatores econômicos e políticos levaram a cidade a receber um grande contingente de imigrantes de origem européia<sup>9</sup>, os quais transformaram o panorama de vários aspectos da construção da Província, ao introduzirem seus costumes e valores culturais, determinando um modo típico e singular de vida entre a população curitibana.

---

<sup>9</sup> Curitiba, ainda no séc. XIX, segundo Trindade (1997), tem um intenso incremento populacional a partir da vinda de imigrantes europeus a começar por alemães, italianos, ucranianos, russos, franceses, austríacos, suíços, holandeses e poloneses, que se estabelecem principalmente na região norte da cidade, alguns constituindo colônias.

Trindade (1997) destaca a importância da cultura desses imigrantes no sentido de difusão de jardins e preservação de bosques. Já Dudeque (1995, p.135) complementa que, também, a partir da inauguração da Ferrovia, Curitiba passou a ter um crescimento constante, ocasionando aumento nas edificações, surgimento de numerosas fábricas, bancos, casas de câmbio, linhas de bonde e uma movimentação diária em frente à estação ferroviária.

Entre todos os técnicos que trabalharam na Ferrovia destacou-se o engenheiro Antonio Ferucci. Formado pela Universidade de Pisa, sua formação e prática profissional coincidiram com a expansão do modelo francês de desenho urbano na Itália. DUDEQUE (1995, p.111) destaca que Paris, reformada, transformou-se na grande capital do século XX. O desenho urbano de Paris, a partir de 1860, foi copiado por outras cidades do mundo. Todas tinham avenidas retas saindo do eixo das estações centrais, como no Bulevar Sebastopol parisiense. Nas suas considerações, o autor diz que as imitações eram feitas por simples cópia, sem os estudos que antecederam as mudanças em Paris. As cópias passaram por falsificações, mas isso não incomodava os copiadores, pois Paris era o símbolo da beleza e da modernidade e isso gerou uma proliferação de objetos de adornos e enfeites descomprometidos com os problemas concretos de cada local. As idéias apresentadas proliferaram de forma tal que poucas cidades deixaram de abrir uma rua em linha reta entre o centro e a estação ferroviária.

Referindo-se aos recursos para reformar as capitais brasileiras, Dudeque (1995, p.114) destaca que estes eram escassos, pois, tal como Paris, essas capitais necessitavam de demolições em série, não sendo suficiente a submissão intelectual parisiense, mas era preciso o investimento de muito dinheiro. Em algumas localidades brasileiras foi possível copiar o modelo francês, trazê-lo e desenhá-lo em terrenos ainda desocupados. Foi o que aconteceu em Curitiba.

As mudanças em Curitiba não dependiam de demolições e por isso começaram, já na década de 1880, com os engenheiros que construíram a Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba, quando o modelo francês foi adotado na íntegra como início do planejamento urbano de Curitiba.

O engenheiro Antonio Ferucci chegou ao Paraná em janeiro de 1880, permanecendo até janeiro de 1882. Seu planejamento incluiu vários itens da construção da Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba e a definição do traçado da estação ferroviária de Curitiba, sua localização e desenho urbano resultante, com a concepção de um projeto que previa ruas retas e grandes perspectivas. O modelo previsto pelos engenheiros para Curitiba concretizou-se a partir da inauguração da Ferrovia, em 1885, mantendo-se até a década de 1950. O parecer técnico de Ferucci determinou a posição da futura estação ferroviária, ou seja, para onde Curitiba deveria crescer. Na vastidão de oitocentos metros era possível a Curitiba moldar seu orgulho em uma rua longa, larga, bem iluminada e pavimentada, de acordo com o modelo parisiense.

O rápido crescimento da população naquele período fez surgir um novo instrumento para a manutenção da ordem da cidade: O Código de Posturas de Curitiba. O Código previa padrões de higiene<sup>10</sup>, aperfeiçoava a estrutura da cidade, estimulando o plantio de árvores nos passeios e estabelecia regras para coleta de lixo. Nesta direção, formalizava aspectos legais que envolviam o desejo de criação de cenários para auto-afirmação da cidade. Regulamentava em minúcias as larguras mínimas das ruas, a uniformização da altura e alinhamento dos prédios, a altura mínima dos pavimentos, a largura e altura de janelas e portas, as proibições de coberturas visíveis da rua. Na complementação da legislação constava uma praça, integrada e próxima ao conjunto de ruas, destinada ao lazer.

---

<sup>10</sup> De acordo com Franco (1997), o movimento higienista desde as suas origens (fins do séc. XVIII) valeu-se da "teoria dos meios". Esta insistia que os males eram advindos da estagnação de todo tipo – água, lixo e homens. Desta forma, planejar a circulação transformou-se em palavra de ordem da engenharia sanitária.

Dudeque (1995) destaca que a partir desse código a concepção urbana sofreu uma transformação total. Se na fundação da cidade as árvores haviam sido afastadas, agora, com o advento das praças e do Passeio Público, elas passam a ser preservadas na cidade. As teorias médicas<sup>11</sup> sobre o bom ar e os gostos paisagísticos ingleses, que Napoleão III havia levado para Paris meio século antes, chegavam a Curitiba. As mudanças sugeriam, segundo Dudeque (1995, p.133), que as pessoas fossem à praça onde estava a igreja, à fonte e ao mercado. Com o novo modelo, as pessoas passavam e passeavam pelas praças, assim como pelo Passeio Público de Curitiba<sup>12</sup>.

A decadência da atividade ervateira e a falta de recursos para grandes obras fizeram com que a administração pública se voltasse para um planejamento urbano diferenciado, buscando racionalizar necessidades e custos. Assim, a história formal da continuidade do planejamento urbano na cidade começa efetivamente em 1943, com o Plano Urbanístico Agache (anexo1), realizado pelo engenheiro francês Alfred Agache. Esse plano estabeleceu diretrizes e normas técnicas para ordenar o crescimento físico, urbano e espacial da cidade, disciplinando o tráfego, organizando as funções urbanas, estabelecendo zoneamento específico para as diversas atividades codificando as edificações a fim de estimular e orientar o desenvolvimento da cidade. Para Trindade (1997, p.44):

O urbanismo de Agache tinha bases no organicismo do séc. XIX. Entendia a cidade como um sistema complexo, dependente do perfeito funcionamento e inter-relação de "órgãos" e funções, requerendo, quando necessário, o estabelecimento de diagnósticos e de terapêuticas às suas disfunções. O desenho deveria atender a determinadas atividades essenciais, ao mesmo tempo em que era identificada a principal função da cidade.

---

<sup>11</sup> Visão sanitária que influenciará o urbanismo do séc. XX, marcada com a idéia de cidades amplas, verdes e de grandes avenidas.

<sup>12</sup> O Passeio Público de Curitiba foi o primeiro parque da cidade e o primeiro espaço imaginado para o lazer do curitibano, inaugurado em 1889. Dados extraídos da edição especial "Curitiba, 310 anos" do jornal Gazeta do Povo, de 20 de abril de 2003.

No plano Agache havia grande destaque para a arborização urbana na área central e preservação das áreas já existentes, bem como projetos de futuros parques, fosse para contemplação ou recreação. Criam-se os parques: Parque Barigüi, Parque do Ahú, Parque do Capanema. Também o desdobramento do plano previu pavimentação e saneamento da cidade. Curitiba viveu nesta época uma fase de "embelezamento" de suas praças e jardins (Trindade, 1994).

Mesmo inovador para a época, o plano Agache não conseguiu prever e contornar todos os problemas urbanos surgidos a seguir. Em 1954, esse plano sofre uma revisão por meio da criação do Departamento Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Em 1965, no "Seminário - Curitiba de Amanhã", realizado pela Prefeitura Municipal de Curitiba, é apresentado à população o Plano Preliminar de Urbanismo, sancionado na forma de Plano Diretor, em 1966. O IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – é criado no mesmo ano, responsabilizando-se pelo desenvolvimento de projetos, implantação e gerenciamento do Plano. Seria dele a tarefa de delinear o mais amplo conjunto de mecanismos que possibilitasse ordenar o processo de desenvolvimento da cidade. Ao órgão fora entregue, assim, a responsabilidade de conciliar tempo e espaços urbanos.

Talvez esta tenha sido uma das iniciativas mais marcantes de Curitiba, porque, a partir do momento em que se instituiu um órgão dessa natureza, o qual contava com uma diversidade de profissionais em seu corpo técnico – principalmente: arquitetos, economistas, engenheiros, pedagogos, sociólogos – privilegiava-se uma concepção integrada de pesquisa e planejamento. Tal concepção considerava globalmente, segundo relatos<sup>13</sup>, aspectos físicos, econômicos, sociais e culturais. Portanto, a idéia de se criar um grupo de acompanhamento foi ponto determinante para a transformação

---

<sup>13</sup> Análises de vários depoimentos de pessoas que constituíram o IPPUC no livro "Memória da Curitiba Urbana", (Curitiba, dezembro de 1990, p.118).

das idéias em ações concretas e permanentes. Formado por profissionais locais (professores universitários e funcionários da prefeitura), o IPPUC tinha lugar garantido para trabalhar, detalhando o Plano Diretor transformando-o em projetos.

Foi possibilitado ao IPPUC manter-se ativo ao longo de vários anos, e quase sempre vinculado à Prefeitura Municipal como órgão de assessoramento, desfrutando de poder, consolidando e dando continuidade ao Plano Diretor com metas de longo prazo, garantindo a continuidade de um projeto urbanístico para a cidade, o que de certa forma o tornou alvo de muitas críticas. Neste sentido, Sánchez (2003, p.165) critica sua criação afirmando que

O que de fato operou no Instituto foi uma linha de planejamento, de corte tecnocrático, funcional ao olhar atento do regime militar dos anos 70. As representações que cercavam o IPPUC o citavam como 'lugar pensante', onde se decide a cidade [...] a análise dessas representações permite vê-las como partes da ideologia valorizadora da tecnocracia, que erigia os quadros técnicos à sua condição de missionários, detentores do conhecimento científico sobre a cidade. Percebe-se aqui a transformação da ideologia em conhecimento estabelecido, em saber, o que na verdade lhe confere legitimidade como instrumento do poder político.

Sánchez (2003, p.156) analisa ainda que a experiência de planejamento urbano e gestão<sup>14</sup> desenvolvida na cidade pelo IPPUC, a qual começou a ser reconhecida pelo governo central como "modelo" nos anos 70, foi pouco explorada em estudos que fugissem do prisma oficial. Entretanto, a autora cita algumas obras<sup>15</sup> que recentemente desenvolveram análises críticas sob diferentes perspectivas. Essas produções inscrevem a experiência urbana de Curitiba como um "modelo hegemônico"

---

<sup>14</sup> A primeira administração do prefeito Jaime Lerner, da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) foi no período de 1971 a 1975. Foi seguido por Saul Raiz (ARENA), 1975-1979, do seu mesmo grupo político. Jaime Lerner foi novamente indicado para prefeitura e governou pela segunda vez a cidade no período de 1979-1982.

<sup>15</sup> As obras citadas por SÁNCHEZ (2003, p.156) são: SANTOS, C. N. F., 1986; NAMUR, 1992; SÁNCHEZ, 1997; MOURA e KLEINKE, 1999; OLIVEIRA, 2000.

desde meados dos anos 60, o qual perdeu espaço apenas por alguns anos na década de 80, em função das gestões de oposição do PMDB, de 1983 a 1989, mas que voltou a ter hegemonia política durante os anos 90. Para Sánchez (2003), as perspectivas dos autores desses estudos, que se contrapõem aos elencados pela mitificada retórica oficial do sucesso, dão emergência a um conjunto de fatores explicativos do alcance do projeto. A autora resume esses fatores em quatro itens:

(a) A construção de uma coalizão de interesses das elites empresariais e políticas em torno do projeto de cidade; (b) A construção de um arcabouço institucional orientado à implementação do plano e viabilizado pela identificação desse e de seus principais atores como o ideário desenvolvimentista e tecnocrático do governo central autoritário nas décadas de 60 e 70; (c) A articulação entre política, cultura, mídia e planejamento para a construção de uma imagem de cidade modelo, com a difusão dessa imagem em escalas variadas por meio do *city marketing*; e (d) A identidade desse projeto com o ideário associado a uma agenda global para as cidades, difundida nos anos 90 pelas agências multilaterais em escala internacional.

Neste sentido, a história associada ao projeto de urbanização indica que, para conquistar a hegemonia política, foi necessário atender aos interesses das elites empresariais, as quais possibilitaram a materialização do Plano Diretor em meados dos anos 60, pois sustentavam o projeto político de reestruturação urbana. Gostaria de ressaltar que a questão política da cidade, principalmente as questões que envolvem o período "lernista"<sup>16</sup> e os governos de oposição, merece um exame mais detido que, entretanto, foge dos limites desta pesquisa.

Dudeque (1995) em uma discussão histórica do projeto de cidade analisa que, a partir de 1970, Curitiba foi realmente reinventada e aponta esta década como um marco de suas inovações urbanísticas. Portanto, nesta época muitas transformações

---

<sup>16</sup> O termo "lernista" é utilizado por SÁNCHEZ (2003, p.161) e refere-se não apenas às gestões de Jaime Lerner, com também àquelas de seus seguidores nos anos 90, dos prefeitos Rafael Greca (1993-1996) e Cássio Taniguchi (1997-2000 e 2001-2004), ambos da mesma orientação política de Lerner

aconteciam na cidade através do desenvolvimento do Plano Diretor, discutido e implementado pelo IPPUC. Vejamos o que o prefeito da cidade, Cassio Taniguchi<sup>17</sup>, diz a respeito disso:

*"A década de 70 imprime ao IPPUC importância ainda maior. As diretrizes do planejamento urbano de Curitiba passavam do plano das idéias para o plano das ações[...] era preciso perseguir o próprio desenho da cidade; sondar aspirações da população e transformá-las em projetos; executar tais projetos e, às vezes, até mesmo gerenciar a execução de alguns deles".*

Como se pode constatar neste depoimento, é a partir daí que Curitiba desfrutou da mais profunda transformação física, econômico-social e cultural de sua história<sup>18</sup>. A transformação física deu-se por meio de eixos denominados estruturais, os quais buscavam propiciar novas alternativas para habitação em alta densidade, estimular o comércio de médio porte e incrementar a prestação de serviços, além de permitir a implantação de um sistema de transporte de massa adaptável ao progressivo adensamento.

Já com a transformação econômica, em 1974, o projeto da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) iniciou uma nova fase a este município, promovendo a atração de investimentos na área industrial e priorizando a instalação de indústrias não poluentes. A grande preocupação dos urbanistas, ao implantar a CIC, foi a de evitar a criação de um distrito segregado, mas sim uma área integrada aos eixos estruturais e, portanto, à totalidade da cidade.

A transformação social ocorreu por meio de programas e investimentos que permitiram o crescimento da renda coletiva da população e contribuíram para amenizar os efeitos da concentração de renda. Os investimentos públicos em escolas, centros de saúde, projetos de assistência à infância e ao adolescente e programas de abastecimento e habitação deram início à rede de promoção social da Cidade.

---

<sup>17</sup> Entrevista com o prefeito atual da cidade de Curitiba, Cássio Taniguchi, em março de 2003.

<sup>18</sup> Dados internacionais de catalogação na publicação Curitiba. Prefeitura Municipal de Curitiba, Curitibaana prática. Curitiba: IPPUC, 2002.

A transformação cultural talvez tenha sido mais um dos aspectos significativos dessa fase. Ela teve início com a promoção paulatina de uma identidade própria para a cidade, fundamentada em referenciais urbanos. Os instrumentos inicialmente utilizados buscavam a revitalização dos setores históricos e tradicionais da cidade e a apropriação de parques públicos por meio de um programa cultural que conectava lazer e cultura.

A Fundação Cultural de Curitiba (FCC), criada em 1973, foi a primeira instituição do gênero no Brasil. Concebida como instrumento para o desenvolvimento urbano-cultural integrado à cidade, sua concepção foi calcada nos seguintes objetivos: estímulo às artes e à criatividade, ao estudo da memória da cidade, à descentralização da cultura (programas em bairros), à animação da cidade<sup>19</sup> (planos de recreação) e à preservação do patrimônio histórico. A FCC atuava de maneira a incrementar a animação dos recém-criados espaços públicos no município, na busca de uma identidade para a cidade e seus moradores.

Para atingir tais metas, tratava-se de potencializar a preservação do patrimônio histórico e cultural. São exemplos destas iniciativas: a revitalização do setor histórico da cidade com a recuperação do espaço de maior concentração de casarões do final do século XIX e início do XX; a criação da rua XV, primeiro calçadão de pedestres do país, conhecido como Rua das Flores; reciclagem e restauração de cenários tradicionais que passam a se constituir como novos espaços culturais na cidade: um paiol de pólvora transforma-se no Teatro Paiol; uma fábrica de cola transformava-se no Centro de Criatividade de Curitiba, e um quartel general passava a ser a sede da Fundação Cultural de Curitiba.

---

<sup>19</sup> Derivados do Plano Preliminar de Urbanismo, os planos de recreação surgiram como políticas específicas desenvolvidas com a participação do IPPUC, e que norteariam algumas ações dos Departamentos responsáveis. Constituíam-se em uma plataforma teórica para a política de implantação de áreas verdes para o lazer cultural em Curitiba.

Para garantir a integridade da cidade, alguns projetos mais recentes, tais como "Rua 24 horas", "Arcadas do Pelourinho" e "Cores da Cidade", buscam revitalizar importantes sítios históricos e áreas centrais. Pedreiras desativadas foram transformadas em teatros, espaços culturais e parques, como a Ópera de Arame e a Pedreira Paulo Leminski.

Em homenagem aos imigrantes responsáveis pela formação da população de Curitiba, foram criados vários bosques e portais, com objetivo de resgatar e preservar essas culturas. Esse é o caso do Memorial ucraniano, do Bosque Alemão, da Praça do Japão, do Bosque do Papa, do Parque Italiano e do Bosque de Portugal. Todos esses espaços foram criados como forma de atrair a população a participar da nova visão que tomava conta da cidade.

Sánchez (1997, p.63), ao analisar a criação acelerada de novos espaços de cultura e lazer da cidade, pondera o seguinte:

A associação da modernidade com o tempo - o ritmo frenético com que as novas opções vão surgindo sugere a sua leitura enquanto produtos de consumo descartáveis, ao contrário de espaços públicos sedimentados enquanto 'lugares'. Mal é inaugurado e apropriado um novo espaço cultural, outros começam a ser anunciados. A velocidade na construção e inauguração de cada obra torna-se, também, um recurso recorrente utilizado na elaboração da nova imagem.

Entretanto, gostaria de ressaltar que nenhum espaço dessa natureza pôde ser tão fechado a ponto de reprimir totalmente a diversidade, o diferente, o não determinado. Acredito que ambientes planejados para potencializar o lazer e a cultura possam ser transformados em "lugares" pela própria comunidade, a qual lhes confere valor e significado por meio de seus usos e práticas. Tal fato pode possibilitar uma certa "atividade subversiva", que indica uma possível fuga da passividade, sempre a espera para ocupar as brechas da vida cotidiana. Como salienta Lefebvre (1998), citado por Sánchez (2003, p.91), "o espaço do lazer também pode significar uma tendência e uma tensão, uma transgressão de uso que procura sua via para superar as separações:

aquela do social e do mental, aquela do sensível e do intelectual, como aquela do cotidiano e do extraordinário (da festa)".

Neste sentido, estamos diante da tensão entre produção de espaço e suas práticas, onde se encontram tanto forças políticas para a promoção das cidades, quanto forças sociais para a apropriação dos espaços. Demonstra-se assim que estas dimensões estão em permanente dinâmica, sendo necessário considerar o seu caráter dialético para compreendê-las.

Para Certeau (1994, p.51), não se pode entender as práticas – em nosso caso as vivências de lazer em parques públicos – considerando preponderantemente o espaço como um lugar de estratificação e nem tampouco baseando-se na idéia da construção de comportamentos previsíveis. É preciso recorrer "sobretudo às práticas de espaço, às maneiras de freqüentar um lugar", compreendendo-os como processos complexos, em que há uma diversidade de interesses e escolhas.

Portanto, não pretendo realizar uma interpretação romântica das vivências de lazer nos parques de Curitiba, como se os sujeitos estivessem livres das ações políticas locais, as quais podem pretendem reger a vida social da cidade. O que busco indicar são as maneiras de viver esses espaços. Para Certeau (1994, p.35), essas maneiras são "os pontos de referência entre os quais se desenrola a ação". Minha preocupação concentra-se em narrar "práticas comuns", interrogando as diferentes formas pelas quais os usuários experienciam os parques, contrariando talvez a idéia de que estejam entregues à passividade<sup>20</sup>.

Responsável pela promoção, desenvolvimento e integração cultural da cidade, a FCC dispõe hoje de uma infra-estrutura constituída por mais de 100 unidades<sup>21</sup>, entre

---

<sup>20</sup> CERTEAU (1994, p.37) contrapõe-se a idéia do atomismo social, que "para análise da sociedade supõe uma unidade elementar, o indivíduo, a partir da qual seriam compostos os grupos e à qual sempre seria possível reduzi-los.

<sup>21</sup> Dados extraídos da série "Curitiba 310 anos – A história que nunca foi contada". Suplemento do Jornal Gazeta do Povo, abril de 2003.

as quais se destacam bibliotecas, museus, teatros, cinemas, além do Memorial de Curitiba, do Solar do Barão, do Conservatório de Música Popular Brasileira, da Cinemateca, da Casa da Memória, do Centro de Criatividade, da Feira do Poeta, da Gibiteca de Curitiba, Orquestras e Corais, entre outras. Além da criação dos espaços, existe também uma agenda cultural em processo de potencialização. Oficinas de música, festival de teatro, bienal de fotografia e companhias de balé atuantes, como a do Teatro Guaíra, alimentam uma programação cultural durante todo o ano.

Embora exista uma política cultural bastante intensa na cidade, vale ressaltar que existem muitos problemas a serem sanados pelo poder público e privado no que tange à infra-estrutura desses espaços. Em matéria divulgada no jornal Gazeta do Povo<sup>22</sup>, são apresentadas pelos consumidores uma série de pontos negativos com relação à infra-estrutura de teatros e cinemas, entre os quais estão: programas de espetáculo que não chegam a tempo aos teatros, casas de espetáculos e alguns cinemas que não dispõem de lugares como lanchonetes e portanto não oferecem um ambiente agradável e estimulante ao convívio social e descontraído durante os intervalos, assim como a falta de cinemas para atender à demanda local ocasionando extensas filas.

A pesquisa aponta que a principal causa desses problemas é a falta de investimentos públicos e privados em infra-estrutura. Tal fato acaba por sucatear grande parte dos equipamentos colocados à disposição dos curitibanos.

Mesmo diante desses problemas a transformação cultural da cidade iniciada nos anos 70 segue desenvolvendo um intenso e ininterrupto processo voltado à promoção de uma identidade cultural e de referenciais urbanos para o cidadão. Esse processo pode estar contribuindo para despertar um sentimento de pertencer à cidade,

---

<sup>22</sup> Jornal Gazeta do Povo de 12 de outubro de 2003, suplemento do "caderno G", matéria intitulada "Consumidores de cultura apontam falhas no atendimento".

estabelecendo uma cumplicidade entre esta e seus moradores. Entretanto, Sánchez (1997, p.75) procura chamar atenção para os possíveis impactos de uma imagem filtrada da realidade urbana com fortes incentivos à uniformização.

É neste sentido que a imagem urbana construída e veiculada parece criar um campo dentro do qual é preciso mover-se. Para Sánchez (1997, p.75)

entender como as pessoas se movem neste campo, como criam e recriam seus sistemas de representação constitui-se em desafio que, certamente, poderá contribuir para a emergência da desejável pluralidade de leituras do lugar vivido.

Embora essas questões apontem aspectos significativos, Curitiba vem, como toda grande metrópole, crescendo muito. Nos anos 90, a taxa média de crescimento populacional de Curitiba ultrapassava a marca de 2% e a das cidades da região metropolitana chegava a índices de até 10%. Migrar da faixa de até 1 milhão para 1,6 milhão de habitantes, só no município, foi rápido.

O impacto desse crescimento sobre os serviços públicos e a qualidade de vida não foi pequeno, exigindo que Curitiba planeje cada vez mais seu crescimento, principalmente para ocupação grandes áreas urbanizadas ao sul da cidade, ampliando o número de creches, escolas, unidades de saúde e de programas sociais. A cidade conta hoje com a integração do sistema de transporte<sup>23</sup>, que inclui a região metropolitana, e é conhecido nacional e internacionalmente. Em muitos lugares da cidade, o trânsito, apoiado em amplas e longas avenidas estruturais que cortam a cidade de norte a sul, de leste a oeste, está caótico em função do número cada vez maior de veículos. Os engarrafamentos

---

<sup>23</sup> Embora o sistema de transporte seja reconhecido nacional e internacionalmente pela sua eficiência, algumas questões políticas, ainda, apresentam problemas. SÁNCHEZ (2003, p.178) ao analisar as políticas de transporte urbano de Curitiba faz uma crítica severa ao afirmar que "um único grupo empresarial controla a metade do transporte coletivo da cidade". A autora considera que se trata de um verdadeiro "oligopólio" da economia urbana, praticamente intocado, há mais de 30 anos, pela política de transportes desenvolvida com a implantação do Plano Diretor. Portanto, evidencia-se uma contradição entre a difundida "revolução na área de transporte coletivo de Curitiba, desencadeada pelo plano e a submissão da administração pública aos interesses do ramo dos transportes".

chegaram, o trânsito agora tem hora para ficar lento, mas mesmo diante de tais dificuldades ainda está muito longe das longas horas de trânsito de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. A violência, em toda o município de Curitiba, não ficou para trás, e hoje é bastante acentuado o crescimento dos registros policiais.

Uma pesquisa<sup>24</sup> realizada pelo instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), junto com o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), aponta Curitiba como "a melhor capital do Brasil, pelo Índice de Condições de Vida – ICV". De acordo com o estudo, a capital tem o menor percentual de pobres (9,8%), e de crianças que não freqüentam a escola (4,1%), dois índices considerados decisivos para "medir a qualidade de vida". Entretanto, Sánchez (2003, p.188-189) relativiza essa questão apontando que houve um violento processo de urbanização da grande Curitiba e uma expansão da mancha urbana, que vai além dos limites administrativos municipais, aos quais, porém, está restrita a pesquisa do ICV. Para a autora:

Na perspectiva crítica, a menor porcentagem de pobres nos limites do Município, por exemplo, evidencia processos de apartação social, de segregação das populações pobres para os municípios vizinhos da Região Metropolitana de Curitiba. De fato, em Curitiba e na RMC não há programas habitacionais de baixa renda associados a programas extensivos de saneamento básico em áreas ambientalmente frágeis, já ocupadas. Entretanto, as políticas sociais não têm abrangência metropolitana e, no que diz respeito ao enfrentamento da pobreza e da desigualdade, nos 308 anos da cidade ainda existem muitos desafios.

Neste sentido, observamos que no espaço metropolitano de Curitiba existem muitas contradições, as quais demonstram que o modelo de planejamento e os equipamentos urbanos ainda não estão disponíveis para todos<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> Pesquisa divulgada no Jornal Gazeta do Povo, 29 mar. 2001.

<sup>25</sup> Curitiba tem 122 favelas e a prefeitura, em pesquisa recente, aponta 262 bolsões de pobreza. Portanto, ocupa o 5.º lugar dentre os municípios brasileiros com maior número de favelas, superada apenas por São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza e Guarulhos (IBGE, 2000 e IPPUC/ PMC, 2000).

Outro dado interessante é a transformação da cidade em pólo de prestação de serviços. Na década de 90, o setor triplicou a movimentação financeira, passando de R\$ 1,5 milhão a R\$ 4,5 milhões, com novos hotéis, restaurantes, escolas, bancos, seguradoras. Segundo Sánchez (2003, p.194), dentro desse setor "o ramo do turismo é um dos que mais cresce, com a participação, em 2000, de 5% no PIB da cidade e com uma ampliação de 50% no número de leitos na rede hoteleira".

Neste sentido, novas atividades comerciais e de serviços vêm se desenvolvendo, voltadas para uma população que representa um enorme potencial de consumo, estimado em 7,5 bilhões de dólares e registra uma renda *per capita* anual de 5.200 dólares. Isto representa quase o dobro da média nacional<sup>26</sup>.

Sánchez (2003, p.194) afirma que a maior parte dos domicílios de Curitiba, cerca de 42% do total, concentra-se nas classes A e B. Já nas classes D e E estão 22,9% das residências. Na visão crítica da autora, "esse breve perfil dos consumidores no município – pólo, além da localização privilegiada da cidade relativa aos circuitos do Mercosul e aos grandes centros urbanos do país, servem para compreender o processo atual de reestruturação do mercado de atividades, voltada, sobretudo, para as camadas médias, com a atração de firmas estrangeiras e nacionais em Curitiba".

Diante do cenário que caracteriza a Curitiba de hoje, com novas linhas arquitetônicas e estéticas, novas indústrias<sup>27</sup>, novas formas de comércio, novas propostas culturais e de lazer, novas contradições e conflitos entre poder público e comunidade, os limites foram sendo reduzidos, as fronteiras se aproximaram, dando espaço à criação de uma cidade com práticas urbanas simbólicas, as quais se

---

<sup>26</sup> IBGE, IPARDES, 2002.

<sup>27</sup> SÁNCHEZ (2003, p.175) ressalta que a "política urbana de atração de indústrias implicou também a concessão de generosos subsídios para atrair os novos investimentos[...] Esse claro e vultuoso subsídio à instalação de empresas gerou enorme dívida no Município existente até hoje [...] resultando na transferência do ônus para os contribuintes, com aumento das tarifas de água, luz e telefone".

diferenciam em algumas dimensões de outras capitais do país. De acordo com o depoimento de Fernando Canalli<sup>28</sup>

*"Curitiba conseguiu não fazer! O segredo do sucesso do planejamento de Curitiba está no fato de ter preservado uma forma de cidade que transforma e (re)cria, resgatando a cultura local e criando espaços alternativos com muita criatividade e sensibilidade [...], resultando em uma cidade diferente em meio ao processo devastador de urbanização que presenciamos em diversas capitais do país, onde derruba-se tudo e no lugar constroem-se espaços modernos, mas sem densidade, isto é, sem nenhum significado para os seus moradores"*

Gostaria de salientar que Curitiba mesmo diante de grandes transformações urbanas e de grandes problemas e conflitos sociais e políticos manteve uma preocupação com a preservação de suas áreas verdes. Isso fica evidente na fala do arquiteto Luiz Fragomeni<sup>29</sup>, ao discutir algumas particularidades do IPPUC:

*Na época no IPPUC, nós partimos de uma linha do urbanismo modernista que era muito funcional, higienista, que possui um excesso de zoneamento, por exemplo: área dos bancos, dos shoppings, das indústrias [...] logo constatamos que primeiro, isto não era ambientalmente correto, pois gerava a necessidade de deslocamento. Segundo, que tirava um pouco da pluralidade, da multiplicidade, que é o caráter principal da vida urbana [...] Curitiba tinha como meta a transformação estrutural da cidade e neste ponto a ditadura dos transportes imperava no seu planejamento, os eixos que atravessavam a cidade muitas vezes não respeitavam a cultura dos bairros e os compartimentos ambientais, portanto, a partir daí surgiram vários debates que geraram vários projetos. Alguns projetos propunham a transformação de grandes áreas verdes em parques urbanos. Nossa intenção com esses projetos era respeitar um pouco mais esses compartimentos, esses tecidos. Tínhamos uma previsão, uma preocupação maior que era proteger áreas verdes. A idéia é de que: Curitiba estava crescendo rapidamente e aquilo poderia ser consumido. Então existia até do ponto de vista do lazer, uma idéia no IPPUC de criar pontos de encontro: parques públicos, bosques, praças. Era uma idéia boa, que nada mais era do que consolidar os pontos nos bairros como expressão da população, como tradição, como áreas abertas para práticas do lazer comunitário.*

---

<sup>28</sup> Fernando Canalli é arquiteto do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), (entrevista realizada em abril de 2003).

<sup>29</sup> Luiz Fragomeni foi arquiteto e urbanista do IPPUC na década de 70/80. Hoje, é professor do curso de arquitetura e urbanismo da UFPR (entrevista realizada em abril de 2002).

Assim, a partir da implementação de alguns desses projetos institucionalizou-se a tradição curitibana de preservar grandes áreas verdes transformando-as em espaços para a potencialização da cultura local e para o lazer comunitário, além de servir para o desenvolvimento de centros de pesquisa os quais incluem atividades de educação ambiental.

Segundo documentos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA),<sup>30</sup> no que diz respeito aos marcos vegetais, a cidade conta com um total de áreas verdes (públicas e privadas) igual a 77.786.020 m<sup>2</sup>, e de arborização em vias públicas tem mais 3.939.600 m<sup>2</sup>. De um índice inferior a 1 metro quadrado de área verde por habitante no final dos anos 60, atingiu-se 16 metros quadrados por habitante no final de 1974 – índice estipulado como mínimo pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Atualmente, Curitiba apresenta uma área de 49,02 m<sup>2</sup> de área verde por habitante.

Tais fatos têm conferido à cidade de Curitiba um reconhecimento positivo em relação a outras capitais do país, como pode ser visto em algumas considerações da mídia a seu respeito: "A melhor e mais inovadora cidade do país"; "Uma capital que garante a seus cidadãos qualidade de vida"; "Cidade com uma paisagem urbana diferente, devido à expressiva arborização, ao embelezamento de suas praças, bosques e parques" (Veja, 2001). Entretanto, como adverte Sánchez (2003, p.202),

A visibilidade adquirida por esse projeto de cidade, em Curitiba, e a ressonância midiática alcançada em cada nova intervenção são construídas também por meio do acionamento de identidades por oposição. Estas imagens oficiais, as representações positivas sobre Curitiba são balizadas por representações negativas associadas a outras capitais e metrópoles. A ocorrência dessa identidade contrastada parece iluminar a imagem de modelo e fortalecer a síntese 'Brasil viável'.

---

<sup>30</sup> Dados retirados PMC/SMMA- 2002.

Embora essa perspectiva, sob o ponto de vista crítico, possa criar expectativas uniformizadoras, pode-se salientar que mesmo diante desses problemas existem muitas iniciativas promissoras no processo de modernização da cidade. Destaco aqui as políticas de preservação de áreas verdes, a qual inclui a intensa criação de parques e praças em Curitiba a partir dos anos 70, resultado de um planejamento urbano implementado pelo IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) a partir do Plano Diretor da cidade.

É neste sentido que se torna pertinente analisar algumas questões mais amplas referentes aos pressupostos urbanos que estão sustentando tais intervenções. Portanto, no próximo capítulo busco desenvolver uma breve análise a respeito dos novos olhares sobre a tematização da cidade, passando a seguir para a discussão de alguns modelos de planejamento e urbanização contemporâneos. Esse procedimento poderá auxiliar a compreensão do modelo urbanístico adotado por Curitiba para a transformação de grandes áreas verdes em espaços de lazer e cultura.

## CAPÍTULO 2

### URBANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO: O REPENSAR DO ESPAÇO "CIDADE"

Como pensar os parques urbanos sem antes discutir sobre o que é uma cidade? Trata-se de um aglomerado de casas, prédios e empresas? Trata-se de extensas avenidas que recortam bairros e histórias e são previstas para circulação de um número cada vez maior de carros? Trata-se da combinação de poluição sonora e visual, num misto de vozes, buzinas, motores de automóveis, luminosos, propagandas? A resposta poderia ser sim: A cidade é tudo isso. No entanto, a cidade também significa a relação do sujeito consigo mesmo, com o outro e com o lugar<sup>31</sup> onde vive. E os espaços produzidos resultantes dessas relações precisam ser percebidos na sua dimensão humana, ou seja, no que uma cidade e alguns de seus cenários significam para quem nela vive e para quem deles usufrui.

Qualquer que seja a sua escala, a cidade é uma organização viva, dinâmica, com suas diversificadas partes em permanente interação. Motivo pelo qual o estudo sobre as cidades tem sofrido grandes transformações, especialmente nas últimas décadas, não apenas em relação às perspectivas do que é uma cidade, seu papel, sua função, mas também com o surgimento de novos conceitos da dinâmica urbana.

Neste sentido, Carlos (2003, p.13) apresenta os seguintes questionamentos:

O que é pensar a cidade e o urbano hoje? [...] como pensar as contradições do mundo moderno, o que aparece como novo e o que está posto como permanência; como ambos se realizam? Como pensar o que é singular e específico no Brasil e o que se constitui como consequência dos processos mundiais? Como desvendar os conteúdos do processo de urbanização hoje? Qual é o alcance da teoria? O que é um projeto para cidade? Qual é o seu conteúdo e o caminho para sua construção? Onde se gesta? Até que ponto o "ato de planejar a cidade" a partir do estado, de suas necessidades e urgências constrói e dá conteúdo a um projeto para a cidade?

---

<sup>31</sup> Para Milton Santos (1997), "o conceito de lugar induz a uma análise na dimensão da existência, pois se refere a um tratamento do mundo vivido". Para o autor, o lugar expressa relações de ordem objetiva em articulação com relações subjetivas, relações verticais resultado do poder hegemônico, imbricadas com relações horizontais de coexistência e resistência. Daí a força do lugar.

Trata-se de questões instigantes e desafiadoras. Se a construção da problemática urbana tem como ponto de partida a cidade, discute Carlos (2003), ela deve dar conta do fato de que a realidade urbana se generaliza no espaço. Por outro lado, a cidade articula teoria e prática, além de se revelar no plano do vivido e do subjetivo, o qual introduz referenciais, identidades e lutas, revelando a produção social do espaço urbano.

Ao iniciar as primeiras incursões sobre o modelo de parques públicos adotado em Curitiba, deparei-me com uma questão bastante importante: o modelo de planejamento e gestão de parques urbanos e as diversas possibilidades de vivências no âmbito do lazer nesses espaços não é algo que possa ser tomado independentemente de um contexto maior de discussão sobre o planejamento, a gestão e a dinâmica urbana de uma cidade. Portanto, um enfoque é fundamental para essa análise: trata-se de visualizar a forma pela qual a evolução do tratamento da questão urbana vem se desenvolvendo, buscando inserir a discussão sobre o modelo de parques públicos nesse contexto. Assim, torna-se pertinente discorrer um pouco sobre alguns novos olhares sobre a tematização da cidade em diferentes áreas do conhecimento.

## 2.1 NOVOS OLHARES SOBRE A TEMATIZAÇÃO DA CIDADE

Da sociologia, filosofia e antropologia, passando pela história, literatura, arquitetura, engenharia e medicina, a cidade aparece quase sempre como o lugar onde ocorrem a todo instante significativas alterações nas relações do sujeito com o meio em que vive, fato que suscita um movimento das ciências, que é gerador de estudos multidisciplinares na busca pelo entendimento dessas transformações.

A pesquisa urbana no século XX foi profundamente marcada pela influência norte-americana no período entre as duas grandes guerras mundiais, com estudos dirigidos pela Escola de Chicago, sobre os mecanismos de integração e desorganização social nas grandes cidades em períodos de crescimento acentuados Castells (1972).

O pensamento da Escola de Chicago, consolidado na publicação *The City* (1925),<sup>32</sup> que reunia os artigos de Robert Park, R. Mckenzie e Enerst Burgess, tinha como base a questão urbana relacionada com a problemática da cidade, vista como um corpo social específico (costumes e tradições) que segue certas regras de crescimento. Nessa visão, a cidade também é caracterizada por uma determinada densidade de população e um sistema de valores e comportamentos. Para esses autores, a urbanização consiste em um processo organizado a partir de um modelo de interação entre os homens e o meio, como explicitado em Castells (1972). Neste sentido, o crescimento urbano é explicado com base em paradigmas funcionalistas, onde o perfeito equilíbrio entre todas as funções da sociedade urbana permite a manutenção e a recriação de formas diferenciadas de viver.

De acordo com Guiducci (1980), contudo, embora a Escola de Chicago inovasse na forma interacionista de abordagem (homem/espço), os modelos difundidos pelos seus integrantes pecaram pela pouca aplicabilidade, pois não abarcavam o todo da complexidade urbana, sequer dando conta do aspecto estrutural a que se propunham.

Esses modelos e conceitos, embora suplantados há várias décadas no âmbito da teoria urbana, muitas vezes ainda integram o debate em questão. Este é um dos motivos pelos quais as considerações de Santos (1997) sugerem que se busque a análise e a interpretação do tema "cidade" e seus desdobramentos nas recentes preocupações de vários campos do conhecimento com a descoberta de temas-agentes, experiências e temporalidades anteriormente esquecidas. Para Santos (1997, p.57) "com as transformações do mundo, devemos substituir as antigas categorias de análise por outras que dêem conta da explicação do novo e da mudança".

---

<sup>32</sup> Os artigos aos quais me refiro podem ser encontrados em PARK R. E. "A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano". In: VELHO, O. G. (org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p.26-67.

Com vistas a detectar não somente modelos cujos elementos estruturantes e funcionalistas do espaço foram privilegiados – como no caso da Escola de Chicago –, mas também detectar outros campos de conhecimento que se preocupam intensivamente com a relação do espaço-tempo das sociedades contemporâneas, interessa-me, neste momento, destacar os novos olhares com referência à tematização das cidades, envolvendo alguns elementos pertinentes à História, Geografia, Arquitetura, Antropologia e à Sociologia.

Identificamos nessas diversas áreas algo em comum: a cidade é compreendida como "multidimensional", ou seja, reúne as pessoas das mais diversas origens, dos mais diversos níveis de instrução, de condição sócioeconômica, de oportunidades, de escolhas, constituindo-se assim como um rico campo de análise. Desta forma, os estudos sobre a vida urbana ocupam um lugar de destaque no âmbito das ciências humanas os quais consideram a cidade como um espaço que possibilita às pessoas interpretarem de forma diversificada o mundo, o país e o próprio lugar. Neste contexto, a cidade apresenta-se como um ambiente em constante movimento onde perspectivas individuais e coletivas geram situações singulares a serem questionadas suscitando o desejo de interpretar e compreender o cotidiano da vida urbana e sua diversidade.

No Brasil, os estudos sobre as cidades vêm sofrendo mudanças significativas. Nas considerações de Matos (2002, p.33), no passado a cidade era estudada apenas como um elemento de delimitação espacial, com um olhar voltado somente para o aspecto estrutural, não se constituindo em si como objeto, questão e/ou problema. Com as transformações sociais ocorridas nas últimas décadas, no entanto, passa-se a considerar a cidade como questão-urbana.

Sobre a cidade-questão, Matos (2002, p.33) enfatiza que, no Brasil, desde o final do século XIX e o início do século XX, uma das primeiras vias a delinear a cidade enquanto questão foi a higiênico-sanitarista. O olhar médico, conjugado à ação/observação/

transformação do engenheiro e à política de intervenção de um Estado planejador/reformador, pretendia, de todas as formas, tornar uniforme o espaço. Ou seja, o espaço urbano ganha uma qualidade universal, igual e manipulável por meio da racionalidade e da objetividade da ciência, passando a ter função-chave na luta contra o arcaico. Sob esses pressupostos, a cidade caminha em direção ao desejo latente e generalizado de "ser moderna" e aparece como sinônimo de progresso em oposição ao campo.

Gostaria de apontar que um dos equívocos dessa via higiênico-sanitarista foi considerar a sociedade homogênea. Luchiari (2002, p.28) adverte que a sociedade não pode ser entendida e tratada dessa forma, ou seja, como "uma massa homogênea, como uma unidade". Para a autora a sociedade "se expressa por meio de manifestações específicas, determinadas pelo tempo histórico e pelas transformações socioespaciais".

Portanto, vários estudos apontam a impossibilidade do tratamento de questões urbanas somente por meio de mediações técnicas carregadas de vigor e objetividade e carente de substância sociocultural. Há que se considerar, também, a complexidade da vida social, expressa na apropriação do meio e na organização dos territórios. As novas aspirações vividas pelos sujeitos nos grandes centros urbanos e a vivência de novas realidades, torna a cidade, segundo Santos (1997, p.83), "um lugar em que o mundo se move mais e os homens também". Neste intenso movimento, os sujeitos aprendem por meio da co-presença<sup>33</sup> e da simultaneidade a conviver com as diferenças. Na realidade, a co-presença e a simultaneidade passam a marcar substancialmente o urbano.

Neste contexto, para Carlos (2001, p.31), a "metrópole aparece como o lugar de uma superposição de eventos que acontecem ao mesmo tempo em lugares diferentes, além de uma simultaneidade de eventos no mesmo espaço". Tal fato se

---

<sup>33</sup> O conceito de co-presença, de que a sociologia urbana vem se servindo desde seus fundadores, noção realçada por Goffman (1961) e retomada por Giddens (1987), ganha uma nova dimensão quando associada à noção e à realidade geográfica da vizinhança (SANTOS, 1996, p.256).

associa à idéia de que a metrópole estaria em todo lugar, ou ainda, segundo, Cannevacchi (1993, p.32), de que a metrópole está em nós. Para exemplificar, ele diz: "talvez não se possa nunca sair de São Paulo, pois ela está em toda parte". Essa constatação nos remete à reflexão de nossa relação com o mundo, a qual segundo Santos (1997), era local-local e passou a ser local-global.

Para Santos (1996, p.256), a co-presença, simultaneidade e cooperação ligam-se ao território<sup>34</sup> compartilhado que impõe a interdependência como práxis. Nas cidades, esse fenômeno é ainda mais evidente, já que as pessoas tendem a trabalhar conjuntamente para alcançar objetivos coletivos. Quanto maior a cidade, maior e mais significativo será esse fenômeno, mais vasta e densa a co-presença e a simultaneidade e mais necessária será a cooperação. Desta forma, podemos dizer que cada momento da vida da metrópole traz consigo um acúmulo de fatos novos, e cada um deles cria uma série de conseqüências aos sujeitos por meio de múltiplas trocas, gerando diferentes tensões cotidianas.

Com as transformações evidenciadas nesse contexto, as formas de análise são levadas a sofrer atualizações e conexões de forma que dêem conta da explicação do novo e da mudança. Portanto, para pensar seriamente a questão urbana, deve-se aceitar a sua imprescindível natureza multidisciplinar. A geografia deve preocupar-se com as relações presididas pela história corrente. O geógrafo torna-se um empirista<sup>35</sup> e deve considerar a história das relações, dos objetos<sup>36</sup> sobre os quais se dão as ações

---

<sup>34</sup> Contemporaneamente, fala-se em complexidades territoriais, entendendo o território como campo de forças, ou como "teias ou redes de relações sociais". Segundo Souza (1995), "territórios" são no fundo relações sociais projetadas no espaço.

<sup>35</sup> Para Santos (1996, p.162), o conhecimento empírico da simultaneidade dos eventos e o entendimento de sua significação interdependente são fatores determinantes da realização histórica.

<sup>36</sup> Os objetos têm um discurso que vem de sua estrutura e revela sua funcionalidade. É o discurso do uso, mas, também, o da sedução. Invadiu o cotidiano e torna-se presente em todos os lugares onde a modernidade se instala (SANTOS, 1996, p.180-181).

humanas. Estudos em outras áreas, tais como a arquitetura, devem ancorar-se em referenciais antropológicos para pensar a cidade. A arquitetura, que sempre construiu paisagens urbanas e historicamente se preocupou com a estrutura física das cidades, passa a preocupar-se, também, com o patrimônio histórico cultural, com estudos de memória, os usos do espaço, estética, imagens da cidade, entre outros temas.

Considerando-se a relevância dos aspectos abordados até aqui por Santos (1996; 1997; 2000), é possível pensar que a cidade possa ser analisada não apenas como um local arquitetonicamente pensado para alojar pessoas, corpos, empresas, objetos, mas também como um conjunto de representações que formam o tecido urbano em um ambiente que pode ser culturalmente rico, capaz de manter suas tradições e suscitar novos hábitos e idéias. Neste sentido, em diferentes campos do conhecimento há uma maior valorização do cotidiano, da participação comunitária, da cultura, da história, das tradições, da dinâmica dos espaços públicos, do lazer e das inter-relações estabelecidas entre espaços naturais e construídos nas tematizações sobre as cidades.

Vivemos em um mundo onde o tempo da história se acelera e é marcado por mudanças, transformações e destruições, contrastando com outros tempos: os tempos das permanências e da continuação da memória (MATOS, 2002, p.33). Para a autora, essas transformações da contemporaneidade têm motivado também os historiadores a estudos da memória que ampliam as inquietações sobre o cotidiano e favorecem as pesquisas que abordam o urbano. Enfatiza que, embora algumas pesquisas reproduzam o discurso característico das fontes oficiais, que apresentam modelos e planos procurando corrigir, extirpar, estigmatizar as experiências urbanas, os estudos referentes ao cotidiano urbano buscam desvelar um silencioso movimento de resistência contra esse discurso. Matos (2002, p.26) ressalta que:

As abordagens que incorporam a análise do cotidiano têm revelado todo um universo de tensões e movimento, com uma potencialidade de confrontos deixando entrever um mundo onde se multiplicam formas peculiares de resistência/luta, integração, diferenciação, permanência/transformação, onde a mudança não está excluída, mas sim vivenciada de diferentes formas. Assim, não se pode dizer que o cotidiano privilegie o estático, já que tem mostrado toda a potencialidade do cotidiano como espaço de resistência ao processo de dominação.<sup>37</sup>

As pesquisas que focalizam o cotidiano urbano devem atentar para esse processo de constituição da cidade-questão, com estudos que procurem recuperar toda historicidade do processo de modo a pensar a noção de urbano e os conceitos sobre cidades como categorias instáveis, tornando-a questão e objeto de análise.

Nos dias atuais, percebe-se no cotidiano das cidades diferentes tensões urbanas vivenciadas pelos seus habitantes, o que contrasta com alguns estudos anteriormente apresentados a respeito, nos quais a cidade se apresentava como unidade. Essas tensões urbanas surgem na contemporaneidade e acentuam contrastes entre prazer e medo, risco e liberdade, velocidade e lentidão, raridade e abundância, confiança e desconfiança, individualidade e coletividade, delineando cenários cotidianos em constante movimento, por meio da construção de redes simbólicas diferenciadas.

Os novos olhares sobre a tematização da cidade consideram que, embora estejamos envolvidos por essas tensões, as cidades ainda são locais onde se reza, se vive, se observa. Elas ainda são locais onde as pessoas se divertem e misturam laços comunitários e étnicos, criando espaços de sociabilidade e reciprocidade. Velho (1999, p.29) aponta que nesta dinâmica "os indivíduos transitam entre os domínios do trabalho, do lazer, do sagrado, etc., com passagens às vezes quase imperceptíveis, podendo a qualquer momento transitar de um para outro, em função de um código relevante para suas existências".

---

<sup>37</sup> Apesar da alienação inerente à vida cotidiana, é sempre possível a configuração de novas atitudes, já que o cotidiano envolve uma margem de liberdade na qual a própria ordenação da cotidianidade pode se transformar numa ação política (HELLER, citado por MATTOS, 2002, p.26).

Nesta direção, os estudos históricos entendem as cidades como territórios que condicionam múltiplas experiências pessoais e coletivas. Em seu processo de transformação, a cidade tanto pode ser registro como agente histórico. Assim, de acordo com Matos (2002, p.35-36),

A cidade passa a ser objeto de pesquisa, aparecendo como construção problemática, de algo a ser decifrado pelo historiador, que se depara com a multiplicidade de histórias e memórias sobre a cidade, questionando-se sobre: qual cidade? A cidade dos antepassados? A dos heróis e/ou dos vilões? Dos donos do poder de ontem e de hoje? Ou, dependendo da fonte de informação, a cidade dos eruditos e dos historiadores, dos urbanistas/planejadores/tecnocratas? Dos habitantes? Do homem da rua e daquele que com suas mãos a constrói?

Na visão analítica da autora, também a paisagem<sup>38</sup> urbana vai se impondo como documento a ser lido, um texto a ser decifrado, ao que ela denomina: cidade-documento. Segundo a autora, "cabe ao investigador entender esse emaranhado de tempos-espacos e memórias, recuperar as várias camadas e as relações entre elas decifrando seus enigmas, como uma arqueologia social da cidade" (MATOS, 2002, p.35).

No cenário atual, as conceituações sobre a cidade e o lugar que cada cidadão ocupa ou pode ocupar sofrem inúmeras interferências externas e internas. Surge, portanto, a necessidade de analisar a cidade e compreendê-la como uma questão que leva em conta os cidadãos frente aos problemas provocados pelo urbanismo contemporâneo, tendo em vista suas aspirações e suas necessidades. Esse é um dos motivos pelos quais os estudos urbanos reconhecem a pesquisa empírica como elemento indispensável para detectar a constituição das cidades e de suas tensões analisando as transformações por que passaram e como se construíram.

---

<sup>38</sup> Santos (1997) concebe paisagem como a expressão materializada do espaço geográfico, interpretando-a como forma. Para o autor, a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza". Ou, ainda, "a paisagem se dá como conjunto de objetos reais e concretos".

Abordando a cidade sob a ótica da antropologia contemporânea, Fantim (2000, p.25) argumenta que frente às encruzilhadas da história e aos poderosos efeitos da globalização, percebe-se um novo impulso nos estudos da cidade. A cidade aparece como um lugar<sup>39</sup> onde é possível pensar algumas significativas transformações. Intensifica-se a produção de estudos sobre poder local, sobre experiências de cidade, o urbano e suas múltiplas relações; a natureza das cidades passa a ser repensada e os clássicos voltam à cena.

Ressalta a autora que os clássicos nunca deixaram de funcionar como referência, dando como exemplo a tipologia das cidades de Weber e os escritos de Simmel. Deste último, merece destaque especial a sua conhecida formulação acerca da "Metrópole e a vida mental", de 1902, onde chamava atenção para a especificidade da vida social nos grandes centros urbanos surgidos da Revolução Industrial, da formação dos grandes estados nacionais e de um complexo mercado internacional.

O objetivo de Simmel (1902) neste texto era contrastar um estilo de vida metropolitano com o modo de vida tradicional, rural. A grande cidade caracterizar-se-ia, sobretudo, pela grande quantidade e diversidade de estímulos. Isso geraria um "excesso", provocando uma adaptação no nível individual que definiu como atitude *blasé*. Desenvolver-se-ia uma espécie de capa protetora, uma indiferença, como defesa à ameaça de fragmentação. Simmel via na multiplicidade e diferenciação de domínios e níveis de realidade da sociedade moderna um desafio à integridade do sujeito.

Outros autores contemporâneos<sup>40</sup> colocam novas e importantes questões e são citados por Fantim (2000) sobretudo por salientarem o direito do cidadão à cidade;

---

<sup>39</sup> Para Relph apud (SANTOS, 1996, p.124), "os lugares são, eles próprios, expressão atual de experiências e eventos passados e de esperanças no futuro".

<sup>40</sup> Os autores contemporâneos citados por Fantim (2000, p.25) são: Lefebvre (1991); Bernan (1994); Sennett (1997-1998).

a incorporação da discussão das cidades no rastro da modernidade; o surgimento das novas dinâmicas nos grandes centros urbanos, a emergência e o declínio do homem público; as relações entre corpo e cidade, entre outras questões.

As reflexões desses autores, combinadas com a ênfase ao nível local, permitem verificar uma nova tendência que projeta uma profunda articulação entre cidade e cultura. A cidade passa a ser vista, sobretudo, como uma "questão cultural",<sup>41</sup> o que significa que não só a cidade, mas também a cultura têm despertado a atenção de vários campos de pensamento. Entre esses campos, Fantim (2000) aborda os estudos relativos às áreas da arquitetura, da geografia e da literatura.

Referindo-se especificamente à antropologia, enfatiza a autora que o estudo do fenômeno urbano não é muito antigo. Ele emergiu como preocupação de que o outro estava em toda parte e não só nas aldeias. Estava também nas ruas, nas festas, nas fábricas, nos bairros, nos prédios, nas igrejas, etc. A preocupação dos antropólogos motivou a busca pelos cenários, no sentido de revelar-lhes a "face" desses múltiplos "outros".

O grande desafio está em apreender a diversidade cultural e lidar com a complexidade da experiência urbana, especialmente em se tratando de uma pesquisa antropológica, cuja tradição está alicerçada em estudos de sociedades de pequena escala. Como observa Magnani (1996, p.18),

O que importa ao olhar antropológico não é apenas o conhecimento e o registro da diversidade cultural nesse e em outros domínios das práticas culturais, mas também a busca de significados de tais comportamentos: são experiências humanas - de sociabilidade, de trabalho, de entretenimento, de religiosidade – que só aparecem exóticas, estranhas ou até mesmo perigosas quando seu significado é desconhecido. O processo de acercamento e descoberta desse

---

<sup>41</sup> Fantim (2000, p.25) refere-se a um certo deslocamento da ênfase na problemática da nação para a ênfase nos estudos da cidade. Refere-se a Heloísa Buarque de Hollanda, quando observa que: "hoje, certamente, se fala mais de cidade do que de nação. Fala-se mais de cultura carioca, paulista ou pernambucana do que de cultura nacional como até há bem pouco, sintoma que expressa uma certa descentralização da cena cultural que passa a privilegiar a auto-afirmação de expressões multiculturais".

significado pode ser trabalhoso, mas o resultado é enriquecedor: permite conhecer e participar de uma experiência nova, compartilhando-a com aqueles que a vivem como se fosse "natural", posto que se trata de sua cultura.

Importante acrescentar a essas idéias os destaques de Fantim (2000, p.26), quando diz que cabe às pesquisas urbanas enfrentar as novas questões postas pela dinâmica contemporânea no estudo das cidades e das metrópoles, quer seja para analisar a grande diversidade cultural e de estilos de vida, quer seja para analisar a crescente instituição de novas e inusitadas práticas urbanas. Tais aspectos continuam desafiando a compreensão do que é viver na cidade nos dias atuais.

De forma análoga, Mela (1999, p.13-18) argumenta que também cabe à sociologia o estudo das cidades e das metrópoles, com vistas à grande diversidade cultural e de estilos de vida.

Os principais temas de debate da sociologia urbana apresentam grandes interseções com a geografia urbana e regional. Abrangem muitos temas de pesquisa, em especial os relativos à distribuição dos grupos sociais e das atividades no espaço urbano. Dá-se também uma grande proximidade com a antropologia cultural, a etnologia e também com as áreas que se preocupam em estudar os caracteres do folclore e da tradição nos seus vários contextos. Dentro dessa área, encontram-se pesquisas dedicadas ao estudo da cidade, com particular alusão aos aspectos socioculturais, análise de comportamento, de rituais e de interpretação das estruturas relacionais.

Tais aspectos referem-se ao comportamento dos indivíduos que compõem a população urbana e as relações instauradas entre si e com indivíduos externos. Referem-se também à formação de grupos sociais, movimentos, instituições, organizações, às ligações de complementaridade ou de competição existentes entre todas essas entidades, tendo em vista a configuração da cidade como sistema social. Desta forma, a cidade tem predominado atualmente como tema de diversas áreas do conhecimento.

Na teoria social contemporânea, uma abordagem vem reivindicando da sociologia urbana um foco renovado para o tema: a abordagem de Anthony Giddens. De acordo com Flanagan (1993, p.57):

Giddens dá atenção para as cidades e os amplos efeitos do urbanismo, e argumenta que a sociologia urbana merece um espaço central nos esforços da sociologia para compreender o mundo moderno. Historicamente, as cidades têm sido os principais "*power containers*" no processo de industrialização. As cidades e seu raio de influência têm produzido um ambiente criado que oferece um contexto bastante diferenciado de espaço-tempo no que se refere às relações sociais, bem mais do que um meio não-urbano. Embora o urbanismo esteja por toda parte e não contenha as vagas fronteiras urbanas que caracterizam as cidades contemporâneas, as cidades constituem ainda uma arena especial para o estudo no qual elas mediam o local e o global.

Segundo Flanagan, os estudos urbanos modernos em sociologia têm se referido às questões estruturais no nível muito amplo. Para ele, vê-se em Giddens a tentativa de se estabelecer uma ponte conceitual entre a ação social e a estrutura social, defendendo mais atenção para a base social do que tem sido tradicionalmente dada. Ou seja, a atenção deve voltar-se das teorias globais do sistema mundial – dependência e estruturação – para um nível local onde acontecem as escolhas, individuais e coletivas, dos agentes que estão por meio delas reconstituindo a sociedade. Portanto, os estudos que estabelecem elos de ligação entre ação e estrutura social, entre o global e o local parecem elucidar mais as questões vividas nas cidades contemporâneas.

Mesmo realizada aqui de forma sucinta, a análise sobre a tematização da cidade em diferentes campos do conhecimento possibilitou-me perceber que as transformações urbanas que interessam a alguns pesquisadores não são apenas as modificações físicas, que ocorrem ao longo do tempo, de modo previsível e muitas vezes irreversível. Tão importantes quanto essas mudanças são as transformações individuais dos sujeitos que vivem nos centros urbanos e que anseiam por novas

maneiras de viver a cidade, a partir de um jogo intenso e dinâmico de papéis sociais, que associados a experiências e a níveis de realidade diversificados geram movimentos peculiares no cotidiano urbano.

A intenção desta breve análise foi apontar que a cidade é, sem dúvida, um repositório de sentidos e, em seus territórios, os sujeitos vivem cotidianamente estratégias de negociação de realidade, de opções de consumo, de escolhas e de interação. É também território tanto construído quanto simbólico, que condiciona múltiplas experiências pessoais e coletivas, sendo campo de forças que não cessa de inquietar e confortar. Assim, a cidade é uma inesgotável fonte de inquietação e de prazeres que pode revelar diversos traços de uma comunidade por meio da produção social do ambiente urbano.

Autores contemporâneos ao analisarem as conseqüências geradas ao espaço urbano após a Segunda Guerra Mundial quando foram exigidas das práticas urbanísticas e arquitetônicas intervenções que promovessem a reconstrução das cidades modernas, questionam as práticas urbanísticas surgidas e apontam tendências que a partir deste momento passaram a ser adotadas. Uma dessas tendências se configura em modelos que buscam marcas identitárias<sup>42</sup> para as cidades. Portanto, na próxima seção tenho a intenção de refletir como essa tendência vêm se consolidando através dos tempos.

---

<sup>42</sup> Aqui, o termo marca identitária é utilizado no sentido dado por Yázigi (2001, p.49), que entende a idéia identitária de um lugar como uma "diferenciação espacial que reúna um conjunto de características, fundamentada na geografia física; em suas instituições; sua vida econômica, social e cultural (com destaque para a paisagem construída). Trata-se de um fenômeno total, não reduzível a uma única propriedade, sob o risco de perda de seu caráter [...] a identidade regional é acentuada pela natureza e a identidade local por todas as formas de construção arquitetônico-urbanístico, com tudo que comportam em si".

## 2.2 ESPAÇO E PLANEJAMENTO URBANO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: A BUSCA POR UMA MARCA IDENTITÁRIA

Diante das transformações espaciais e sociais ocorridas nas últimas décadas nas grandes metrópoles, tornam-se oportunas as discussões relativas ao planejamento urbano quando se pretende analisar o "sentido da forma"<sup>43</sup> de alguns espaços das cidades. Esse é o ponto de partida para a esta seção, pois o processo de formação do espaço urbano de Curitiba é percebido, inicialmente, como uma mudança morfológica, que tem como pano de fundo alguns paradigmas do processo de modernização das cidades, entre eles a busca por marcas identitárias.

Pretendo, nesta breve análise, apontar algumas características das formas de produção de espaços pelas quais a prática urbanística e arquitetônica tem passado, dando uma ênfase especial às tendências contemporâneas.

Harvey (2000, p.69), ao refletir sobre as cidades, aponta que no campo da arquitetura e do projeto urbano contemporâneo, o espaço urbano está sendo considerado como algo fragmentado, de formas passadas superpostas umas às outras com uma colagem de usos correntes, muitos dos quais podem ser efêmeros. O início desse processo pode estar localizado no planejamento urbano modernista, que trabalha quase sempre com o zoneamento monofuncional, onde a circulação das pessoas por meio de artérias artificiais se torna a principal preocupação do planejador. Na esteira das formulações de Harvey, Szmrecsanyi (2001) afirma que atualmente esses fundamentos são freqüentemente considerados rígidos e doutrinários, sendo a escola

---

<sup>43</sup> Para Roncayolo (1996), a forma não é o simples desenho que explicaria o conteúdo da cidade, mas inclui interesses mais gerais: uma forma relativamente simples ilustra a definição dos conjuntos como princípios de organização, agindo em níveis diferentes. Para o autor, esses conjuntos não pertencem exclusivamente ao domínio das formas; eles não constituem somente a trama material na qual as funções ocorrem e se distribuem. Eles se referem, sobretudo, aos mecanismos políticos, sociais e econômicos que contribuem para criar o espaço urbano.

moderna reducionista em seus valores ao se pautar na funcionalidade do espaço urbano como critério decisivo, em que estrutura e recorte são considerados pontos fortes do planejamento de uma cidade, deixando de compreendê-la na sua totalidade.

Para Harvey (2000, p.70), esse processo pode ter gerado um padrão urbano antiecológico da arquitetura e das paisagens urbanas atuais, resultado e expressão direta da monotonia funcionalista legislada pelas práticas de zoneamento funcional. Krier, citado por Harvey como um pós-modernista europeu, contrasta essa situação com a "boa cidade" (por sua natureza ecológica) em que a totalidade das funções urbanas é fornecida dentro de distâncias a pé compatíveis e agradáveis.

Para essa concepção de forma urbana, não é mais possível o crescimento por extensão, em largura e altura, mas sim por multiplicação, formando comunidades urbanas completas e finitas, constituindo, cada uma delas, um quarteirão urbano independente dentro de uma grande família de quarteirões urbanos, formando, por sua vez, cidades no interior de uma cidade<sup>44</sup>. Krier salienta que somente nessas condições poderia se recuperar a riqueza simbólica urbana. O autor sugere a busca, a restauração e a recriação ativas dos valores urbanos clássicos tradicionais. O seu projeto, por certo,

---

<sup>44</sup> Curitiba, por exemplo, oferece nas chamadas "Ruas da Cidadania", serviços públicos do Município, do Estado e da União, além de comércio e lazer. A Rua da Cidadania é a filial da Prefeitura nos bairros, onde está a sede da administração Regional (são 8 ao total, distribuídas em diferentes regiões da cidade), que tem como função a coordenação da atuação dos diversos órgãos públicos junto à comunidade. De forma a atuar dentro do princípio da descentralização da administração pública e garantir o acesso da população aos serviços ofertados, as Ruas da Cidadania estão sendo implantadas junto ou próximo a terminais de transporte. As Ruas da Cidadania têm como objetivo, segundo documentos da Prefeitura Municipal de Curitiba (2001), aproximar os cidadãos das ações e dos serviços públicos para melhor conhecer e atender às suas necessidades; adequar as ações e os serviços prestados pela PMC às características de cada região do município; facilitar o acesso aos serviços e às informações em geral da PMC; favorecer o exercício da cidadania na medida em que se ampliam os espaços de reivindicação e de participação comunitária; estabelecer um pólo de animação, de manifestação cultural e de esporte da comunidade local; estabelecer um pólo de integração entre a administração regional e os núcleos urbanos; servir de apoio estratégico à descentralização da administração pública municipal e diminuir a pressão sobre o sistema de transporte.

apóia-se em uma determinada concepção de modernismo como ponto de partida reativo. Referindo-se às formulações de Krier, Harvey (2000, p.70) salienta que seria importante considerar até que ponto e por que tal tipo de modernismo depreciado por Krier tornou-se uma característica tão dominante da organização pós-guerra.

Para Harvey (2000, p.71), os problemas políticos, econômicos e sociais enfrentados pelos países capitalistas avançados na esteira da Segunda Guerra Mundial eram tão amplos quanto graves. A paz e a prosperidade deveriam ser construídas em benefício de um povo que havia dado parte de sua vida em prol de um mundo melhor. Neste sentido, era preciso que as políticas do pós-guerra tratassem de questões do pleno emprego e da habitação, entre outras questões de igual relevância. A reconstrução, reformulação e renovação do tecido urbano tornaram-se ingredientes essenciais do projeto.

Nesse quadro geral, todos os tipos de soluções foram adotados. A Inglaterra restringiu a suburbanização substituindo-a pelo planejamento de novas cidades. Foram tomadas medidas para se eliminar as habitações miseráveis e construir casas, escolas, hospitais, fábricas, entre outras, por meio da adoção dos procedimentos de planejamento racional dos sistemas de construção industrializada, que os arquitetos modernistas há muito tinham proposto. Tudo isso integrado com a racionalização dos padrões espaciais e dos sistemas de circulação para promover a igualdade, o bem-estar e o crescimento econômico.

Outros países buscaram variantes da solução britânica. Nos Estados Unidos, a deterioração do centro das cidades gerou uma estratégia de renovação urbana por meio da demolição e da reconstrução de centros urbanos mais antigos. A recuperação da região metropolitana de Nova York foi efetuada por meio da construção de auto-estradas e de pontes, do planejamento de parques urbanos e da renovação urbana. A solução americana apoiava-se especialmente na produção de massa, nos sistemas de

construção industrializada e sobre como fazer emergir o espaço urbano racionalizado, ligando-o por meio de formas individualizadas de transporte, por meio de infra-estrutura fornecida pelo Estado.

Harvey (2000, p.72-76) destaca que seria injusto descrever essas soluções modernistas como puros fracassos. Considera que as cidades arrasadas pela guerra, sendo reconstruídas, e suas populações abrigadas dentro das condições tecnológicas da época, espelharam o esforço geral na reconstituição do tecido urbano de modo a preservar a ordem social. Não seria verdadeiro, segundo o autor, dizer que os estilos modernistas foram preponderantes por simples razões ideológicas. A uniformidade e a padronização eram necessárias naquele momento histórico. Os ditames dos custos e eficiência, associados a restrições organizacionais e tecnológicas tiveram papel tão importante quanto a preocupação ideológica com o estilo. O autor considera errado colocar a culpa dos males urbanos do desenvolvimento do pós-guerra no movimento moderno, sem considerar a política econômica que comandava a urbanização naquele período.

O autor considera interessante lembrar, nesta discussão, as formulações de Jacobs (1961), tanto por ser ela a autora de um dos primeiros, mais articulados e mais influentes tratados antimodernistas, como por ter procurado definir toda uma abordagem para a compreensão da vida urbana. Examinando a cena urbana tal como fora construída em 1945, ela analisa e questiona os projetos voltados especialmente para pessoas de baixa renda, para pessoas de renda média, para habitações de luxo, centros culturais, centros cívicos, centros comerciais, calçadões e vias expressas, buscando enfatizar que isso não é reconstrução de cidades: trata-se de devastação de cidades<sup>45</sup>.

---

<sup>45</sup> Fragomeni, professor da UFPR, arquiteto, urbanista e técnico do IPPUC por vários anos, declara em entrevista realizada em abril de 2002: "Em Curitiba, no começo das reformas urbanas a linha de urbanista era muito funcional e higienista, com um excesso de zoneamentos, rua dos bancos, rua dos shoppings. Depois chegamos á constatação de que isso, primeiro, não era ambientalmente correto, pois gerava a necessidade deslocamento, segundo, tirava um pouco da pluralidade, da multiplicidade, que é o caráter principal da vida urbana [...] então Curitiba iniciou suas transformações com princípios extremamente funcionalistas onde a ditadura dos transportes imperou, os eixos de transporte atravessaram os bairros e os compartimentos ambientais".

Essa "grande influência maligna da estupidez", de que se queixa a autora veio de uma profunda incompreensão do que são as cidades. Ela observa, ainda, que é nos processos sociais de interação que deve ser concentrada a abordagem dessas questões. Referindo-se aos planejadores, a autora coloca que estes se declaram inimigos da diversidade, temendo o caos e a complexidade por considerá-los desorganizados e irracionais. Considera curioso que os planejadores das cidades não reconheçam a força da auto-diversificação nem sejam atraídos pelos problemas estéticos. Na superfície, segundo a autora, parece que o pós-modernismo procura justamente descobrir maneiras de exprimir essa estética da diversidade.

Dando continuidade a essa discussão, Harvey (2000, p.77) refere-se a Jencks, quando afirma que a arquitetura pós-moderna tem como raízes duas mudanças tecnológicas. Em primeiro lugar, as comunicações contemporâneas – que derrubaram as fronteiras usuais do espaço e do tempo, produziram tanto um novo internacionalismo quanto fortes diferenciações internas em cidades e sociedades baseadas no lugar, na função e no interesse social. Em segundo lugar, as novas tecnologias dissolveram a necessidade de conjugar a produção em massa com a repetição em massa, permitindo a tal produção um caráter um pouco mais flexível, o qual gera produtos quase personalizados, que exprimem uma grande variedade de estilos. Em princípio, para Harvey, Jencks em suas considerações enuncia que a arquitetura pós-moderna é antivanguardista, o que significa que não deseja impor, ao contrário da tendência passada – e presente – dos altos modernistas, dos planejadores burocráticos e dos empreendedores autoritários.

Para Harvey (2000), os projetos urbanos devem ser mais sensíveis às tradições próprias da região, às histórias locais, gerando formas arquitetônicas especializadas que podem variar de espaços íntimos ao espetáculo, da modernidade ao tradicional. Destaca que o ambiente construído constitui elemento de um complexo de experiências urbanas,

vitais para se trabalhar novas sensibilidades culturais. Para ele, o modo como os espaços de uma cidade se organizam formam uma base material a partir da qual é possível pensar e realizar novas sensações e práticas sociais.

Neste sentido, Harvey (2000, p.83), afirma que o pós-modernismo<sup>46</sup> abandona a busca modernista pela funcionalidade em meio à atual balbúrdia e afirma uma base mais ampla para o eterno numa visão construída da continuidade histórica e da memória coletiva.

Na continuidade, Harvey cita o arquiteto Aldo Rossi<sup>47</sup> para reforçar essa idéia trazendo argumentos diferentes:

A destruição e a demolição, a expropriação e as rápidas mudanças do uso como resultado da especulação e da obsolescência são os sinais mais reconhecidos da dinâmica urbana moderna. Mas, além de tudo isso, as imagens sugerem o destino ininterrupto do indivíduo, de sua participação freqüentemente triste e difícil no destino do coletivo. Essa visão parece estar refletida com uma qualidade de permanência em monumentos urbanos. Monumentos, signos da vontade coletiva expressa pelos princípios da arquitetura, se oferecem como elementos primários, pontos fixos da dinâmica urbana (ROSSI, *apud* HARVEY, 2000, p.84).

Rossi fundamenta sua compreensão no conceito de "*genre de vie*" – um modo de vida relativamente permanente que as pessoas comuns constróem para si mesmas em certas condições ecológicas, tecnológicas e sociais.

Rossi, segundo Harvey (2000, p.85), tem a virtude de levar a sério o problema da referência histórica, enquanto outros pós-modernistas apenas acenam para a

---

<sup>46</sup> É importante ressaltar que Harvey refere-se à pós-modernidade não propriamente como uma categoria filosófica, a qual legitime uma ruptura na modernidade, mas muito mais como uma condição histórica. Neste sentido, o termo "pós-modernismo" é discutido como uma condição histórico-geográfica de uma certa espécie. Essa condição está relacionada às recentes transformações nas práticas estéticas e culturais.

<sup>47</sup> Para Arantes (1999, p.123), Aldo Rossi pôs em circulação um termo que a literatura especializada acabara esquecendo: o lugar é resultante, segundo ele, de "uma relação singular e sem embargo universal entre certa situação local e as construções aí sediadas".

legitimidade histórica por meio de uma extensa, e muitas vezes eclética, citação de estilos passados. A inclinação pós-moderna de acumular toda espécie de referências a estilos passados é uma de suas características mais presentes.

Hewison *apud* (HARVEY, 2000, p.85) destaca que o impulso de preservar o passado é parte do impulso de preservar o eu, pois o passado é o fundamento da identidade coletiva e os objetos do passado são a fonte de significação como símbolos culturais. Para ele, "o impulso nostálgico é um importante agente do ajuste à crise, é o seu emoliente social, reforçando a identidade nacional quando a confiança se enfraquece ou é ameaçada".

Alguns autores contemporâneos reforçam a idéia de que todas as pessoas trazem um museu imaginário (*musée imaginaire*) na mente extraído da experiência e das vivências. Portanto, é inevitável que tudo se agregue, sendo desejável que seja assim. Nesta direção, os anos 60 viram surgir com força um novo conjunto de teorias e reflexões sobre a cidade. Ao lado do potente movimento social urbano que se desenvolve nesse período no campo do urbanismo propriamente dito, a crítica ao racionalismo, ao funcionalismo e ao zoneamento, assim como à tecnocracia da produção de planos afirmou um conjunto de novos valores sobre a cidade. Toda a crítica ao modernismo, que então se desdobra, traz com ela um contra-movimento de afirmação de novos valores.

Em termos de publicações, três delas representam os exemplares mais significativos desse processo:

- a) A publicação do livro de Jane Jacobs, *Morte e Vida das Grandes Cidades Americanas*, em 1961, que traz à tona um ataque militante à maneira como as cidades estavam sendo planejadas e reconstruídas. Essa obra abre espaço para valores sociais e urbanísticos tais como diversidade, uso misto, concentração, pedestrianismo, além de buscar valores das chamadas "cidades tradicionais".

- b) Talvez por ter se tornado o mais conhecido da escola italiana da tipologia, a publicação de Aldo Rossi, *Arquitetura da Cidade*, em 1966, que traz valores eminentemente ligados à historicidade do espaço construído e à constituição da memória como campo imprescindível à compreensão, à projeção e à implementação do sentido de lugar nas cidades.
- c) Em 1971, a publicação de *Aprendendo com Las Vegas*, de Robert Venturi, Denise Scott-Brown e Steven Iznevoir que, a partir de uma leitura do "vocabulário urbano" e de uma postura pop, busca inserir conteúdos comerciais, não cultos ou não eruditos na legitimação dos processos de produção das cidades e de suas formas. Esse livro complementa e amplia conceitos já anunciados em 1966 com a publicação de *Complexidade e Contradição em Arquitetura*, do mesmo Robert Venturi, que apregoa um caráter híbrido para a linguagem da arquitetura.

Essas três publicações, segundo Fernandes (2001, p.319), "sintetizam valores fundamentais que guiarão todo um movimento de busca de rearticulação da produção da cidade, na contracorrente do pensamento dominante de então". Se a elas somarmos a participação comunitária e os valores verdes enfatizados a partir da década de 70, teremos o universo principal de referência dos embates desse período no que concerne ao urbanismo: a busca de diversidade na cidade; a sua necessária historicidade; o reconhecimento da pluralidade e da complexidade dos meios de expressão urbana; o não determinismo nas intervenções sobre a cidade.

Harvey (2000) destaca que as cidades atuais, pelo menos aparentemente, estão preocupadas em criar uma imagem positiva e de alta qualidade, procurando uma arquitetura e formas de projeto urbano que atendam a essa necessidade. Dar determinada imagem à cidade por meio da organização de espaços urbanos espetaculares se tornou um meio de atrair capital e pessoas num período (que começou em 1973) de competição interurbana e de empreendedorismo urbano intensificado.

Neste sentido, Sánchez (2003, p.67) ressalta "um amplo leque de governos locais é seduzido por esse 'modelo', fazendo uma opção clara pelo chamado 'planejamento estratégico de cidade', cujo fundamento constrói a necessidade da transformação da cidade em mercadoria".

Entretanto, a imagem da cidade depende de sua forma de crescimento, que pode ser caótico ou ordenado, e isso se reflete também no modo de vida das pessoas que precisam reconhecer-se naquilo que vêem. A falta de interesse pela imagem da cidade é um elemento que corrói também o ser humano. É necessário desenvolver uma cultura urbana, o que não significa somente o embelezamento das cidades. É preciso também, segundo Pallamin et al. (2002, p.22), eliminar a injustiça social enfatizando a co-responsabilidade da comunidade no trato da cidade e das políticas públicas. O autor cita as formulações de Negt para discutir esse aspecto:

Uma cidade sem justiça eqüitativa pode ter a beleza que quiser, nunca será capaz de desenvolver uma cultura verdadeiramente urbana. Pessoas que prejudicam a comunidade ou que a relegam ao abandono acabam prejudicando a si mesmas, entrando elas próprias numa espécie de processo de deterioração. Por isso atribuo à comunidade tanta importância para o desenvolvimento cultural (NEGT *apud* PALLAMIN et al., 2002, p.25).

Essa reflexão confirma a importância do comprometimento da comunidade para a concretização de projetos urbanos e sugere uma análise do planejamento urbano, entendendo a cidade como lugar privilegiado para o desenvolvimento de uma identidade local.

No Brasil, ao longo do século XX, um grande número de cidades nasceram, cresceram e se desenvolveram. Foi nesse século que o país mais se urbanizou. A evolução do crescimento da população urbana, considerando-se esse período, é bastante ilustrativa. É a partir da década de 70 que se inverte, com força, a relação rural-urbana até então vigente.

Hoje, o território nacional abriga 170 milhões de habitantes. Chegamos ao ano de 2000 com 137.755.550<sup>48</sup> brasileiros vivendo em áreas urbanas, o que significa que 81% da população brasileira mora em cidades.

Muitas foram as conseqüências desse veloz processo. O fenômeno de urbanização provocou o agravamento do histórico quadro de exclusão social tornando mais evidente a marginalização e a violência urbana que, atualmente, são motivos de grande apreensão, tanto para moradores e usuários, quanto para o governo das cidades.

Entretanto, o processo generalizado de transformação de cidades brasileiras que experimentamos no início de um novo século e que podemos chamar apropriadamente de reforma urbana, nos reporta a um dos processos constitutivos dessa reforma que concentra uma das principais características da intervenção nas cidades: o processo de mobilidade crescente de pessoas, combinado a um processo crescente de celebração de uma urbanidade idealizada, que pressupõe o entendimento do espaço simbólico das cidades.

Um intenso consumo de urbanidade parece caracterizar esses novos tempos em diversas capitais do país. O discurso ancorado na chamada "qualidade de vida" desdobra-se em atributos urbanos em que beleza, limpeza, regularidade e segurança dos espaços públicos são condições necessárias para a vida cotidiana. As dimensões do lazer e da cultura se interligam. Os museus, as livrarias, as lojas de CDs, os shoppings com cinemas e parques de diversões eletrônicos, os centros de compra, os centros de convenções, parques públicos, praças e jardins, por todo lado se multiplicam em territórios centrais das cidades.

A cidade, em alguns de seus pontos altos, deve ser cúmplice da explicitação de marcas ou símbolos do lugar ocupado ou buscado, numa ânsia de particularidade que a distinga e que congregue habitantes e turistas, cada vez mais presentes em seu cotidiano.

---

<sup>48</sup> Dados do IBGE/2002.

Poderíamos localizar neste sentido algumas capitais do Brasil que se conectam a uma marca identitária local, trazendo alguns exemplos para reflexão: São Paulo liga-se com sínteses como "pólo econômico", Rio de Janeiro como "cidade maravilhosa", Porto Alegre como "efervescência política", Fortaleza, "sociabilidade agradável, cordial e hospitaleira". Em Curitiba, essas imagens estão representadas pelas soluções urbanísticas funcionais e com forte apelo estético, que vendem a idéia de que nessa cidade é possível ter uma "vida urbana tranqüila do ponto de vista social", além da divulgação de projetos ambientais que visam possibilitar um "viver urbano com mais qualidade de vida para os seus habitantes", gerando sínteses como: "cidade-modelo", "cidade dos parques públicos", "cidade planejada", "cidade moderna e humana", "cidade ecológica", "metrópole verde". De acordo com García (1999):

Em nível europeu, podemos tomar como exemplo alguns casos de cidades onde seus governos locais desenvolveram nos últimos anos importantes políticas de promoção das cidades, como Barcelona e Bilbao (Espanha), Glasgow (Escócia) e Lisboa (Portugal). Nestes casos, os principais elementos construtores desta urbanidade, constituídos no nível da imagem em fatores de atratividade turística são, por um lado, os novos espaços de renovação urbana, as grandes obras urbanísticas recentes, onde a arquitetura desempenha um papel preponderante na consolidação de marcos mais emblemáticos e, por outro lado, também a diversificação da oferta nos circuitos culturais e de consumo de bens e serviços, assim como a posição geográfica estratégica (BENACH, et al.1998, *apud* GARCÍA, 1999).

Nesta perspectiva, nunca se procurou tanto a diferença. Vultuosos investimentos vêm sendo aplicados na construção da imagem<sup>49</sup> urbana, tendência esta que atinge todas as grandes metrópoles do mundo. A questão presente na contemporaneidade é a cidade entendida como objeto de desejo, a qual se vê insistentemente provocada a ter uma singularidade e a competir por uma produção mercantil que tem invadido todos os setores de produção de bens imateriais.

---

<sup>49</sup> Ferrara (2000, p.57) afirma que a imagem pode ser "alguma coisa que não existe, mas se simula imaginariamente existente e de forte apelo interativo (...) assim, a imagem não é outra coisa senão a leitura que dela se faz; imagens, portanto, de uma relação icônica e interpretante".

Para Fernandes (2001, p.323), "a busca sôfrega do conjunto de cidades por marcas identitárias apenas aparentemente as distingue". Continua afirmando que, mais corretamente, talvez pudéssemos falar de um "intencionalismo do particularismo", que as reúne em estratégias consensuais de desenvolvimento, derivadas de uma divisão do trabalho da urbanidade, na qual cada cidade deve representar um papel específico. Mais do que nunca, a arquitetura e as cidades estão à procura de uma identidade que as singularize. Por isso, a construção das cidades do futuro coloca em questão a busca pela construção de uma auto-imagem positiva, dentre as quais Curitiba claramente se situa, assim como outras capitais do país.

Neste sentido, a cidade de Curitiba vem despertando a atenção da opinião pública nacional e internacional, nos últimos anos, por meio da divulgação constante da atuação de gestões públicas diferenciadas, marcadas com mais ênfase a partir de Jaime Lerner (conhecido como "urbanista-técnico competente"), seguido por Rafael Grecca e atualmente com o prefeito Cássio Taniguchi (engenheiro do IPPUC, formado pelo ITA, conhecido como "técnico-racional"). Curitiba tem sido considerada uma "cidade-modelo", com sínteses como "cidade ambientalmente correta", "capital ecológica", "capital social", entre outras, em função de suas experiências urbanas, as quais são consideradas inovadoras e criativas. Essa imagem é alavancada por meio de inúmeros projetos lançados pelo poder local, os quais têm como pano de fundo a intenção de dar à cidade uma forma e uma identidade específica.

Considerando esse aspecto, gostaria de destacar a construção e a apreciação estética da paisagem<sup>50</sup> urbana como uma das marcas identitárias possíveis da cidade de Curitiba. Especificamente destaco a estratégia urbanística de agregar paisagens

---

<sup>50</sup> Santos (1996, p.83) define paisagem como "conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área. A rigor, a paisagem é apenas a porção de configuração territorial que é possível abarcar com a visão".

naturais, modelos arquitetônicos modernos e projetos culturais em diversos espaços públicos como marca da cidade. Observa-se uma certa coerência de linguagem arquitetônica nos ambientes criados ou preservados, constituindo-se em premissa básica para o alcance da unidade de significados necessária à imagem sintética da "cidade que deu certo".

Nesta direção, García (1996) assinala a arquitetura como um dos campos de saber especializados que contribui, junto com investimentos de outros campos do conhecimento, para a construção de uma imagem-sintética. A semelhança dos cenários dos diversos parques sugere a adoção de um modelo de parques públicos na cidade de Curitiba como referencial positivo no contexto brasileiro, colocando-a como realidade "singular em meio ao caos", como contraponto, como prova de que "pode dar certo".

García (1996, p.86), ao analisar esse contraponto, argumenta que o discurso dominante aciona também a imagem-síntese dos anos 90 ("Curitiba – capital ecológica") como sendo "capaz de contribuir para que seja exorcizada a imagem negativa do Brasil no exterior". A autora complementa dizendo que a imprensa internacional endossa essa perspectiva ao se referir a Curitiba como "uma rara história de sucesso ecológico em um país mais freqüentemente visto como um fracasso ambiental" (*Financial Times*, 30.08.91). Outra declaração que demonstra este aspecto é a de que "se houver uma cidade modelo no futuro, ela fará as coisas que Curitiba está fazendo" (*Latin American Newsletter*, 13.02.92).

Portanto, para a autora "claro está que se trata de uma valorização subjetiva, porém tecnicamente agregada àquilo que se deseja colocar em circulação no mercado".

Curitiba, nos últimos anos, tem sido referência para planejadores urbanos, ambientalistas e líderes municipais, os quais visitam a cidade para conhecer as soluções apontadas pelas políticas públicas locais a alguns males urbanos considerados universais (saúde, transporte, políticas ambientais, etc).. Mas tais visitas visam, principalmente,

conhecer os modelos de espaços públicos que associam modernidade, lazer e cultura, promovendo uma forte mediação entre a sociedade e a natureza. Portanto, na próxima seção, pretendo localizar modelos urbanísticos que contemplem a relação cidade/natureza, na tentativa de apontar uma possível correlação com o modelo urbanístico proposto para Curitiba, que tende a lhe conferir uma marca identitária.

### 2.3 A RELAÇÃO ENTRE CIDADE E NATUREZA NO PLANEJAMENTO URBANO

A idéia de natureza tem permeado as formulações teóricas urbanas com diferentes significados em diferentes tempos históricos.

A partir do Renascimento, determinadas cidades vincularam suas imagens às preocupações sociais, nos modelos de cidades ideais, com a incorporação preconizada de elementos naturais. No alto do Renascimento, Thomas More concebeu modelos utópicos de cidade publicados em sua obra *A Utopia*, de 1516. Idealizando 54 tipos de cidades na "ilha da utopia", descreveu, na principal delas, a presença das águas delimitando a cidade, os florescentes e abundantes jardins e o cinturão verde do campo. Para Marcondes (1999, p.20-21), nessa obra,

é possível ler tanto a nostalgia de uma ordem passada como a intuição futurista (.), na medida em que propõe um modelo de organização do espaço suscetível de ser realizado e com capacidade de transformar o mundo natural (.) e adota o conceito espaço-modelo solitário de uma concepção da história e do trabalho apoiada por um sistema de valores.

Vislumbra-se, pois, nessa leitura de *A Utopia*, a superação da idéia, presente no Renascimento, de uma natureza intocada associada ao mito sagrado. Para Marcondes (1999), esse texto pôde e pode ser abordado por meio das dimensões moral, religiosa, econômica e poética; porém, o que a autora destaca é "a vitalidade desse texto, ajustado às problemáticas das sociedades e da cultura ocidental. Trata-se de uma obra que anuncia proposições que ecoaram nos autores utópicos posteriores: a

limitação do tamanho das cidades, o cultivo de jardins em seu interior e a integração cidade-campo".

Já durante o Iluminismo, a evocação da idéia de natureza na construção dos modelos ideais de cidade foi amplamente enfatizada. A partir dessa época, predominou a noção, presente até os dias atuais, do naturalismo urbano associado à restauração de uma "natureza perdida". Tafuri (1985, p.14), ao analisar essa questão, argumenta que o apelo ao naturalismo significa simultaneamente "o apelo à pureza original no ato de configuração do ambiente", presente em vários projetos urbanos.

Marcondes (1999) cita algumas propostas que tiveram como objetivo incorporar a natureza no contexto urbano: as propostas de Patte (1723), para a incorporação de elementos naturais à estrutura urbana; de Laugier (1753), da analogia da cidade como floresta; dos reformadores clássicos Boullée e Ledoux (1783 e 1775) para Paris e Chaux, respectivamente, de um modelo de cidade implantada em um cenário rural; e o plano de L'Enfant (1771) para Washington. Afirma o autor que essas propostas configuram uma nova maneira de encarar a vida urbana.

Para Tafuri (1985), porém, esse naturalismo urbano, presente nas propostas européias com a inserção do pitoresco na arquitetura e a valorização da cidade tende a negar a dicotomia entre cidade-campo. Tais propostas procuram adequar a cidade às novas condições históricas e sociais e "naturalizar" o novo espaço construído pela emergente classe social dominante.

O tema da natureza também esteve presente nas utopias urbanísticas igualitárias do século XIX, momento em que o conceito clássico de cidade se desagregou, sendo estimulado o conceito de cidade-campo nos modelos comunais utópicos de que nos fala Françoise Choay (1979). A esse respeito, menciona várias propostas, em que os espaços verdes são concebidos a partir do isolamento das indústrias em cidades voltadas às questões sanitárias. O autor menciona também

outras propostas que preconizam protótipos das edificações comunitárias – as falanges – dispostas em anéis concêntricos, separados por relva ou plantações, e ainda as que compreendiam as cidades elaboradas com a presença abundante de vazios e do verde, voltados à higiene e à salubridade.

No "utopismo" político da cidade oitocentista, a proposta mais contundente de integração entre cidade e natureza foi o modelo de cidade-jardim idealizado por Ebenezer Howard (1898), que retomou alguns dos aspectos das cidades utópicas renascentistas de Thomas More e de Leonardo da Vinci, a eles acrescentando as indústrias e as ferrovias nos diagramas geométricos ilustrativos de seus esquemas, como observam Mumford (1982) e Spirn (1995).

Já a formulação de Howard (1898) constitui uma reação à aglomeração urbana do período vitoriano, caracterizado por exacerbada admiração pelo campo e pela natureza em face das condições da vida nas cidades. Em sua proposta, cada cidade-jardim – limitada a 30 mil habitantes e rodeada por um cinturão verde – deveria fazer parte de uma constelação de cidades-jardins circundadas pelo campo.

A apropriação desses conceitos serviu, posteriormente, de base para várias propostas urbanas em todo mundo, inclusive no Brasil. Contudo, como vários autores apontam, a integração da cidade com a natureza viu-se reduzida à incorporação de alguns elementos naturais ao espaço urbano.

Ao lado do ideário das cidades-jardins e das utopias antiurbanas, o pensamento urbanístico, no século XX, retoma e potencializa o projeto racionalista da cidade industrial, traduzido nos trabalhos de Le Corbusier (1922), entre outros, cuja melhor definição é encontrada no termo cidade-máquina de Hilberseimer (1920). Essa concepção contrapunhasse às visões do urbanismo moderno, da cidade concebida como um grande parque, e da aglomeração urbana tratada como uma cidade verde. Tufuri (1975) destaca que, no projeto de cidade-máquina, existia a ausência do conceito de espaço e de lugar.

Em outros termos, no projeto de cidade-máquina, a idéia de natureza presente é a natureza racionalizada e artificializada<sup>51</sup>. Esse ideário da "natureza artificializada" é reiterado no zoneamento funcionalista proposto pela Carta de Atenas<sup>52</sup> que domina o pensamento urbanístico até os anos sessenta do século XX, com vários desdobramentos nas intervenções planejadas para as cidades nesse período. Nesse documento são estabelecidas quatro funções urbanas e a melhor forma de atendê-las pelo projeto do espaço. São elas: moradia, trabalho, circulação e lazer. Segundo Szmrecsanyi (2001, p.7):

Neste documento o lazer é concebido essencialmente como desfrute dos espaços livres – como verde, sol e ar puro – livres inclusive do excesso de ruídos e da poluição visual. A vida em contato com a natureza se daria a partir das largas aberturas dos edifícios, uma vez que os projetos deveriam integrar os interiores aos exteriores, e os espaços públicos urbanos, além de ampliados pela verticalização das construções – o que garantiria densidade demográfica com afastamento maior entre os edifícios –, privilegiariam o bem-estar do usuário separando o tráfego de veículos do de pedestres e harmonizando a paisagem.

No Brasil, em fins do século XVIII, inicia-se um desejo de ordenação do espaço físico com elementos vegetais, com o objetivo de preservação de espécies e seu cultivo. Sabe-se que a planificação desse espaço em forma de Passeio Público, muito mais que uma atitude autêntica do ponto de vista cultural, refletiram a importação de modelos em voga no exterior. Ao contrário da problemática europeia, da ordenação da natureza tendo em vista a limitação dos espaços e, por essa razão, sua valorização, a circunstância brasileira nos impelia a temer a imensidão inexplorada e temível pelo desconhecimento do que encerrava essa natureza bravia.

---

<sup>51</sup> Utilizamos aqui o conceito de natureza artificializada com base no texto de Santos, "A redescoberta da natureza". In: **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, USP, n.14, jan./abr. 1992.

<sup>52</sup> Carta de Atenas (1933), documento que expressa a formulação doutrinária do grupo em torno dos CIAM - Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna.

Para Amaral (1996), há duas atitudes dessa época que se pode perceber por meio de pesquisas já realizadas: a primeira diz respeito a uma "atitude civilizadora", que, por meio da planificação de um espaço público o qual contém a natureza controlada e ordenada a partir da racionalidade do homem, atrai visitantes e ao mesmo tempo se volta para atividades de lazer e de convívio laico antes desconhecido; e a segunda atitude, segundo a autora, refere-se ao "cientificismo", que motivado pelo desejo de catalogar espécies e desta forma conhecer melhor a natureza que nos rodeia, potencializa a implantação desses núcleos de prazer e de reservas naturais transformados pela mão do homem.

De fato, do Jardim Botânico ao Jardim Público está toda a trajetória dessa diferença de atitudes, que se difunde como modismo necessário aos novos tempos e a uma nova mentalidade, desde o final do século XVIII até os inícios do século XX. Evidentemente, na importância que a cidade começa a assumir está a chave dos novos cuidados a serem dados ao espaço urbano para o qual afluem, a cada ano, numerosos emigrantes vindos das áreas rurais.

O início do século XX, nas considerações de Segawa (1996, p.74), mostrou-se um período de grandes transformações nos caracteres espaciais das grandes cidades. A criação de bulevares, o ajardinamento de avenidas e praças, a criação de recintos ajardinados foram iniciativas características das primeiras décadas da República. Correntes do urbanismo moderno desse século que buscaram a integração da cidade com o meio natural surgiram, mas tais propostas não consubstanciaram a tão almejada integração entre cidade-natureza.

Para Hall (1995) e Harvey (1996), após a década de 1980, o tema "natureza" permeou as formulações urbanísticas não mais em soluções globalizantes para a cidade, mas em torno de projetos particularizados, objetivando megaintervenções urbanísticas, em parcerias estabelecidas entre o setor público e o privado, com a

atribuição de um novo papel às cidades no âmbito do chamado "empresariamento da administração urbana".

Tais intervenções buscavam normalmente a revitalização de territórios degradados, com a incorporação de elementos naturais presentes no espaço. Exemplificando algumas situações emblemáticas acontecidas em vários lugares do mundo, Marcondes (1999, p.70) ressalta que, embora várias iniciativas tenham acontecido, "a inserção dos elementos naturais não pressupõe a integração entre cidade e meio ambiente, e sim incorporação do meio natural ao projeto urbano, ou seja, a utilização da 'natureza' de acordo com sua inserção no projeto urbano".

Neste sentido, considero importante analisar a visão funcionalista do passado com referência à preservação da natureza nas grandes cidades. Para tanto, recorro a Segawa (1996, p.73) quando aborda, citando trechos do *Manual de Daniel Bellet e Will Darvillé* (início do século XX), segundo o qual o conhecimento dos benefícios das plantas na área urbana revelava a preocupação com as grandes superfícies plantadas de árvores e as extensas áreas gramadas. Eles as consideravam indispensáveis no meio das aglomerações urbanas para assegurar a saúde dos cidadãos. Preconizavam que tais áreas eram, tão importantes para a higiene pública quanto a água, o ar e a luz. Valorizavam os vastos terrenos para jogos e os espaço das praças verdejantes como reservatórios de ar puro. A salubridade das cidades era influenciada positivamente e de forma salutar pelas árvores plantadas nas vias públicas.

O mesmo manual refere-se aos parques, afirmando que quando suficientemente grandes, representam reserva de ar puro<sup>53</sup>, e que as árvores, que o circundam e protegem,

---

<sup>53</sup> Na contraposição dessa idéia, Jacobs (2001, p.99) adverte que a primeira condição para compreender como as cidades e seus parques influenciam-se mutuamente é acabar com a confusão entre usos reais e fantasiosos – "por exemplo, a baboseira de ficção científica de que os parques são pulmões da cidade. São necessários cerca de doze mil metros quadrados de árvores para absorver a quantidade de dióxido de carbono que quatro pessoas geram ao respirar, cozinhar e aquecer a casa. São as correntes de ar que circulam à nossa volta, e não os parques, que evitam que as cidades sufoquem".

formam um filtro natural muito eficiente para a poeira insalubre das ruas limpando a atmosfera. Ele valoriza, ainda, a importância da vegetação, dos gramados e das flores sobre as pessoas que moram nas cidades e que são vítimas da agitação da vida moderna, proporcionando-lhes repouso físico e moral.

Meu objetivo, com este breve resgate histórico, foi levantar, por meio de uma rápida incursão às análises críticas da teoria urbana, alguns pressupostos da relação cidade-natureza, deixando-os como suporte ao tema específico, qual seja, o planejamento de parques públicos urbanos de Curitiba, que, segundo documentos oficiais, provavelmente sofreram influências dessas teorias.

Os documentos oficiais<sup>54</sup> da Prefeitura Municipal de Curitiba indicam que o projeto urbano curitibano conservou a natureza e a integrou aos planos diretores. A partir daí potencializou a criação de parques públicos urbanos nos espaços naturais preservados, agregando a esses ambientes projetos culturais, que têm como principais funções a apropriação desses espaços pela população, a preservação ambiental e cultural. Entretanto, ao fazer uma análise política dos atores ligados ao mercado imobiliário, Sánchez (2003, p.182) ressalta que nas definições de preservação dessas áreas o poder público sofreu influência dos empresários do ramo, os quais visavam explorar o entorno dos parques, o qual é hoje bem aproveitado para condomínios residenciais. Diante de tais considerações, para a autora está evidenciada "a mútua relação entre a ação planejadora e a ação dos empresários no mercado imobiliário de Curitiba".

De acordo com Santos (1994, p.97),

A especulação imobiliária deriva, em última análise, da conjunção de dois movimentos convergentes: a superposição de um sítio social ao sítio natural e a disputa entre atividades e pessoas por dada localização. A especulação se alimenta dessa dinâmica, que inclui expectativas. Criam-se sítios sociais, uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, aperfeiçoando-os às exigências funcionais. É assim que certos pontos

---

<sup>54</sup> Documentos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba (2002).

se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e, também, uns e outros mais valorizados. Por isso são atividades mais dinâmicas que se instalam nessas áreas privilegiadas: quanto aos lugares de resistência, a lógica é a mesma, com as pessoas de maiores recursos buscando alojar-se onde lhes pareça mais conveniente, segundo os cânones de cada época, o que também inclui a moda. É desse modo que as diversas parcelas da cidade ganham ou perdem valor ao longo do tempo.

É na esteira desse panorama e dessas questões que a preservação e a recuperação da natureza passa a ser um elemento estético priorizado. Neste sentido, parece pertinente retomarmos a discussão sobre o modelo de "cidades-jardins", em que a preocupação com a natureza está contemplada, para aproximá-lo do modelo de urbanização da cidade de Curitiba.

Ao analisar o movimento de cidades-jardins, Tuan (1980, p.279) aponta que essa tendência começou em fins do século dezenove, na Inglaterra, e foi conceituada como uma cidade planejada para uma vida saudável e para a indústria; de tamanho suficiente para permitir uma plena vida social, mas não grande demais, rodeada por um cinturão verde, que não somente se preocupa com as residências, mas com o meio ambiente total, integrado, no qual as pessoas possam viver, trabalhar e se divertir.

Esse modelo influenciou na mesma época o projeto Jardim América na cidade de São Paulo em 1917. Szmrecsanyi (2001, p.8) relata que após a Segunda Guerra Mundial essa proposta foi "adaptada pelo Estado Britânico à reconstrução de áreas bombardeadas e ao planejamento restritivo do crescimento de Londres, assim como empregado por outros Estados europeus". Neste modelo, segundo a autora,

A preocupação com o lazer insere-se não só pela própria maneira de conceber todos os espaços, especificamente promoção do contato com a vegetação em parques públicos e jardins privados, em alamedas e amplos bulevares e na constante proximidade do campo circundante, mas também pelo sentido comunitário de vida e pela auto-gestão, supostamente gratificantes e propiciadores de identificação da população com o local.

Torna-se interessante perceber que o modelo de "cidades-jardins" incorpora espaços de lazer na sua proposta. No esquema original da cidade, desenhado no final

do século XIX por Ebenezer Howard, seu criador, o parque central do núcleo deveria ser circundado por uma galeria envidraçada funcionando como uma espécie de passeio abrigado das intempéries, onde segundo Szmrecsanyi (2001, p.9) além de espaços de lazer estariam expostas, também,

Mercadorias diversas, reconhecendo que estas, além de úteis, constituem um mediador de prazer, o que as torna atraentes em si. O espaço da galeria seria público, como uma rua, mas a mercadoria, privada por definição, poderia ser consumida de duas formas; mediante a compra pelo dinheiro ou apenas com os olhos, num espetáculo de desejo e deslumbramento.

Portanto, a concepção de espaços de lazer conectada à atração de mercadorias e à natureza começava a surgir. Szmrecsanyi (2001) relata que quando foi inaugurado em um grande parque londrino um edifício chamado Palácio de Cristal, projetado por Paxton<sup>55</sup> e constituído por uma enorme estufa de ferro, este foi revolucionário porque, graças a sua estrutura modular pré-fabricada, conseguiu ser construído em poucos meses, em harmonia com as árvores do jardim público, reunindo tecnologia de ponta à natureza, em meio à maior metrópole da época, passando a representar um espetáculo em si, como um *corpus* da modernidade.

Em Curitiba, o modelo de projeto urbano adotado para ambientes públicos une espaço construído à natureza, o qual pode ser identificado em diferentes pontos da cidade como praças, parques e bosques. Alguns exemplos emblemáticos podem ser destacados:

---

<sup>55</sup> Joseph Paxton, arquiteto e paisagista, projetou o "Plano de Birkenhead Park", na Inglaterra, cujo desenho acabou sendo fonte de inspiração para muitos arquitetos. Segundo Franco (2000, p.94), "Paxton aí trabalhou um conceito inovador distribuindo vários conjuntos habitacionais ao longo das bordas de um parque, onde o sistema viário apresentava uma hierarquia de vias que favorecia visivelmente aspectos ambientais setoriais e de vizinhança, constituindo-se num projeto de vanguarda para a época. Ele viu no desenho dos parques urbanos uma solução para a desintegração do tecido físico e social das grandes cidades informes. Para ele, o parque urbano poderia ajudar na reforma social pelo simples fato de proporcionar à população urbana oprimida, em espaços insalubres, um mínimo de contato com a natureza".

O Bosque Zaninelli (foto 1) possui uma área de 37 mil metros quadrados de mata nativa, onde existia, desde 1974, uma das maiores pedreiras da cidade. Em meio à mata, está instalada a Universidade Livre do Meio Ambiente, inaugurada em 1992 com a presença do oceanógrafo Jacques Cousteau, com o objetivo de ser um centro de educação ambiental. Edificado em eucalipto e rodeado por pedras naturais, o prédio de 874 metros quadrados possui uma rampa em espiral com 22 metros que permite uma vista panorâmica de toda a área verde.

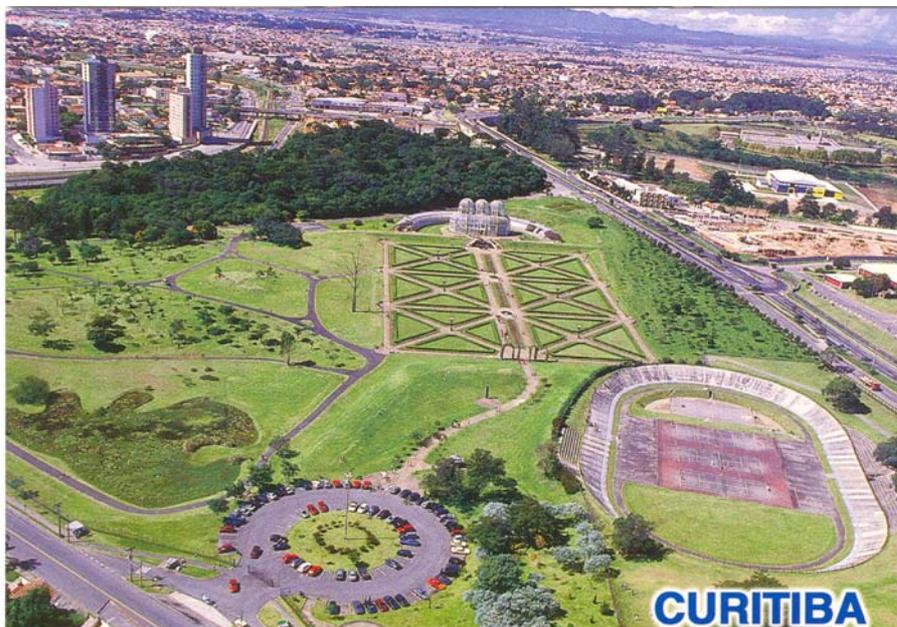


O Parque das Pedreiras (foto 2) é formado pela Pedreira Paulo Leminski e pela Ópera de Arame. Com excelente acústica, muito verde e um pequeno lago, a Pedreira Paulo Leminski tem sido cenário para espetáculos de grande porte. A Ópera de Arame, inaugurada em 1992, construída em 60 dias, é um espaço fechado também destinado a apresentações artísticas. A estrutura em ferro tubular, construída em 60 dias, é semelhante à Ópera de Paris. Cercada por um lago em Cascata, tem 2.400 lugares, distribuídos entre platéia e os 46 camarotes.

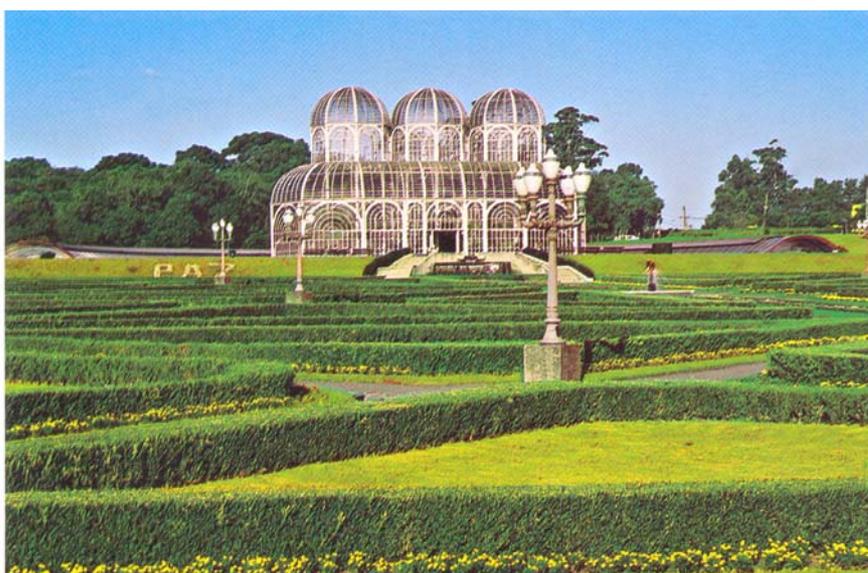


O Parque Tanguá (foto 3-4) ocupa uma área de 235 mil metros quadrados de um antigo conjunto de pedreiras desativadas. Inaugurado em 1996, o parque garante a preservação da bacia Norte do Rio Barigüi, bem próximo à sua nascente, no município de Almirante Tamandaré. Possui dois lagos e um túnel artificial, pelo qual os visitantes podem passar de barco. O Parque é dotado ainda de um ancoradouro, ciclovia, pista de *Cooper*, lanchonete e estacionamentos.





O Jardim Botânico Municipal (foto 5) foi inaugurado em 1991, com o objetivo principal, segundo técnicos, de "dotar a cidade de mais uma opção de lazer e recreação" (Projeto n.º 152, de 1992). Estruturas metálicas abrigam uma estufa de plantas, onde são preservadas espécies raras de plantas e desenvolvidas várias pesquisas. Em seu entorno, existem belos jardins, mata preservada com diversas trilhas e pista para caminhadas.



Essa forma de conceber espaços associando modernidade à natureza passa a ser um marco da identidade de Curitiba e a sua incorporação à positividade da metrópole indica a canalização de esforços mediante aplicação de investimentos no lazer e na cultura.

Desta forma, o modelo adotado para a criação de ambientes públicos em Curitiba – onde os parques (para continuarmos com nosso fio condutor) se transformam em lugares de atividades e funções múltiplas – demonstram que a cidade se destaca pela incorporação da natureza no seu planejamento urbano, o qual tem como pano de fundo uma certa preocupação com a relação homem/cidade, com ênfase no "lazer verde", distinguindo-a de outras capitais do país e criando em torno de si uma marca identitária que entre várias dimensões ressalta a qualidade de vida urbana e a beleza da cidade-jardim.

Ao reconhecer o sentido do espaço urbano de Curitiba e associá-lo ao modelo de "cidades-jardins", identifiquei também uma estreita relação entre o discurso político local com as estratégias do ecodesenvolvimento apontadas por SACHS (1982), postulando a necessidade de fundar novos modos de produção e estilos de vida nas condições e potencialidades ecológicas de cada região, assim como na diversidade ética e na autoconfiança das populações.

O discurso do desenvolvimento sustentável foi sendo incorporado, legitimado, oficializado e difundido amplamente nos projetos urbanísticos da cidade com base em pressupostos teóricos gerados a partir de movimentos ambientalistas surgidos nos anos 60. Tais movimentos se expandiram nos anos 70 depois da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo, em 1972, momento em que foram assinalados os limites da racionalidade econômica e os desafios da degradação ambiental ao projeto civilizador da modernidade. Leff (2001, p.17) aponta que

Na percepção desta crise ecológica foi sendo configurado um conceito de ambiente como uma nova visão do desenvolvimento humano, que reintegra os valores e potenciais da natureza, as externalidades sociais, os saberes subjugados e a complexidade do mundo negados pela racionalidade mecanicista, simplificadora, unidimensional e fragmentadora que conduziu o processo de modernização. O ambiente emerge com um saber reintegrador da diversidade, de novos valores éticos e estéticos e dos potenciais sinérgicos gerados pela articulação de processos ecológicos, tecnológicos e culturais. O saber ambiental ocupa seu lugar no vazio deixado pelo progresso da racionalidade científica, como sintoma de sua falta de conhecimento e como sinal de um processo interminável de produção teórica e de ações práticas orientadas por uma utopia: a construção de um mundo sustentável, democrático e diverso.

Portanto, a degradação ambiental se manifesta como sintoma de uma crise de civilização, convocando governantes e comunidades a rever suas bases de crescimento e desenvolvimento, além de imputar às cidades responsabilidades ambientais em busca de uma melhor qualidade de vidas nos grandes centros urbanos.

Diante de tais fatos, na próxima seção pretendo refletir sobre a questão ambiental, por considerá-la ponto de partida para a reorientação do planejamento urbano das cidades no que se refere à medição entre espaço construído e a natureza. Especificamente aponto Curitiba como uma das cidades brasileiras que se destaca neste processo pelos pressupostos teóricos da administração pública, desde o final da década de 70, em que a idéia que está posta nos documentos oficiais, os quais movem suas ações no que tange ao lazer e à cultura é de que a "cidade precisa ser construída para seus cidadãos".

Segundo documentos da Prefeitura Municipal de Curitiba, "o planejamento de todas as ações e de cada uma delas em particular leva em consideração o futuro, mas executa ações que respondam à demanda por melhoria da qualidade de vida da geração presente". O prefeito da cidade ao falar sobre as estratégias da gestão pública de Curitiba ressalta:

*"Em Curitiba, a gestão da cidade baseia-se fundamentalmente em duas vertentes de ação: uma que cria, consolida e organiza a infra-estrutura urbana, para que ela funcione, e outra que procura ampliar o acesso a uma vida digna e com qualidade, visando à garantia de satisfação das necessidades materiais e culturais de seus cidadãos".(Taniguchi)*

Mesmo diante de todas as contradições já apontadas, Curitiba, historicamente, tem privilegiado as ações de planejamento urbano, com preservação ambiental e cultural. A criação de instâncias formais, responsáveis pelo Meio Ambiente, e de legislações específicas e preventivas, tem ajudado a enfrentar alguns problemas da degradação ambiental comuns em áreas de concentração urbana. Desta forma, a incorporação da dimensão ambiental nas políticas públicas da cidade insere Curitiba nas discussões ambientais contemporâneas.

Portanto, seria ou não possível estabelecer uma relação entre o modelo adotado de parques públicos urbanos em Curitiba com as novas preocupações ambientais? Esses espaços de lazer determinam um novo padrão de vida coletiva vinculada a valores culturais e ambientais fortemente divulgados pelos movimentos ambientalistas contemporâneos? As áreas verdes preservadas em Curitiba garantem ao cidadão experiências de qualidade no âmbito do lazer junto à natureza?

Na tentativa de oferecer alguns subsídios para refletirmos sobre essas questões, na próxima seção discutirei a temática ambiental e sua relação com a cidade de Curitiba.

#### 2.4 A TEMÁTICA AMBIENTAL COMO CONSOLIDAÇÃO DA MARCA IDENTITÁRIA: "CURITIBA, CAPITAL ECOLÓGICA"

O Brasil inicia um novo século apresentando uma tendência internacional, observada nas grandes cidades, que é a busca por uma melhor qualidade de vida urbana. Analiso nesta seção as mudanças ocorridas a partir da década de 70 no

tratamento da questão ambiental, interpretando suas conseqüências para as políticas públicas e para o planejamento da cidade de Curitiba em particular.

Para iniciar esta seção, atenta aos limites de datação, vou me deter mais ao início dos anos 70, um tempo em que, em todo o mundo, a preocupação com o meio ambiente assume níveis impensáveis de importância em plena era da industrialização. Deste modo, no Brasil, os primórdios e os modelos que guiaram a defesa de um meio ambiente em acelerada degradação foi aspiração de poucas pessoas, as quais estavam atentas a esse processo. Para essas pessoas a natureza deveria ser conhecida e protegida como dom, antes que, pelas agressões sofridas por parte do homem, ela se tornasse uma ameaça ao próprio homem. Haveria um papel civilizatório na manipulação racional na criação do espaço para corrigir a urbanização descontrolada. Como um projeto de conciliação entre o sujeito e seu espaço urbano.

Embora a cidade conserve um pouco o prestígio que lhe foi atribuído pela Grécia Antiga, como lugar em que se forja a democracia e a civilidade dos humanos, ela transforma-se aos poucos também em sede do capital e em mecanismo privilegiado de acumulação do capital. Leff (2001, p.288) aponta que os reflexos dessa transformação geram

A centralização política e concentração econômica, que atuam sobre as economias de aglomeração e sugam as riquezas naturais de seu entorno. Resultando em uma concentração urbana permitiu desvalorizar a força de trabalho nos centros industriais, subvalorizando a natureza, explorando o meio rural e oprimindo suas populações indígenas e camponesas. As urbes foram concentrando as atividades industriais e a produção de rejeitos. A urbanização se deu como processo de artificialização da natureza. Os assentamentos humanos converteram-se em símbolo de modernidade e progresso, levando à desruralização da vida humana. Exaltou-se a urbanização como modelo de civilidade, denegrindo os estilos de vida rural como formas pré-modernas e inferiores de existência.

Assim, a conexão entre cidade e meio ambiente tornou-se tão inevitável quanto controversa. A década de 1970 é o espaço de tempo utilizado por Menezes

(1996, p.34) para discorrer sobre o tema "O milagre brasileiro" e as respectivas "promessas" não-cumpridas, destacando que naquela época vislumbrava-se um novo horizonte para o Brasil. Os problemas sociais não eram considerados relevantes, pois se resolveriam como consequência do crescimento econômico. Nesse contexto, a cidade deveria ser um aspecto relevante no processo econômico, isto é, precisava estar ajustada ao projeto desenvolvimentista e representar os anseios de um país ansioso por desenvolver-se, industrializar-se, tornar-se moderno. O planejamento urbano assumiu, nesse momento, um papel estratégico.

Os planejadores deveriam preparar as cidades para a industrialização (sinônimo de desenvolvimento) desconhecendo ou ignorando o impacto sobre o meio ambiente. Os efeitos ambientais resultantes do processo de desenvolvimento das civilizações refletem uma das faces mais cruéis da crise contemporânea com referência à ciência e ao modelo econômico adotado pelas sociedades modernas.

Na década de 70, ápice do modelo economicista, Sachs (1970), em um texto que buscou refletir sobre essa crise, alertou quanto à necessidade de abrangência do conceito de desenvolvimento, apontando que até aquele momento seu entendimento era reduzido à dimensão do crescimento econômico, negligenciando as dimensões sociais e culturais, enfatizando que o progresso material estava em primeiro plano em detrimento do âmbito político e social. Criticou, também, a visão economicista da relação homem-meio e sugeriu uma visão histórica que considerasse a tecnologia, a psicologia e a estética.

Passadas duas décadas, Sachs (1990), sob a mesma inspiração, traz essa reflexão para o contexto brasileiro e rediscute questões sobre o desenvolvimento brasileiro, chamando-o de "mau desenvolvimento", caracterizado por altos custos sociais e ecológicos, demonstrando que um crescimento econômico rápido não pode ser considerado condição suficiente de desenvolvimento.

A crítica ao desenvolvimento predatório tem se intensificado, mas não cabe, aqui, uma revisão histórica pormenorizada da evolução do tratamento da questão "degradação ambiental". Pretendo, apenas, destacar e analisar alguns movimentos mundiais e a influência que vêm demonstrando para um avanço na mudança de entendimento do meio ambiente, especialmente no que tange aos espaços naturais preservados nas grandes cidades transformando-os em parques públicos urbanos.

As pessoas, de um modo geral, estão preocupadas com a questão ambiental e permanecem atentas aos problemas que envolvem o equilíbrio do meio ambiente, em toda sua extensão. Os detalhes cotidianos revelam que a preocupação com a problemática ambiental é uma constante, principalmente depois da conscientização mundial de que os recursos naturais não são infinitos, logo, o seu esgotamento representa a inviabilidade de vida no planeta.

A preocupação com a degradação ambiental, segundo Viola (1991, p.36), surgiu nos Estados Unidos em meados da década de 1960, com destaque de alguns movimentos:

- Na década de 1970 – amplia-se preocupação com a degradação ambiental para o Canadá, países da Europa Ocidental, Austrália e Nova Zelândia;
- Nos anos 80 – amplia-se para a ex União Soviética e países capitalistas periféricos;
- Em 1972 – surge a primeira publicação de expressão internacional – Limites do Crescimento – que alerta para o desequilíbrio ecológico do planeta. Esse documento foi elaborado por um grupo de pesquisadores que formavam o Clube de Roma. Ocorre a Conferência das Nações Unidas sobre ambiente humano em Estocolmo.

Na Conferência de Estocolmo, foram assinalados os limites da racionalidade econômica e os desafios da degradação ambiental ao projeto civilizatório da modernidade.

Naquele momento, confrontam-se duas posições antagônicas com relação ao desenvolvimento mundial. Enquanto alguns países centrais defendiam a tese do crescimento zero, alguns periféricos propunham o crescimento a qualquer preço.

Na época, a posição do governo militar brasileiro ficou marcada em uma reunião preparatória para Estocolmo, quando afirmou que a principal forma de degradação era a miséria e que a poluição seria bem-vinda ao território nacional, pois com ela viria também o almejado progresso e o crescimento econômico.

Aparentemente, a preocupação dos governantes brasileiros da época restringia-se em explicitar ao mundo a pobreza do povo ao qual a poluição era indiferente, desde que trouxesse soluções para a miséria reinante.

Gabeira *apud* (MENEZES,1996, p.35) mostra um exemplo caricato dos anúncios que circulavam, internacionalmente, nesse período (década de 1970), convidando empresas multinacionais a se instalarem em cidades brasileiras: "Bem-vinda a poluição, estamos abertos para ela. O Brasil é um país que não tem nenhuma restrição, temos várias cidades que receberiam de braços abertos a sua poluição, porque o que queremos são empregos, são dólares para o nosso desenvolvimento [...]".

Quando começou a intervir nas gestões públicas locais, procurando acelerar o crescimento, o governo brasileiro passou a sentir os antagonismos sociais. A cidade como aspecto fundamental do crescimento econômico, também abrigava as carências sociais. O governo precisava atender a elite econômica, que lhe dava legitimidade, e garantir as demandas da classe trabalhadora, assegurando a reprodução do capital. Surgem as organizações populares que se manifestam sob a forma de movimentos reivindicatórios, considera-se a questão ambiental, e estrutura-se o ambientalismo no Brasil como um movimento bissetorial, constituído por associações ambientalistas por um lado e por agências estatais de meio ambiente por outro.

Segundo as considerações de Menezes (1996, p.36), o processo de industrialização acelerou uma intensa concentração da população brasileira nas

ciudades e, conseqüentemente, a metropolização dos maiores centros urbanos. A falta de política urbana conduziu a uma profunda degradação do meio ambiente urbano em praticamente todas as cidades brasileiras.

Referindo-se à Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo (Suécia), Viola e Leis (1996, p.37) destacam que o Brasil foi um dos principais articuladores do bloco dos países em desenvolvimento que tinham uma posição de resistência ao reconhecimento da importância da problemática ambiental, argumentando que a principal poluição era a miséria. Argumentava-se, na época, que a proteção ao meio ambiente era uma preocupação inventada pelos países ricos para pôr obstáculos à industrialização do Terceiro Mundo. O Brasil teria tempo de sobra para se ocupar desse problema quando alcançasse a posição de potência industrial.

Nessa época, a questão ambiental assumia dimensões muito complexas e o governo do Brasil, na tentativa de modificar sua imagem diante da opinião pública internacional, criou, em 1973, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). No entanto, não havia ainda nenhuma definição clara e objetiva sobre uma política ambiental para o país a ser conduzida por essa Secretaria.

Esse conjunto de determinações ou atos tomados por parte do poder público brasileiro trouxe muitas conseqüências para o conjunto desta sociedade, sentidas a curto e longo prazo. Ao analisar tais conseqüências desse modelo teórico que rege a produção e a reprodução do urbano centralizado na exploração econômica da natureza, destacam-se a degradação ambiental, a desigual distribuição social dos custos ecológicos e a marginalização social agravada por um processo de urbanização acelerado, entre outras graves questões.

Portanto, de acordo com Leff (2001, p.17), a degradação ambiental se manifesta como "sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza". Para o autor, a questão ambiental torna-se importante porque

Problematiza as próprias bases da produção; aponta para a desconstrução do paradigma econômico da modernidade e para a construção de futuros possíveis, fundados nos limites das leis da natureza, nos potenciais ecológicos, na produção dos sentidos sociais e na criatividade humana.

Neste processo de reconstrução está a necessidade de pensarmos em novos modos de produção e estilos de vida nas condições e potencialidades ecológicas de cada região, assim como na diversidade ética e na autoconfiança das populações. No entanto, ao observar o pensamento contemporâneo sobre o meio ambiente, Marcondes (1999, p.44-45) afirma que, embora a produção acadêmica no campo ambiental tenha sido intensa nas últimas décadas, ela tem enfrentado questões pouco elaboradas, sem paradigmas claros.

Neste sentido Luchiari (2001) alerta que com a ampla difusão da temática ambiental, os novos estudos devem buscar conceituar o meio ambiente aliando-se aos conhecimentos da ecologia e da problemática social. Desta forma, esclarece:

Em primeiro lugar, precisamos desnaturalizar o conceito de meio ambiente. As abordagens que confundem o meio ambiente com o manejo de ecossistemas naturais partem do pressuposto de que a lógica da natureza e da sociedade são lógicas dissociadas, quando o próprio conceito de meio ambiente já nos remete a uma preocupação híbrida, assim como o é a realidade.

Tal temática ambiental sugere que se traga para o contexto as abordagens de Santos (1996, p.18-20) sobre os aspectos relevantes do ambiente, quando argumenta que a natureza é um valor; ela não é natural no processo histórico. Ela pode ser natural na sua existência isolada, mas no processo histórico ela é social. O fato é que os agravos à natureza são, sobretudo, originários do modelo de civilização que adotamos. Será este irreversível? É esta a discussão que se impõe para evitar ao mesmo tempo as ofensas à terra e aos homens. O mesmo autor destaca que, em todos os momentos, o processo social envolve uma redistribuição dos seus fatores. E essa redistribuição não é indiferente às condições preexistentes, isto é, às formas herdadas, provenientes

de momentos anteriores. "As formas naturais e o meio ambiente construído incluem-se entre essas formas herdadas". (SANTOS, 1996, p.113).

Nos debates sobre a questão ambiental, nas últimas décadas, ficaram muito frágeis as extremidades que delimitam e definem os problemas ambientais e os problemas sociais. Marcondes (1999, p.47), ao comentar o Informe de Founex,<sup>56</sup> observa:

Não parece haver diferenças importantes entre o que se constitui num problema ambiental e num social. Certamente nesse sentido o informe é adequado, ambos são interdependentes (.). Infelizmente, o conceito de meio humano foi elaborado de forma pobre, resultando inadequado como orientação para análise de situações e sugestões políticas e concretas.

Marcondes também menciona os esforços posteriores empreendidos pela CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina – das Nações Unidas, visando à definição do termo "meio ambiente" de forma a delimitar as fronteiras entre ambiental e social e o próprio conceito de ambos. A CEPAL, segundo o autor, considerava necessária a distinção com referência ao estilo e não ao nível de desenvolvimento adotado nos diversos países. A Comissão afirmou, ainda, que os esforços deveriam ser conduzidos no sentido de analisar a intensidade da questão ambiental, a natureza e os demais problemas que atuam simultaneamente no sistema.

A tônica dos trabalhos realizados sobre o assunto, a partir do enfoque estabelecido pela CEPAL, restringe-se ao âmbito biofísico natural e suas transformações, assim como seu desenvolvimento espacial. Eles tratam da energia solar, do ar, da água e da terra, da fauna e flora, dos minerais e do espaço. E ainda do meio ambiente construído ou artificializado e das interações ecológicas entre todos esses elementos e entre eles e a sociedade (MARCONDES,1999, p.47).

---

<sup>56</sup> Segundo Marcondes (1999, p.46), é o texto preparatório da conferência de Estocolmo e ilustra os contornos da problemática do debate oficial naquele momento.

O conceito de "desenvolvimento sustentável"<sup>57</sup>, a partir dos anos 80, foi o que teve a mais ampla divulgação e utilização e passou a constar dos documentos produzidos entre as conferências promovidas pela ONU. Luchiari (2001, p.29) aponta que o enfoque conservador nas primeiras preocupações com a sustentabilidade restringia a abordagem a uma visão econômica e biocentrada dos recursos naturais.

Neste sentido, Marcondes (1999, p.48) cita os documentos nos quais se pode verificar essa questão: Nosso futuro comum – Comissão Mundial sobre o meio Ambiente e desenvolvimento, 1988; Estratégia mundial para a conservação – União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN); Cuidando do planeta Terra – (UICN), PNUMA, WWF, 1992; Nossa própria agenda – Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e Caribe, 1990.

Segundo Marcondes (1999), um dos esteios do conceito de desenvolvimento detectados nesses documentos é a sua base ecológica. Conforme o documento UICN, que diz respeito à manutenção dos processos ecológicos fundamentais (fotossíntese, ciclos hidrológicos, reciclagem dos nutrientes), a conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais é a condição básica para o desenvolvimento.

O desenvolvimento sustentável e qualidade ambiental das cidades encontram em Basso *apud* (Suertegaray, 2000, p.35) considerações sobre a entrada do terceiro milênio, observando que somente o estabelecimento de uma concepção de mundo integradora e holística será capaz de frear o esgotamento dos recursos naturais e, assim, dar continuidade à vida no planeta.

As causas da problemática ambiental que comprometem a vida no planeta são quatro, segundo Basso citado por Suertegaray (2000, p.36): crescimento populacional

---

<sup>57</sup> A definição mais conhecida, segundo Diegues (1992), é a utilizada pela Comissão Brundtland, no documento "Nosso futuro comum" (ONU, 1988) "desenvolvimento sustentado é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias".

desenfreado; deterioração dos recursos naturais; produção calcada na utilização de tecnologias poluentes e de baixa eficácia energética; e sistema de valores que propicia o incremento do consumo material.

No entanto, cabe considerar nos aspectos apontados pelo autor, as diferenças existentes entre os países desenvolvidos e os "em desenvolvimento", as quais geram desigualdades entre as nações em função das suas posições na economia global. Isso, de certa forma, altera as causas da problemática ambiental apontadas por Basso. Neste caso, para compreender o crescimento demográfico na África e na América Latina, e a expansão do parque industrial poluidor e multinacional no Brasil e na Índia, temos que nos perguntar como Estados e mercados trabalham em ambientes nacionais específicos e como eles afetam as decisões técnicas e científicas relacionadas à questão ambiental.

Para Reigota (1999, p.35), duas vertentes (globais), denominadas por ele de vertente "alarmista" e vertente "técnico-administrativa", surgiram na mesma época dos "Movimentos Ecologistas de 68". Porém, com origens e preocupações distintas, elas tiveram importância fundamental não só no debate teórico, mas também na "implementação de políticas e projetos, sobretudo nos países de Terceiro Mundo". A vertente "alarmista" está relacionada com a repercussão do documento publicado e conhecido como o Clube de Roma (1968). Já a vertente "técnico-administrativa" surge como consequência do impacto da anterior e tem nas Nações Unidas e na Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, em 1972, os seus principais referenciais.

De acordo com Reigota (1999, p.35), os programas de controle do crescimento demográfico na África e na América Latina foram "estimulados, apoiados, influenciados e/ou impostos pelos países desenvolvidos, preocupados com a escassez de recursos naturais em seus territórios e necessários ao seu modelo de desenvolvimento". Além disso,

esses países viam a possibilidade de consumo desses mesmos recursos naturais, ainda fartamente encontrados em países com alta taxa de crescimento demográfico.

Quanto à expansão do parque industrial poluidor e multinacional no Brasil e na Índia, Reigota (1999, p.35) afirma estar mais relacionado à pressão contra a poluição feita pela sociedade civil dos países industrializados. Pressão essa que "estimula a transferência ou a instalação das mesmas indústrias poluidoras, com o beneplácito dos governantes (no Brasil, do governo da ditadura militar) dos países do Terceiro Mundo, para aí se instalarem".

A justificativa para o sistema de valores que propicia o incremento do consumo material, o quarto aspecto apontado por Basso (2000), diz respeito à sociedade atual – começo de século XXI – que é bastante voltada ao consumo de bens materiais, suscitando preocupações de vários segmentos sociais com a forma como a sociedade vem se relacionando com a natureza. Esses segmentos tentam encontrar um novo modelo de desenvolvimento, que associe crescimento econômico/progresso com qualidade de vida/sustentabilidade dos recursos. Para Luchiari (2001, p.29), o período contemporâneo incorpora às práticas e aos discursos da sustentabilidade os atributos de "democracia, participação, descentralização, eficiência, eqüidade, cidadania, autonomia e pertencimento, passando a apontar a esfera local para a sua realização".

Desta forma, surgem as abordagens mais críticas e progressistas da sustentabilidade principalmente com base nos conceitos de *sociedades sustentáveis* a partir da Conferência do Rio de Janeiro, de 1992, que restabeleceu o enfoque do termo "meio ambiente" e sua relação com o desenvolvimento que, segundo Marcondes (1999, p.48), manteve as teses de Estocolmo, propagando a idéia de direitos e responsabilidades na questão ambiental entre os países. Isso gerou uma agenda de compromissos, a Agenda 21 – documento abrangente e de maior alcance no que concerne à questão ambiental – e a Declaração Conjunta das Cidades e Autoridades Locais, produzida durante

evento internacional, preparatório para a Conferência do Rio de Janeiro, em Curitiba (1992), por prefeitos e líderes de governos locais e autoridades metropolitanas.

Luchiari (2002, p.29-30) argumenta que o conceito de *sustentabilidade ampliada*, apontado nesses documentos oficiais, sugere um salto qualitativo das análises a partir da incorporação das dimensões sociais, culturais e éticas, além das ecológicas e econômicas. Contudo, argumenta:

Essas concepções mais progressistas, em relação à visão mais conservadora do início do ambientalismo, não afastaram as contradições sociais do desenvolvimento econômico que, ao incorporar os atributos ambientais e sociais – antes compreendidos como externalidades –, transformou a sustentabilidade local como objeto de inúmeras intervenções do mercado e das políticas públicas, visando transformar o lugar em uma mercadoria atrativa economicamente (Sanchez & Moura, 1999). Nesse processo, ao incorporarem os discursos de sustentabilidade social e ambiental, inúmeros projetos de requalificação/refuncionalização urbanas vêm realçando a atratividade dos lugares com a construção de territorialidades seletivas. O capital cultural dessas cidades é capturado pelo empreedimentismo de mercado que, por meio da revitalização, vende um fragmento idealizado da cidade para aqueles que podem pagar mais (LUCHIARI, 2002, p.30).

Desta forma, o discurso da sustentabilidade admite várias interpretações que correspondem a visões, interesses e estratégias alternativas de desenvolvimento. Leff (2001, p.319) pondera que, por um lado, "as políticas neoliberais estão levando a capitalizar a natureza, a ética e a cultura". Por outro, "os princípios de racionalidade ambiental estão gerando novos projetos sociais, fundados na (re)apropriação da natureza, na (re)significação das identidades individuais e coletivas e na renovação dos valores do humanismo".

Gostaria de destacar que os princípios da racionalidade ambiental apontados por Leff podem ser levemente sentidos no planejamento urbano da cidade de Curitiba, tornando-a referência nas discussões ambientais brasileiras, uma vez que certas intervenções urbanísticas se inserem dentro de uma proposta que associa "cidade/homem/natureza".

Curitiba foi sede do evento de preparação para a ECO 92 em função do planejamento urbano municipal que por meio de projetos urbanísticos busca uma sustentabilidade local. Por esse motivo, figurou como manchete de jornais e revistas nacionais e internacionais como: "cidade-modelo", "cidade planejada", "cidade ecológica", "cidade moderna e humana", "metrópole verde", "capital brasileira de qualidade de vida". Portanto, a insistência em querer dar um perfil histórico/cultural à cidade, criando parques e bosques urbanos com a idéia de criação de pontos de encontro, assimilando a questão ambiental no planejamento, relacionando-a inclusive com a cultura de seus imigrantes, criou uma marca identitária do lugar que lhe conferiu status mundial e a colocou como modelo de "cidade ecologicamente correta".

Entretanto, estudos<sup>58</sup> demonstram que ainda estamos longe de alcançar essa meta, pois paralelamente aos espaços de lazer junto à natureza existem muitos problemas de ordem ambiental a serem resolvidos para realmente sermos "ecologicamente corretos". Segundo Pereira (2001, p.49), a cidade de Curitiba "demonstra as contradições da produção do espaço que se baseia em um conceito de 'progresso' urbano que contém em si mesmo sua negação: a qualidade de uma área é medida em contradição à precariedade de outras". Para autora essa contradição da dinâmica urbana pode ser expressa em números:

Existem na cidade 57.333 domicílios em condição irregular, onde habitam cerca de 200.000 pessoas sem recursos para adquirir um terreno de forma legal [...] Nessa mesma cidade a Prefeitura Municipal informa a existência de pelo menos 42.046 terrenos baldios ou construções abandonadas, locais que têm atormentado a vida de muitos moradores por se transformarem em depósitos de lixo alternativos, viveiros de insetos ou outros animais.

---

<sup>58</sup> Estudos sobre a questão ambiental de Curitiba divulgados na publicação semestral do curso de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR, intitulada Desenvolvimento e Meio Ambiente, n.3, jan./jun.2001. Especificamente no artigo de PEREIRA.G "A natureza (dos) nos fatos urbanos: produção do espaço e degradação ambiental" (p.33).

Sem ignorar as questões críticas que envolvem a cidade com seus desdobramentos negativos decorrentes dos fatores apontados, os quais geram um quadro caótico de vida urbana para algumas pessoas, a pergunta que permanece em pauta é: como enfrentar essa situação, que se repete em várias cidades, de modo a tornar a prática urbanística uma "ação de resistência" à exclusão e à degradação?

Portanto, não se trata de ignorar tais estatísticas nem de ignorar os reflexos dessas questões sobre a vida cotidiana nas cidades. Muito pelo contrário, nunca é demais salientar a necessidade urgente de políticas públicas adequadas e eficazes para dar conta dessa problemática.

Embora tenhamos muitos problemas urbanos de ordem política, social e econômica na cidade de Curitiba, não se pode deixar de reconhecer alguns bons resultados no processo de desenvolvimento urbano da cidade, especialmente se forem considerados alguns programas<sup>59</sup> e ações. Tais fatos podem estar relacionados ao processo de institucionalização do planejamento urbano, o qual desempenhou função ímpar na conquista de status alcançado atualmente por Curitiba, o que a diferencia de muitas outras cidades que foram crescendo sem planejamento. Algumas políticas ambientais foram consequência dessas ações e hoje apresentam boas perspectivas.

Oliveira (2000) comenta que, na década de 70, o sucesso curitibano já intrigava vários gestores públicos, porque a cidade demonstrava estar atenta aos problemas de transporte e circulação, iniciava uma política de preservação de áreas verdes, desenvolvia o sistema habitacional e educacional e tinha preocupações com referência ao resgate cultural, razões pelas quais, na época, se diferenciou de outras capitais brasileiras. Esses projetos já estavam sustentados em alguns princípios

---

<sup>59</sup> Alguns exemplos são: o programa "Lixo que não é lixo", programa de separação de lixo doméstico reciclável, e o programa "Câmbio verde", um programa desenvolvido em áreas de baixa renda, em que a população troca lixo reciclável por hortaliças e verduras.

norteadores que posteriormente seriam considerados prioritários para as gestões municipais brasileiras na consecução das agendas 21 Locais.

A Agenda 21 foi então o documento adotado por Curitiba para (re)orientar suas intervenções urbanas, as quais já tinham desde sua gênese o objetivo de criar uma identidade para a cidade. Foi por meio das discussões ambientais que essa marca tomou forma, pois suas intervenções que a princípio eram centradas no binômio cidade/cultura como identidade a partir daí passaram a ser direcionadas também para o desenvolvimento da cidade em direção à sustentabilidade ambiental, constituindo um plano de ação a médio e longo prazo para a cidade.

Com o objetivo de demonstrar como foi a utilização desses princípios na realidade local de Curitiba, recorro especificamente à questão dos parques e bosques que são exemplos onde essas estratégias podem ser claramente observadas. No momento da criação dos projetos destinados à preservação de áreas verdes, foram explorados, além dos objetivos de preservação de recursos naturais, a potencialização de equipamentos de lazer, a valorização da memória cultural, a preservação de fontes de água, servindo também, ao disciplinamento do uso do solo os quais foram utilizados como instrumentos para o saneamento de áreas urbanas, correspondendo a ações voltadas segundo dados oficiais para uma "melhor qualidade de vida".

Portanto, observa-se a materialização das orientações da Agenda 21 que situa o ser humano no centro de seus objetivos, os quais privilegiam o primeiro princípio da Declaração do Rio de Janeiro (ECO92): "os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza". Neste sentido, as preocupações em defesa da cultura local, preservação do meio ambiente e a criação de espaços de lazer em busca de qualidade de vida urbana têm levado Curitiba a destacar-se no cenário nacional e internacional.

Sua legislação ambiental é tida como uma das mais avançadas. Isso porque, por um lado, tem se antecipado aos problemas causados pela poluição ambiental e degradação de ecossistemas. Por outro, tem buscado, por meio de políticas culturais intensas, uma identidade local que sustente tais estratégias, por meio da apropriação social dos lugares na busca por uma melhor qualidade de vida desde a década de 70.

Atualmente, a conexão entre a cidade de Curitiba e o meio ambiente está ancorada no discurso da "qualidade de vida". Entretanto, faz-se necessário trabalhar com cuidado esse conceito. Leff (2001, p.30) argumenta que o conceito de qualidade de vida

Foi considerado como uma reivindicação social, produto da sociedade "pós-materialista" desviando a atenção das necessidades básicas promovidas pelas políticas do bem-estar do Estado, para satisfação de necessidades de caráter mais qualitativo. Desta forma, a qualidade de vida pareceria estar acima das condições da pobreza e sobrevivência. Entretanto, na ótica do Terceiro Mundo, a qualidade de vida toma sentido próprio dentro das condições de desenvolvimento de diferentes culturas que definem seus estilos e vida, suas normas de consumo, seus gostos, desejos e aspirações.

Neste sentido, o conceito de qualidade de vida reforça os aspectos qualitativos das condições da existência. Essa questão aponta para um novo olhar da vida cotidiana, das formas de consumo e da qualidade do trabalho produtivo.

A qualidade de vida depende da qualidade do ambiente no que tange à conservação do potencial produtivo dos ecossistemas, à valorização e à preservação da base de recursos naturais, à sustentabilidade ecológica do habitat, mas, também, está associada, de acordo com Leff (2001, p.324),

as formas inéditas de identidade, de cooperação, de solidariedade, de participação e de realização, que entrelaçam a satisfação de necessidades e aspirações derivadas do consumo com diferentes formas de realização, através de processos de trabalho, de funções criativas e de atividades recreativas.

Desta forma, torna-se importante a percepção dos sujeitos que vivem nas grandes cidades de suas condições de existência. Nesta percepção se opera uma

tensão que pode tanto criar processos de adaptação a situações impostas, como lutas de resistência por uma melhor qualidade de vida urbana. Para Leff (2001, p.326),

A qualidade de vida se estabelece através de um processo de reapropriação das condições de vida da população em relação com suas necessidades e seus valores subjetivos. Os valores culturais intervêm como mediadores das necessidades básicas e da qualidade de vida da população. Assim a qualidade de vida se converte no valor fundamental que orienta o desenvolvimento de cada comunidade e o projeto de vida de cada pessoa.

Leff complementa que na qualidade de vida articulam-se a sobrevivência com as necessidades de emancipação e construção de novas utopias; o real com o simbólico; o objetivo com o subjetivo.

Nesta direção percebe-se que Curitiba tenta buscar a qualidade de vida urbana por meio da potencialização de algumas políticas públicas articuladas em diferentes dimensões: saúde, saneamento, educação, cultura, lazer, transporte, etc., os quais podem estar possibilitando e garantindo ao cidadão que vive nesta cidade uma vida um pouco mais saudável, sobretudo, quando comparado à realidade da urbanização brasileira, porque tenta estabelecer uma relação entre cidade, cidadão e qualidade de vida.

Entretanto, gostaria de deixar claro mais uma vez que, embora a gestão pública realmente adote esta linha de atuação existem pesquisas<sup>60</sup> realizadas sobre a cidade de Curitiba que indicam existir ainda muitos problemas sócioambientais vivenciados na cidade.

Desta forma, proponho realizar reflexões somente sobre o modelo dos parques públicos da cidade de Curitiba e a relação estabelecida entre espaço-lazer, cultura-natureza. Portanto, pretendo descrever os parques públicos e discutir as estruturas políticas e culturais que os sustentam.

---

<sup>60</sup> Pesquisas divulgadas na publicação semestral do Curso de Pós-graduação em Meio Ambiente na UFPR (Doutorado) intitulada "Desenvolvimento e Meio Ambiente: cidade e ambiente urbano". n.3, Editora UFPR, 2001.

Busco, também, focalizar as várias "maneiras de fazer" que se constituem em práticas sociais pelas quais os usuários dão vida a esses ambientes. Isso nos permitirá percebê-los não como algo "congelado", bloqueado, estruturado, planejado, ou como simples paisagens naturais inseridas no meio urbano, mas como elementos constitutivos da cidade, marcando uma identidade<sup>61</sup> local.

---

<sup>61</sup> Para Carlos (1999, p.8), a identidade entre as pessoas é construída no cotidiano, o que supera as particularidades. Para a autora, "seria impossível pensar, por exemplo, os movimentos sociais urbanos sem construção de identidade entre indivíduos, isto é, sem a possibilidade de criação do indivíduo coletivo a partir da produção de uma interpretação do mundo que lhes seja peculiar a partir de condições e modos de vida determinados. Todavia, a metrópole espelha a diversidade que se constitui a partir de hábitos, costumes, culturas particulares que criam bairros diferenciados, modos de expressão e formas diferenciadas de apropriação do espaço urbano".

### **CAPÍTULO 3**

## **CURITIBA E A TRANSFORMAÇÃO DE ÁREAS VERDES EM PARQUES E BOSQUES: A RELAÇÃO ENTRE CIDADE E NATUREZA**

Curitiba, historicamente, tem privilegiado as ações de planejamento urbano com preservação ambiental e cultural, conforme já mencionei. A criação de instâncias formais, responsáveis pelo Meio Ambiente, e de legislações específicas, preventivas e inovadoras no cenário brasileiro, tem ajudado a enfrentar alguns problemas oriundos da degradação ambiental.

Há mais de um século, a legislação municipal procura ir além da mera ordenação física do território. Ela estabelece normas de conduta para a manutenção de um ambiente urbano sadio, definindo arruamentos, alinhamentos prediais, técnicas de construção, normas de higiene e saneamento, arborização.

Na década de 70, foi criado o Departamento de Parques e Praças, que atuava inicialmente na implantação de parques lineares, com o propósito de proteção do sistema de drenagem natural e preservação das matas ciliares.

Até o final dos anos 70, O Governo Federal era formalmente responsável pelo controle do meio ambiente. Curitiba, no entanto, inovou com a edição de dois instrumentos legais municipais: a Lei de Zoneamento e Uso do Solo (1975) e o decreto Municipal de Preservação de Fundos de Vale (1976). Eles são considerados instrumentos pioneiros de intervenção e controle do uso do solo no Brasil, difundidos e reaplicados em vários municípios brasileiros.

Nesta época, embora Brasília ainda significasse o grande acontecimento no universo dos urbanistas nacionais pela sua modernidade arquitetônica, Curitiba configurou-se como a antítese da capital brasileira. De acordo com as formulações de Menezes (1996, p.90-91),

A estatização, a racionalidade e a unifuncionalidade dos espaços que marcavam Brasília foram substituídas, em Curitiba, pela heterogeneidade da ocupação do espaço e pela diversidade na oferta de equipamentos urbanos: a Brasília das longas avenidas, do automóvel em contraste com a Curitiba das ruas para pedestres, do transporte coletivo.

A forma como o planejamento vinha sendo executado em Curitiba chamou a atenção do Governo Federal: "Curitiba poderia ser 'adotada' como exemplo da eficácia do planejamento urbano pretendido para o resto do país, pois nos documentos oficiais, os quais regulamentavam as ações municipais de Curitiba, a "prioridade era o homem" (MENEZES, 1996, p.93).

Neste sentido, a cidade foi repensada como um todo, programando-se realizações naqueles setores que definiam essa totalidade: circulação, lazer, saúde, educação e industrialização. A justificativa contida nos documentos oficiais sustenta-se no argumento de que o objetivo era integrar as funções da cidade, valorizando a presença do homem no seu meio ambiente.

O IPPUC era o órgão de planejamento; a URBS, o órgão executivo, o que construía, que contratava as obras. Já a Fundação Cultural dava vida à obra instituída. Para dar um exemplo: todos os parques criados tiveram um projeto de animação, de ocupação. A preservação de edifícios históricos era feita sempre em conjunto com o IPPUC, que fazia o levantamento físico e com a Fundação Cultural, que fazia o projeto de ocupação.<sup>62</sup>

Essa forma de atuação e os conceitos urbanísticos introduzidos durante a gestão do governo Jaime Lerner, com base nos quais passaram a ser deliberadas as ações sobre a cidade que fugia à imposição do padrão nacional – de construção de grandes obras –, levaram Curitiba a trilhar o caminho oposto. Um caminho no qual a recuperação de espaços históricos e a preservação de áreas verdes estavam

---

<sup>62</sup> Depoimento da biblioteconomista Lídia M. B. Deli. Lídia ingressou no IPPUC em 1967. Em 1973, integrou a equipe que implantou a Fundação Cultural de Curitiba. Entre suas várias funções, implantou o programa de preservação da memória da cidade na Casa Romário Martins.

associadas a projetos de ocupação, os quais tinham como proposta criar uma identidade cultural, evidenciando-se desta forma um certo contraste com algumas cidades brasileiras.

De acordo com Menezes (1996, p.99), entre 1966 e 1974, as cidades brasileiras foram brindadas com projetos mirabolantes, dentre os quais se destacam os metrô subterrâneos, aéreos e de superfície, teleféricos panorâmicos, pistas de esqui à base de neve artificial, cadeias de enormes garagens subterrâneas destinadas a aliviar o tráfego nos centros urbanos, distritos industriais sofisticados no interior do Mato Grosso e de Goiás, um tapete rolante subterrâneo para ligar a avenida São Luiz à Praça João Mendes em São Paulo, centrais de abastecimento monumentais na Amazônia, hotéis cinco estrelas no interior de Goiás, inúmeros projetos de reformulação dos sistemas viários.

Enquanto havia um incentivo nacional ao uso do automóvel e iniciavam-se as construções das primeiras linhas de metrô no país, Curitiba investia menos recursos no seu sistema viário: ônibus expressos circulando ao longo das vias estruturais, cujo investimento significava, na época, 1% do valor destinado à implantação do metrô. Esse sistema viário permitiu o aproveitamento das vias centrais já existentes, evitando-se as grandes "cirurgias" nas zonas urbanizadas e históricas. Ficou assim assegurado à estrutura urbana o seu potencial cultural e histórico: fundamento básico do modelo de desenvolvimento urbano proposto para Curitiba pela gestão Lerner.

Sempre ligado à preservação das áreas verdes, durante a sua primeira gestão, Lerner institucionalizou a tradição curitibana ligada a tal preservação. Para isso, a Diretoria de Parques e Praças, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), ganhou novas atribuições e maior autonomia de atuação na recuperação e na preservação das áreas verdes. Os problemas ambientais foram considerados dentro do rol de problemas que poderiam por obstáculo ao desenvolvimento econômico-social da cidade.

Já em seu discurso de posse, em 1971, o prefeito Jaime Lerner afirmava que:

*"Dessa necessidade de assegurar conteúdo humano ao progresso, agora e amanhã, é que decorrem as obras que pretendemos realizar. Realce especial, por isso, será dado à recreação que envolve não apenas a criação de uma estrutura de animação da cidade, do ponto de vista social e cultural, como também a construção de novas praças e de grandes parques, a preservação das áreas verdes expressivas, a execução de um plano de arborização da cidade e uma nova política de ocupação do solo, destinada a coibir o processo de intensificação da poluição do ar e da água".*

Dando cumprimento a algumas metas enunciadas em seu discurso, Lerner transformou a cidade que, no final dos anos 60, possuía 1 metro quadrado de área verde por habitante. No final de 1974, já eram 16m<sup>2</sup> por habitante – índice mínimo estipulado para as cidades pela Organização Mundial de Saúde. Três grandes parques foram implantados: Parque Barreirinha (275.380m<sup>2</sup>) criado oficialmente em 1959, mas implantado em 1972; Parque São Lourenço (203.918m<sup>2</sup>) e Parque Barigüi (1.400.000m<sup>2</sup>). Hoje, a Prefeitura Municipal de Curitiba divulga um índice de 54 m<sup>2</sup> de áreas verdes por habitante, os quais referem-se à soma de áreas públicas e privadas. Porém, Matiello (2001, p.183) analisa que o "verde propagandeado acerca da cidade muitas vezes está "escondido" em áreas de uso particular, ou ainda, é um verde para fotos de satélite, não necessariamente implicando em 54m<sup>2</sup> acessíveis ao uso de cada habitante".

Entretanto, a preocupação com a preservação de áreas verdes, segundo Menezes (1996, p.103), levou ao estabelecimento de uma política de preservação dessas áreas. Neste sentido, foi firmado um convênio entre a Prefeitura e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), o que possibilitou ao município uma legislação própria e adequada à preservação e à proteção de suas áreas.

A Lei 4.557/1973 dispunha sobre a "Proteção e conservação da vegetação de porte arbóreo". Em um de seus artigos ficava estabelecido que: "o responsável pelo corte ou derrubada não autorizada de árvores, verificada na área do município, fica sujeito ao pagamento da multa de importância igual a cinco vezes o salário mínimo

local. Na reincidência, além da multa em dobro, será promovida perante a justiça ação penal correspondente, de acordo com o artigo 26 da Lei Federal 4.771/1965".

Tendo em vista a necessidade de corte de uma árvore, esta deveria ser substituída pelo plantio de outras duas. Tais determinações tinham a intenção de estimular a conservação e a proteção das áreas verdes. O município também estimulava a conservação da *Araucaria angustifolia*, árvore própria da região e símbolo representativo da cidade.

Marcada por um certo avanço quanto às questões ambientais e desenvolvimento urbano, a cidade de Curitiba passou a ser conhecida como uma das mais "inovadoras" cidades do país. A criação de vários espaços públicos ligados à preservação do patrimônio natural e cultural visava potencializar um processo de identificação da comunidade local, o qual vem colaborando com a divulgação de um repertório de imagens simbólicas e rótulos associados à competência técnico-urbanística de seus gestores. Entre essas imagens e rótulos, algumas remetem aos parques e demais áreas verdes de Curitiba, como por exemplo, "metrópole verde,"<sup>63</sup> o que coloca o conjunto dessas áreas, especialmente as públicas – parques e bosques – como modelo a ser seguido por outras capitais do país.

Assim, no mundo globalizado, onde segundo Alessandri (1996) "a guerra dos lugares" potencializa-se em busca de uma personalidade das cidades, Curitiba vai aos poucos construindo uma identidade local por meio da criação de vários espaços públicos voltados para vivências no âmbito do lazer na natureza. Mas como essas marcas singulares da cidade se transformam em lugares para o cidadão curitibano?

Com já vimos, a partir da década de 70 a modernidade urbana de Curitiba significou "equipar a cidade". Segundo documentos oficiais<sup>64</sup> a diretriz foi dotar a cidade de "instrumentos urbanos em todos os setores da recreação, educação, terminais de

---

<sup>63</sup> Título de matéria na revista Mares do Sul (CÔRREA, 1996).

<sup>64</sup> Documentos da Prefeitura Municipal de Curitiba, IPPUC, 2003.

transporte e abastecimento". Datam desse período os principais projetos na área de transportes coletivos, embelezamento, restauração e preservação dos sítios históricos, padronização da paisagem urbana, implantação de áreas de lazer, tais como parques e bosques conduzindo a cidade a alcançar o status de "modelo de urbanismo".

De 1972 a 2003, foram criados 30 parques, 300 praças e vários bosques municipais. A maioria desses espaços foi projetada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, supervisionada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) e é mantida pelo Departamento de Parques e Praças do município.

Por meio de uma análise específica sobre esses espaços, podemos observar várias questões interessantes, como por exemplo: época de criação, pressupostos teóricos que sustentaram tais empreendimentos, tipos de equipamentos, custos, funções, localizações, áreas preservadas, perfil dos usuários, significado desses ambientes para o cidadão curitibano.

Ao discutir as causas da criação desses espaços, Oliveira (1996) chama atenção para o fato de constar nos documentos oficiais que os parques foram pensados como fruto da "descoberta" recente da Ecologia e de um certo entendimento sobre a qualidade de vida. Essas questões foram inseridas dentro da trajetória do desenvolvimento e do planejamento urbano da cidade. Para o autor,

Os discursos municipais mais recentes são responsáveis por isto. Neles, as preocupações ecológicas e a qualidade de vida urbana estão na origem da política de preservação de áreas verdes, na qual inclui a criação de parques e bosques. Trata-se de uma ecologia urbana, que pode ser resumida nos seguintes termos: a cidade teria compreendido que "o meio ambiente de cada um é a casa onde vive, a rua onde mora, a cidade onde reside." É nesta perspectiva que a municipalidade se apóia para falar num projeto ecológico iniciado há 20 anos, que teria dado origem aos Postulados da escola de Urbanismo Ecológico<sup>65</sup>(OLIVEIRA, 1996, p.7).

---

<sup>65</sup> Em 1992, uma publicação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, intitulada "Memória de Curitiba Urbana", em volume especial, divulga entre as diversas experiências curitibanas

Nesses postulados, Curitiba é apresentada como uma cidade com justiça social, onde o homem é o centro de todas as atenções. Assim, tanto as condições ambientais de vida quanto as exigências da natureza humana podem ser consideradas. Na análise de Oliveira (1996, p.8), nesta perspectiva,

Tanto são ecológicos os parques e bosques quanto os ônibus expressos, o calçadão da Rua das Flores ou a cidade industrial. A criação e a preservação das áreas verdes urbanas teriam se dado, é claro, com base nestes postulados. Fechando o círculo, a cidade passou a ser lida e representada em função deste novo paradigma: Curitiba é uma cidade ecológica devido a um projeto ecológico urbano expresso nos postulados.

Conforme IPPUC (1992), os postulados da Escola de Urbanismo Ecológico de Curitiba são:

- "O homem não é mero expectador da Natureza, é parte dela. E, como tal, é para ele que devem ser voltadas todas as ações de cunho ambiental";
- "A cidade deve ter a escala do homem";
- "O meio ambiente deve servir ao homem e, assim sendo, deve ser colocado em regime de usufruto direto";
- "A cidade é um ente orgânico e, como tal, imita a natureza. Por isso, deve ser respeitada e incentivada sua capacidade de se reciclar e de se auto-sustentar";
- "A cidade é um ente orgânico. À administração pública compete entender isto e acompanhar sua evolução natural. Ou seja, a intervenção administrativa não pode violentar essa evolução, mas deixar que ela se expresse de maneira mais rica";

---

no campo ambiental, oito postulados de sua EUE – Escola de Urbanismo Ecológico, composto de idéias que norteariam sua conduta de ação ou o que conformariam seu modelo de gestão urbana, influenciadas pelas mais recentes noções acerca da relação homem/natureza.

- "O homem é um ser gregário. E a cidade deve facilitar a realização dessa característica tornando-se cenário de encontro";
- "A natureza é tanto mais rica quanto mais diversificada. A natureza é contrária à massificação. O homem, como parte da natureza, se realiza como tal expressando sua individualidade";
- "O zelo pelo patrimônio não é exclusivo do poder público. Pelo contrário, é tarefa para toda a comunidade".

Se observarmos a data de criação de tais postulados (1992), perceberemos que os mesmos foram divulgados *a posteriori* da criação da maioria dos parques concluindo-se, portanto, que a base dentro da qual tais princípios nasceram foi profundamente influenciada pela prática que já vinha sendo experienciada nos diversos programas implantados ao longo das últimas duas décadas, de uma forma específica quanto às ações em meio ambiente e, particularmente, no que se refere às áreas verdes.

Neste sentido, Matiello (2001, p.233) afirma que embora haja uma evolução da política de criação de áreas verdes em Curitiba, a cidade ainda está longe de se confirmar enquanto um modelo inovador de sustentabilidade, pelo menos no aspecto dos parques urbanos. O autor afirma que em sua pesquisa<sup>66</sup> detectou uma "não-veracidade" deste modelo, evidenciada na ausência de uma base teórica pretérita às ações, para ele esses postulados,

Não contém um caráter paradigmático científico. Nessas publicações foram demonstradas idéias que não eram inéditas e que, no entanto, procuravam aglutinar as novidades mais recentes acerca da Ecologia, do Ecosistemismo e da Sustentabilidade, sem citar fontes ou autores, numa possível intencional parcialidade procurando não se vincular a nenhuma corrente específica, ou mesmo por não haver um conhecimento aprofundado a partir da fonte primária de nenhuma vertente.

---

<sup>66</sup> Pesquisa intitulada "A sustentabilidade no planejamento e gestão de parques urbanos de Curitiba-Pr: uma questão paradigmática? Dissertação de mestrado. PPGSP/UFSC. Florianópolis, SC, 2001.

Entretanto, o lazer mencionado nos documentos oficiais é hoje concebido como principal função dos parques públicos da cidade associado ao turismo, à preservação ambiental, à pesquisa científica e à educação ambiental. Portanto, para entendermos sob que perspectivas as áreas verdes do município de Curitiba têm sido criadas, planejadas e geridas, torna-se importante uma breve análise sobre suas principais áreas e funções.

O que pode constatar, ao analisar os documentos oficiais da Prefeitura Municipal de Curitiba e por meio das entrevistas, é que o surgimento dos parques foi evidentemente sustentado pela necessidade de "saneamento", não apresentando uma causa estritamente ecológica, muito embora o saneamento hoje possa ser incluído nessa dimensão. Portanto, a idéia de criação dos parques foi sendo incorporada ao planejamento urbano global da cidade, e os valores ambientais foram sendo alcançados e considerados em função do paradigma de "cidade-ecológica" somente com o passar dos anos. Neste sentido, segundo Oliveira (1996) a idéia de que o planejamento da cidade teria um projeto ecológico urbano desde as suas bases está tão difundida atualmente que se torna impossível negar que o seja ou que pelo menos se dirige neste sentido.

Para Oliveira (1996), a função desses parques tem sido um misto de lazer e preservação ambiental, fato evidenciado até mesmo na versão oficial. Entretanto, para o autor,

As causas da criação destas áreas verdes transformadas em parques públicos não foram estritamente ecológicas, embora estivessem atendendo ou respondendo posteriormente a problemas ambientais específicos, como preservação de remanescentes da mata nativa. Assim, os parques e bosques não são fruto de um sentido ou de uma ação ecológica explícita. Sua notoriedade e sentido só se destacaram a partir do momento em que foram incorporados ao ideário ambiental.

O interessante é perceber que independentemente dos fatores que motivaram a criação dos parques, hoje, a população preserva, usufrui e se orgulha desses

espaços. São espaços públicos<sup>67</sup> arquitetonicamente pensados, que apresentam alguns problemas, entretanto, possibilitam à população diferentes vivências no âmbito do lazer e da cultura.

O que chama atenção nos projetos é a simplicidade. Embora conte com alguns equipamentos modernos e de alto custo como é o caso do Parque das Pedreiras, que comporta a Ópera de Arame, do Jardim Botânico com a estufa de plantas e do Parque Barigüi com o Centro de Exposições, os parques, em sua maioria, ocupam áreas com privilegiadas paisagens naturais, ou se constituem em cenários reaproveitados, como no caso das pedreiras desativadas, que abrigam uma concha acústica natural no Parque das Pedreiras ou ainda túnel e cascata natural do Parque Tanguá. O aproveitamento das condições naturais evita movimentos de terra, o que segundo técnicos da prefeitura "*barateia em grande parte o custo total dos parques*". Os equipamentos de lazer que compõem os parques exigem pouca manutenção (materiais duráveis como tronco de árvores e outros elementos naturais), o que evita muita substituição. A padronização do mobiliário (lixeiras, bancos, luminárias), a disposição do mínimo necessário de equipamentos (canchas, pistas de caminhada e ciclovias) são fatores que também contribuem para baratear os custos viabilizando e agilizando a implantação desses espaços. Para o prefeito da cidade, Cássio Taniguchi, "a natureza contempla tudo, portanto, coloca-se o mínimo nos parques e deixam-se surgir as demandas."

Agregam-se também a esses ambientes naturais equipamentos a partir de motivações culturais por meio de diversos memoriais étnicos com exposições permanentes de artigos típicos de diferentes colônias de imigrantes europeus.

---

<sup>67</sup> Para o prefeito da cidade, Cássio Taniguchi, a solução curitibana para deter o impacto das águas com os chamados "parques de amortecimento" é "econômica porque custa muito menos do que canais de concreto que escoam as águas. Curitiba escolheu o caminho certo, a urbanização não pode avançar até o leito maior do rio, e os parques marginais, conjugados a outras medidas de saneamento, evitam os problemas, além se tornar espaços para o lazer da população" (Entrevista realizada em março de 2003).

De modo geral, a diversidade dos usos ocorre sempre dentro do nível cultural e ecológico, incluindo espaços para práticas esportivas, além de dispor de uma estrutura de certa forma semelhante em todos os parques, com pistas de caminhadas, ciclovias, quiosques e espaços para vivências corporais. Com proporções distintas entre os parques e bosques, a presença desse tipo de equipamento é comum em todos os parques.

Os equipamentos vão desde um Centro de Criatividade (escola de arte e ofícios situada no Parque São Lourenço), onde são oferecidos, sob a gerência da Fundação Cultural de Curitiba, oficinas de marcenaria, xilogravura, litogravura, artesanato em palha e vidro, escultura em resina e cerâmica, cursos de dança, canto e instrumentos musicais, e uma biblioteca, uma sala de projeções e um teatro. (fotos em anexo). Além do São Lourenço, o Bosque Alemão e o Bosque Zaninelli também possuem bibliotecas. Alguns parques também contam com museus: Casa do Seringueiro, em homenagem a Chico Mendes (Bosque Gutierrez); Museu de História Natural (Bosque Capão da Imbuia); Museu do Automóvel (Parque Barigüi); Casa do escultor Erbo Stenzel (Parque São Lourenço), Museu botânico (Jardim Botânico), Memorial dos 500 anos de Brasil (Parque Tingüi) entre outros. (fotos em anexo). A UNILIVRE (Universidade Livre do Meio Ambiente) localizada no Bosque Zaninelli (fotos em anexo), por sua vez, possui até camping. No Parque dos Tropeiros existem canchas de rodeio (fotos em anexo). Além de tudo isso, há trilhas ecológicas em diversos parques, oferta de algumas modalidades de esportes náuticos no Parque Iguaçu e no Parque Passaúna e zoológico no Parque Iguaçu e Passeio Público (fotos em anexo).

Os parques também passaram a dar ênfase para o lado cultural-gastronômico, pois seus restaurantes, bares, lanchonetes e cafés tornaram-se pontos de encontro da população local e de turistas, que também encontram nesses espaços *souvenirs* da grife *Leve Curitiba*.<sup>68</sup> Além disso, no Parque Barigüi está situada a "Academia de

---

<sup>68</sup> Arrendados por terceiros, esses espaços gastronômicos e as lojas "*Leve Curitiba*" revertem fundos para o instituto pró-cidadania, uma ONG associada ao Fundo Municipal de Ação Social que promove diversas ações sociais no município.

Ginástica do Parque", uma antiga fábrica transformada em academia e freqüentada por pessoas que praticam caminhadas e corridas no parque e em seguida fazem ginástica, musculação ou dança. Tal serviço é totalmente gratuito e mantido pela Prefeitura Municipal de Curitiba.

Também existem nos parques da cidade alguns projetos que têm como proposta a educação ambiental. A prefeitura municipal vem implementando programas diferenciados em cada parque, entre os quais pode-se destacar o programa de educação ambiental do Zoológico de Curitiba no Parque Iguaçu. O projeto é voltado para visitantes e alunos de escolas públicas e privadas e oferece, por meio de atividades educativas e recreativas, informações sobre as inter-relações entre a fauna, a flora, o meio biótico e os componentes abióticos que compõem o meio ambiente. Existe ainda o projeto do "Acantonamento Ecológico" que atende principalmente a rede municipal de ensino. Esse projeto conta com atividades que acontecem aos sábados e domingos, envolvendo palestras, horta, pomar, minizôo (animais domésticos), cerimonial do fogo, trilha noturna, além de diversas atividades recreativas sempre com temas ligados ao meio ambiente.

O Departamento de Parques e Praças ligado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente administra esses espaços e inclui em suas funções manutenção, limpeza, preservação, fiscalização e controle de atividades realizadas no interior dos parques da cidade. Sobre essa estrutura administrativa, o Diretor de Parques e Praças da Prefeitura Municipal de Curitiba esclarece:

*"A Secretaria Municipal de Meio Ambiente tem a seguinte estrutura: o secretário, uma superintendência e Departamentos. Especificamente para manter os parques, contamos com a Gerência de Manutenção dos Parques [...] Trabalhamos em parceria com o departamento de pesquisa e monitoramento de áreas verdes e com o departamento de produção vegetal, que faz a produção de flores e árvores [...] Para exercer nossa função nos parques da cidade, nós criamos algumas normas de utilização, baseados nos problemas surgidos no cotidiano [...], mas são normas de utilização, não um regulamento! As pessoas reclamam um pouco das restrições em relação aos usos, mas é de fundamental importância para que possamos manter e preservar esses espaços".*

Quanto às parcerias com outras secretarias, foi interessante perceber na fala de Adriane, professora de Educação Física e assessora da diretoria do Departamento de Lazer, vinculado à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, que o uso dos parques é bastante restrito e controlado pela Secretaria do Meio Ambiente:

*"A Secretaria de Meio Ambiente, através da Diretoria de Parques e Praças, nunca nos causou maiores problemas, porque ela impõe as regras e a gente cumpre à risca pra não acontecer de a gente mesmo estar depredando, até estragando aquilo que eles tanto preservam. Mas eles impõem muitos limites pra gente. Muitas vezes, a gente até briga porque observamos no parque Barigüi, por exemplo, a iniciativa privada fazendo eventos, fazendo coisas que a gente não pode fazer enquanto prefeitura. Mas é que a iniciativa privada acaba passando a perna neles e fazendo mesmo sem autorização. Coisas do tipo pendurar propagandas em árvores, a distribuição de panfletos, a própria concessão do fechamento do parque pra uma festa grande, carros na grama, etc. Mas a gente sempre procura a parceria com eles [...] O próprio discurso do Prefeito leva pra isso: uma unificação das ações. Mas eu acho que isso acontece muito devagar [...], tem muita coisa pra fazer em relação a isto [...]. As ações ainda são isoladas. Por exemplo: quem administra e cuida é a Secretaria do Meio Ambiente; quem faz a ação comunitária é a Secretaria do Esporte e Lazer, só que deve respeitar à risca as regras impostas pelo Departamento de Parques e Praças. Mas não conversamos muito sobre a formulação de novas regras ou, dependendo da ação, de algumas regras especiais. Tanto é que, quando vamos fazer um evento no parque, a gente deve informar à Secretaria aquilo que pretendemos, não pretendemos, e eles dizem o que pode e o que não pode."*

Observa-se, assim, que há um certo conflito em relação às ações da Secretarias de Meio Ambiente e a Secretaria do Esporte e Lazer, as quais compõem a Prefeitura Municipal de Curitiba no que tange ao controle, à fiscalização e aos usos desses espaços.

Já a participação comunitária, segundo o Diretor de Parques e Praças, Paulo Roberto, se efetiva mais no âmbito da co-responsabilidade em atividades do que propriamente no planejamento e nas decisões. Vejamos o que diz a esse respeito:

*Os usuários acabam trazendo às vezes algumas sugestões de benfeitorias [...]. Qualquer pessoa tem acesso àquilo que nós estamos implantando nos parques [...]. Nós não chamamos a comunidade para ouvir suas opiniões no momento em que vamos desenvolver algum projeto ou implantar alguma estrutura nova nos parques. Agora, se o usuário observar que nós estamos construindo algum equipamento novo no parque e quiser ter conhecimento de tudo, como vai ser feito ou dar alguma opinião, nós sempre estamos abertos. Por exemplo, no parque Barigüi existe um "Estar mamãe-bebê". Esse equipamento foi construído através da sugestão de uma usuária do parque. Ela viu algo similar no Rio de Janeiro, mandou uma carta para o prefeito e ele mandou implantar. Hoje é um sucesso.*

Diante desse relato, podemos perceber que o envolvimento do cidadão curitibano em relação ao planejamento dos parques públicos ocorre em canais bem informais, já que em Curitiba ainda não há uma participação efetiva da comunidade no planejamento das ações públicas. Na fala do Prefeito da cidade, evidencia-se esse aspecto:

*"Se nós entendemos, como planejadores, que uma cidade tem que orientar seu processo de crescimento, compreenderemos que a gestão pública deve indicar as prioridades (transporte coletivo, preservação de áreas verdes, etc). antes que a especulação imobiliária acabe com elas! Tudo isso foi fruto de uma intenção técnico-política no sentido de modificar o status da cidade. Não poderíamos nos dar ao luxo de ficar anos e anos perguntando à comunidade o que ela achava do planejamento. Demoraria demais e dificilmente sairíamos do lugar. Se na época das grandes transformações, vamos e venhamos, chamássemos a sociedade para discutir, ela não iria entender o processo. Até porque não tinha aquele espírito de participação, não tinha aquele espírito de cidadania que apareceu depois, né? Quer dizer, nada disso existiria. Então o que nós tivemos que fazer? Foi induzir a população a entrar dentro do processo de planejamento [...] Essa questão da participação é importante, mas infelizmente não se consegue sem o conhecimento das necessidades [...], às vezes por falta de interesse, de informação, embora a gente distribua folhetos, divulgue nossos projetos e o que vamos fazer [...] Agora, imagine se pra fazer um parque, do tipo Barigüi, que um milhão e meio de metros quadrados foram desapropriados, se fôssemos perguntar à comunidade do entorno suas opiniões? Não conseguiríamos! Olha, Allan Diks, que foi diretor de urbanismo de São Francisco, veio várias vezes à Curitiba. A primeira vez que estive aqui se encantou [...]. A terceira vez que ele veio, veja só, falei pra ele: saia sozinho em Curitiba e depois me conte o que achou de bom aqui, tá? Ele andou por todos os lugares, por todos os parques, chegou e disse: Sabe de uma coisa, "japonês", a melhor coisa que você fez foi ter desapropriado o parque Barigüi, porque daqui a algum tempo a cidade vai chegar lá e não vai ter mais área verde e se você não fizesse isso, a comunidade perderia aquela área maravilhosa que é mata nativa, mata atlântica. Veja, Simone, em alguns momentos temos que tomar decisões drásticas e rápidas".*

Quanto a essas questões, Fernando, 32 anos, advogado, usuário do parque Barigüi, critica a gestão pública:

*"Olha, no tempo da faculdade, eu participei de diversos debates com políticos da cidade, inclusive na época da campanha. As autoridades locais têm respostas muito contundentes e muito objetivas quando criticamos a falta de canais de reivindicação e participação. Segundo eles, os canais existem, mas há uma postura de silenciamento, de falta de conhecimento das reais necessidades da cidade por parte da comunidade. Ora, o poder público deve favorecer formalmente esse conhecimento e conseqüentemente a participação comunitária, através de espaços institucionalizados para tanto. Deve ser um catalisador das idéias, tem que possibilitar a compreensão do processo, trazendo subsídios para que possamos opinar e não trazer a coisa pronta e acabada, como se não tivéssemos condições de entender, apreender e escolher".*

Desta forma as falas apontam para as dificuldades de diálogo entre a Prefeitura Municipal e a comunidade, a qual, hoje, reivindica canais mais formais e específicos de participação.

Embora já tenha sido evidenciado no início desta seção que o critério para implantação dos primeiros parques públicos de Curitiba foi o saneamento, por meio do mapa de localização das áreas verdes de Curitiba, verifica-se uma predominância ao norte da cidade das áreas verdes públicas.

Se compararmos a renda familiar dos habitantes das diversas regiões, podemos chegar à conclusão de que as pessoas com maior poder aquisitivo estão localizadas igualmente na região central e norte, portanto, as mais privilegiadas em número de áreas verdes.

Sem entrar em detalhes mais específicos em relação a inúmeras variáveis que influenciam tal dinâmica territorial, gostaria de apontar que a localização de áreas verdes tanto pode sofrer influências do capital imobiliário, quanto influenciar a valorização de outras áreas. Neste sentido, Luchiari (2002, p.25-26) ao refletir sobre a mercantilização das paisagens naturais, pontua que:

Ao reinventar a natureza como paisagem valorizada, o ambientalismo contemporâneo abriu caminho para a venda das paisagens naturais e conseqüentemente para uma forma de segregação socioespacial. O mesmo espírito preservacionista, que protegeu ecossistemas naturais, também selecionou paisagens para serem vendidas e transformadas em novas territorialidades das elites urbanas que são, agora, guardiãs da natureza.

Uma pesquisa realizada pela engenheira florestal Elisabeth Hildenbrand<sup>69</sup>, na qual foram entrevistadas 1.831 pessoas, revelou o perfil dos usuários dos parques de Curitiba. A maioria dos freqüentadores das seis áreas analisadas – Bosque do Alemão, Parque Barigüi, Jardim Botânico, Bosque João Paulo II, Parque São Lourenço e Parque Tanguá – é de classe média e tem bom grau de instrução. Das pessoas entrevistadas durante quatro meses em 1999, 72,4% tinham pelo menos o 2.º grau completo, 52,7% pertenciam à classe média e 23,9%, eram da média alta. Esses resultados demonstram uma certa concentração de camadas da classe média em áreas verdes urbanas da capital. Tal fato, já foi discutido no capítulo anterior, em que foram apontadas algumas razões dessa concentração, com destaque à concentração da população de baixa renda nas regiões metropolitanas. Portanto, esses dados revelam o perfil médio da própria população da cidade. Luiz Fragomeni, arquiteto, urbanista do IPPUC e professor do curso de arquitetura e urbanismo da UFPR, argumenta o seguinte sobre esse aspecto:

*"Curitiba do ponto de vista dos parques tem uma razoável distribuição de áreas verdes públicas em vários pontos, naturalmente na região Sul que é mais pobre tem menos parques em função de cheias e invasões [...]. A região dos parques ficou mais ao Norte [...] Do ponto de vista do contexto do urbanismo, o que é questão básica hoje é identificar esses compartimentos ambientais e como esses bairros estão organizados na estrutura básica da cidade, dada pelo seu mapa de zoneamento, pelo seu sistema de áreas, de acesso, isso tudo, mas respeitando seus compartimentos. O que eu quero dizer com isso é que o lazer do cidadão tem que estar num raio de 1km que ele esteja disposto a andar, claro que depende do clima, depende da topografia, mas seria muito bom e*

---

<sup>69</sup> Pesquisa financiada pela fundação O Boticário de Proteção à Natureza e fundação MCArthur, dos Estados Unidos com dados divulgados no jornal Gazeta do Povo em maio de 2002.

*mais saudável para o lazer se a cada 1 km houvesse um espaço público aberto. Neste caso, a noção do que é um parque, do que é um espaço de lazer precisa ser desmistificado. Precisa ser uma área com grama? Não necessariamente, mas precisa ser um espaço com que eu me identifico e que tenha alguma segurança até do ponto de vista da população de menor renda [...] o lazer no nosso conceito atual tem que estar no bairro próximo".*

A referida pesquisa ainda demonstra que o deslocamento médio dos freqüentadores para chegar aos parques da região Norte é de apenas quatro quilômetros, o que indica realmente um maior número de parques nessa área e um acesso mais facilitado para quem mora nessa região. De acordo com a supervisora de obras e serviços da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Maria Lúcia Rodrigues, a prefeitura de Curitiba está atenta a essa demanda por áreas verdes nas regiões mais pobres, principalmente no Sul do município. Ela explica:

*"A região ainda possui uma cobertura vegetal grande, mas está havendo uma explosão demográfica, com a ocupação acelerada das áreas disponíveis. Estamos continuamente identificando áreas de loteamento e priorizando a criação de praças, mas também está em processo de estudo a utilização de grandes áreas para a criação de parques".*

O resultado mais positivo para Hildenbrand (2002) foi a comprovação de que "todos os investimentos feitos pelo poder público em áreas verdes em Curitiba dão retorno positivo para a comunidade". Isso foi comprovado quando as pessoas foram questionadas a respeito da importância desses espaços para a cidade e a maioria absoluta (91,8%) se mostrou favorável aos investimentos públicos em parques urbanos.

As principais utilizações dos parques observadas na pesquisa também demonstram a importância social e econômica das áreas verdes urbanas. O contato com a natureza foi o principal item de atração dos parques (66,8%), revelando que os usuários dos parques de Curitiba buscam um certo estilo de vida, o qual contempla a relação sujeito/natureza por meio de vivências no âmbito do lazer em espaços ao ar livre, apontando para um cotidiano diferenciado no meio urbano. Outros 20,7% dos

entrevistados disseram que freqüentam as áreas verdes para praticar atividades físicas, principalmente para caminhar e correr. A pesquisadora Elisabeth Hildenbrand acredita que isso "demonstra um benefício econômico indireto", pois para ela "as pessoas estariam deixando de gastar com academias".

Gostaria de destacar o índice de 66% de usuários que freqüentam os parques em busca de um contato mais próximo com a natureza. Esse dado é bastante significativo, pois desmistifica a idéia de que as pessoas só estariam usando os parques para praticar "atividades físicas tradicionais", como corridas e caminhadas, as quais podem ter como finalidade somente o controle de doenças ou a busca pelo "corpo ideal". Esse índice superior demonstra que na realidade está presente nesses ambientes e em maior percentagem um certo "desfrute do ócio", o qual inclui a contemplação ou simplesmente um passeio ao ar livre, o que qualifica essas experiências e as tornam extremamente singulares no meio urbano. Para De Grazia (1966, p.376),

O ideal do ócio, ainda que requeira uma separação dos laços do trabalho diário, oferece a possibilidade do descobrimento e da criação. Seu desejo de se ver livre de obrigações é diferente do tempo livre. Seu fim é o poder estar tranqüilo, não simplesmente para se guiar na vida, porém para limpar o caminho em direção à verdade, para ser tranqüilamente objetivo. Desta forma a moral e a obrigação transformam-se em ócio pela verdade que as governa.

Diante desses dados torna-se oportuno questionarmos até que ponto as políticas públicas da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Curitiba estão atentas para essa nova forma de experienciar os parques da cidade.

Ao tentar precisar que bases teóricas sustentam os projetos dos parques de Curitiba, localizei os Planos de Recreação do IPPUC, datados de 1968, revistos em 1973 e 1974, e o atual Projeto de Lei que dispõe sobre a Política Municipal de Esporte e Lazer de Curitiba.

Os Planos de Recreação apresentavam propostas, que para a época se mostravam relativamente avançadas ao refletirem sobre os problemas contemporâneos causados pelo avanço da urbanização, a gestão do tempo livre e o equilíbrio psíquico, pela oferta de espaços ao ar livre para o lazer, entre outras questões. Embora com alguns equívocos teóricos, o que surpreende nesses Planos é a conexão dessas idéias com outros planos referentes à problemática mais ampla da cidade. Desta forma, a justificativa para a implantação de áreas verdes e equipamentos de recreação, segundo os planejadores urbanos da época estava suportada na seguinte questão: "somente a integração do Plano de Recreação na solução global dos problemas gerais de Curitiba poderá propiciar a máxima fluidez da vida urbana e eficiência das áreas, equipamentos e incentivos programados para a vida dos lazers" (IPPUC, 1968, p.3).

Os Planos de Recreação de 1968 indicavam as seguintes etapas:

- *Pesquisa* e previsão: inventário dos fatores positivos e negativos; avaliação das condições existentes *versus* possibilidades e da expectativa de demanda e detecção de zonas de grande densidade de utilização, naturais de utilização variada, naturais, selvagens, histórico- culturais.
- *Definição* de objetivos: previsão de implantação das infra-estruturas; salvaguarda das áreas de interesses (através de uma política de aquisição); integração rural/urbano para usufruto dos equipamentos e coexistência entre tradicional e moderno, evitando ruptura cultural.
- *Ação*: avaliação da evolução da demanda; aquisição e reserva dos espaços; estabelecimento de uma política de equipamentos técnicos e com forças dinâmicas locais; criação de comissão de animação; execução de programas para parques e praças; execução de projetos paisagísticos para ruas; plano de prioridades para novos espaços; estudos para pré-fabricação de elementos e contatos com órgãos extra-municipais (plano metropolitano).

Matiello (2001, p.140) percebe nessas diretrizes uma "razoável distinção da forma com a qual se daria o planejamento no que se refere ao papel exercido pela 'comissão de animação', que depois do levantamento e avaliação das necessidades determina um plano global em consonância com o desenvolvimento da cidade".

Ainda nos documentos oficiais consta que a "comissão de animação", que aliás nunca se efetivou, seria composta por um comitê de animação formado por sociólogos, psicólogos, educadores e especialistas em recreação e em comunicação. O plano continha também especificações de equipamentos e materiais, levantamento dos espaços existentes e dos espaços que se pretendiam desapropriar para tais finalidades.

Já os Planos de Recreação de 1973 acrescentam aos planos de 1968 alguns outros pressupostos teóricos, detalhando melhor a função da "comissão de animação", dando ênfase à implantação e à potencialização de equipamentos em centros de recreação de bairros. Consta nos documentos do IPPUC (1973, p.91) a seguinte justificativa para a dinamização desses espaços: "a recreação, oferecendo opções para atenuar tensões da vida diária, propiciando oportunidades de desenvolvimento físico e mental e favorecendo os contatos sociais, será a balança do equilíbrio psíquico de sociedades urbanas, produzindo lucros consideráveis do ponto de vista social".

Nesses documentos estava explícito que "cabia ao poder público a manipulação das ofertas de lazer", e que suas formas e sua qualidade dependeria de uma "decisão moral da parte do poder público", que deveria escolher se utilizaria a recreação como "um instrumento de conscientização ou de alienação". Era necessário neste sentido "não ignorar a necessidade de se preparar para essa demanda das cidades modernas, como Curitiba, oferecendo opções para o tempo livre da população mesmo que fosse para "contornar os perigos potenciais do ócio".

Nota-se nesse discurso o que Brunhs (1990, p.213) considera como o desejo do poder público de "guiar as camadas populares para que cumpram determinadas

tarefas históricas. O agente acredita possuir uma verdade que deve ser transmitida para o grupo social envolvido e desta forma definir seus interesses". Estes aspectos não deixam de evidenciar um certo olhar reducionista em relação às experiências de lazer.

O Plano de Recreação de 1973 ainda alertava para dois grandes problemas referentes ao acesso da maioria das pessoas aos espaços públicos de lazer da cidade: a negligência para o lazer e a ecologia na forma física sob a qual a cidade se desenvolvia e a insuficiência do equipamento recreativo quando não fosse acompanhado de medidas que levassem à mudança de hábitos da população.

Segundo Matiello (2001, p.141), a vanguarda do plano fica evidenciada nestas duas percepções,

Na primeira, em se considerando a ainda incipiente discussão acerca dos malefícios da urbanização sobre o meio ambiente, e na segunda, reiterando o papel do que seria a comissão de animação, num entendimento que diverge da concepção modernista de urbanismo, onde se acreditava que a própria forma urbana por si só, ou no caso, a existência de um equipamento recreativo, levaria a uma mudança de hábitos, a uma adesão plena ao novo uso.

Um aspecto interessante nesse plano é a importância atribuída à chamada "comissão de animação", segundo os documentos do IPPUC (1973, p.109)

A organização, manutenção e sucesso na implantação de novos centros de animação de bairros, praças e ruas de recreação, bem como suas programações, depende de uma série de fatores, entre os quais o entrosamento entre comissão de animação e as unidades funcionais ou de serviços em cada bairro (paróquias, associações, clubes sociais, esportivos ou de serviços) aos quais caberia participação na escolha, detalhamento, divulgação, execução e avaliação de programas no desenvolvimento de atividades recreativas próprias de bairro.

A formação dessa comissão indica uma certa preocupação com a dinamização dos espaços por uma equipe multidisciplinar que atribuísse à comissão a função de estimular a população ao uso dos espaços, por meio de um diálogo entre as comunidades dos bairros e o corpo técnico. Portanto, considero essa proposta avançada para a época. Neste sentido, como salienta Brunhs (1990, p.212),

quando o indivíduo participa na organização e utilização do meio ambiente, maior identidade e intimidade se estabelecerá com esse meio, com uma melhor compreensão dos problemas envolvidos. Surge, portanto, a praxis do lazer, através desse saber, pois a partir dele, o grupo se reconhece, troca informações e interpreta a realidade em que vive.

Entretanto, deve ser considerado o fato de que alguns equívocos estão presentes nesses planos, como por exemplo: o entendimento de que por meio das experiências no âmbito do lazer "é possível contornar os perigos potenciais do ócio", o qual demonstra claramente muitas fragilidades no tratamento das questões teóricas referentes às formas e aos usos do tempo/espço do lazer, ao explicitar a intenção de ocupação do tempo das pessoas, identificando o ócio como anomalia social a ser corrigida. Nesse discurso moralizante está reforçada, ainda, a lógica da produtividade e do rendimento.

Essa questão remete a Sant'Anna (1992, p.10), que na década de 70 realizou uma pesquisa sobre o lazer na cidade de São Paulo, no período de 1969-1979, em que aponta como as tecnologias de poder utilizadas no campo do lazer silenciaram formas de uso do tempo livre, que passaram a estar associadas à ociosidade, à vadiagem ou ao vício. Segundo a autora, a partir da década de 70 o termo "lazer" passa a ser mais amplamente utilizado para "designar todo o uso do tempo livre que de algum modo pudesse ser útil economicamente e aceito pelos padrões morais instituídos".

Portanto, evidencia-se nos Planos de Recreação de 1973 a produção de um lazer voltado para interesses sociais, promovendo e potencializando intensivamente programas, espaços, equipamentos, compreendendo o lazer de determinada forma e estigmatizando determinados usos do tempo livre. Para Sant'Anna (1992, p.40), seria uma tecnologia do poder que estimula a produção do lazer, com a intenção de colocar o trabalhador a favor do sistema produtivo. Essa técnica distingue criteriosamente lazer e ócio, desqualificando o segundo e reforçando o investimento nas práticas lúdicas, no seu tratamento e regulamentação, tornando o trabalhador dependente e articulado ao poder.

Neste sentido, Sant'Anna (1992, p.11) esclarece que na década de 70 criou-se um lazer,

Como regra de certos prazeres e atividades como verdades inerentes ao nosso tempo: fazer ginástica, usar o tempo livre com atividades físicas e esportivas, cultivar a descontração e um certo tipo de corpo, saudável e produtivo, passaram a fazer dos padrões de normalidade estabelecidos socialmente – houve um processo de inserção de regras e verdades no campo lúdico, da construção de um lazer que promete muito mais do que simplesmente descanso e ludicidade – um lazer ideal capaz de responder às exigências de inúmeras funções sociais.

Embora essas questões estejam presentes no modelo de recreação idealizado para a cidade, Matiello (2001, p.138) ao analisar os Planos de Recreação observa: "a estrutura de recreação urbana era concebida no plano como conjugação de um elemento estático (espaços e equipamentos) e outro elemento dinâmico (projetos culturais), este último como incentivo à utilização dos espaços". Sendo assim, os planos indicavam a urgência de uma política de desenvolvimento cultural associada aos espaços, o que de certa forma foi um avanço significativo.

Nos planos de Recreação de 1974, são reavaliadas e especificadas as definições e metas dos planos anteriores de 1968 e 1973, estabelecendo-se uma hierarquia e classificação para os espaços públicos voltados ao lazer. Eles dividiam-se em:

- *Largos, jardinetes e praças*: com arborização, cujo o objetivo é atender a vizinhança, sendo dotados de algum equipamento.
- *Ruas de recreio*: em vias de circulação restrita e de uso residencial haveria alargamento dos calçadas e estreitamento das pistas para veículos, favorecendo a lentidão do tráfego para utilização do lazer.
- *Núcleos ambientais*: na interseção de duas ruas residenciais, para utilização por crianças na idade escolar.
- *Pontos de encontro*: espaços referenciais do bairro (igrejas, clubes, zonas de concentração de comércio).

- *Centros recreativos educacionais integrados*: utilização da capacidade ociosa da estrutura recreativa das escolas.
- *Centros esportivos*: proporcionam Educação Física sistemática a todas as faixas de estarias, contando com equipamentos infantis e adultos, aquáticos e terrestres, pavilhão de esportes e ginásios.
- *Convênio com clubes*: por meio da contrapartida da prefeitura em obras de melhoria, os clubes cederiam sua estrutura para comunidade.
- *Áreas verdes*: amparadas pela Lei 4857/74, que dispunha sobre a proteção às áreas verdes, 93 áreas foram selecionadas, para que tivessem seus bosques e águas protegidos. A mesma lei traz benefícios fiscais e tributários aos proprietários de imóveis dentro dessas áreas de interesse. Entre elas estavam as que serviriam ao uso dos parques, que além de cumprirem a função de recreação, viabilizariam também o controle das enchentes.

Diante desse contexto, percebemos que mesmo não implantados em sua íntegra, os Planos de Recreação de 1974 foram fundamentais para a implantação dos espaços públicos de lazer na cidade, principalmente os parques. Sua elaboração, somada a outros fatores, influenciou a política de criação, planejamento, gestão e apropriação de áreas verdes, inaugurando uma nova dinâmica do lazer em Curitiba. Ressalto, ainda, a fértil idéia da constituição da "comissão de animação", a qual se dá com mais ênfase neste período, pois demonstrava a contínua preocupação por parte do poder público em promover iniciativas que dessem vida aos espaços.

No entanto, vale destacar que a área de Educação Física, grande responsável pela efetivação desses Planos, manteve uma certa lógica de intervenção centrada no esporte de rendimento. Gostaria de deixar claro que não estou desconsiderando aqui o valor cultural do esporte, mas apenas salientando as dificuldades dos profissionais da área em materializar a proposta inicial dos Planos, a qual previa a potencialização dos aspectos socioculturais da cidade por meio de vivências diversificadas no âmbito do lazer em

diferentes espaços públicos da cidade. A área de Educação Física simplesmente não acompanhou de forma integral tal processo.

Em meados de 1995, o Departamento de Esporte e Recreação vinculado à Secretaria de Educação, transforma-se em Secretaria Municipal do Esporte e Lazer por meio de um Projeto de Lei,<sup>70</sup> que dispõe sobre as políticas públicas que passariam a guiar suas ações. Consta nos documentos que seus princípios norteadores são: "democratização, participação, informação e descentralização".

Neste documento previam-se as seguintes ações na área do lazer:

- Desenvolver ações voltadas para diferentes segmentos da sociedade, em atividades educativas, sociorecreativas e culturais que propiciem a participação espontânea, a ocupação do tempo disponível, o incentivo à criatividade e à melhoria da condição física.
- Realizar eventos com datas alusivas.
- Promover assessoramento e apoio técnico a entidades governamentais e não governamentais, na construção de equipamentos e materiais de lazer e práticas de atividades lúdicas.
- Estimular a prática de atividades sociorecreativas e culturais, visando à apropriação dos espaços públicos multifuncionais, por parte da população.

Ao analisar algumas ações do Departamento de Lazer dessa Secretaria gostaria de destacar, somente a título de ilustração, o "Programa Lazer na Cidade" e o "Programa Animação Comunitária" as ações conjuntas no projeto "Cidadão Saudável" e o "Projeto Linha do Lazer", embora existam outros programas vinculados ao Departamento.

O programa "Lazer na Cidade" constitui-se de um conjunto de eventos realizados nos finais de semana, que têm por finalidade ofertar atividades sociorecreativas e

---

<sup>70</sup> Documento oficial da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Curitiba, fornecido pela Diretora do Departamento de Lazer Lenita Scheidt, gestão 1995-2000.

esportivas para a população, desenvolvidas nos logradouros e/ou espaços públicos de lazer da cidade, na busca da co-responsabilidade da utilização e apropriação desses locais pela comunidade. Esse programa é contínuo e ao longo do ano e se efetiva por meio dos projetos: Recreação nas Arcadas, Dança Curitiba (circuito de dança nos parques da cidade, no Memorial de Curitiba, festival anual de ginástica e dança com academias locais), Colônia de Férias (verão e inverno) e Festival de Atletismo SMEL/COHAB.

O programa "Animação Comunitária" baseia-se na metodologia da ação comunitária, defendida por Marcellino (1996), e é composto por um conjunto de subprojetos com ações diferenciadas em sua macro proposta, tendo a finalidade de auto-organização da comunidade para atividades de lazer, por meio dos projetos "animação do bairro" e "animação da família".

O Programa "Linha do Lazer" funciona com o auxílio de um ônibus adaptado com materiais que possibilitam o desenvolvimento do programa, atendendo clientela diversificada, tais como creches conveniadas, associações de moradores, escolas especiais, casas de repouso para idosos, hospitais com enfermarias pediátricas. Acadêmicos de Educação Física, orientados por um técnico da SMEL, de segunda a sexta-feira, desenvolvem as atividades conforme as especificidades de cada comunidade.

O programa "Curitiba" funciona a partir da distribuição de *folders* informativos em parques, centros de esporte e lazer, eventos da Secretaria, hospitais, feiras, órgãos públicos, condomínios, empresas, comércio, terminais de ônibus. Os *folders* trazem orientações para caminhadas, fórmula para obtenção da frequência cardíaca, aspectos relacionados ao sedentarismo/benefícios para a prática de atividade física, séries de exercícios de alongamentos e aquecimentos, e orientações para se adquirir força, resistência muscular, mobilidade, coordenação e equilíbrio.

Ao comparar as propostas dos Planos de Recreação com as atuais propostas da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, pode-se perceber um avanço, mas ainda

há uma deficiência bastante acentuada no momento de transferir as idéias do papel para a prática concreta.

Ao observar algumas formas de intervenção em eventos realizados pela Secretaria de Esporte e Lazer nos espaços públicos da cidade, observei alguns aspectos pontuais: uma freqüência insuficiente da população em alguns programas culturais, recreativos e esportivos; espaços públicos com pouca infra-estrutura para desenvolvimento de atividades socioculturais mais diversificadas; participação insuficiente da comunidade na escolha dos equipamentos e definição do seu funcionamento; carência de uma nova visão de cultura corporal; carência de profissionais com experiências para orientar as práticas da cultura corporal (os projetos na sua grande maioria são conduzidos por estagiários do 1.º e 2.º ano dos cursos de Educação Física das universidades locais); programas voltados com muita ênfase só para a realização de "atividades"; inexistências de conselhos comunitários de Esporte e lazer nos bairros; insuficiência de programas voltados para idosos/e ou portadores de necessidades especiais; entre outros.

Neste sentido, embora esteja explicitado nos documentos oficiais uma certa preocupação com a co-participação da comunidade, com a autonomia, com a diversidade de ações socioculturais, com o desenvolvimento da criatividade, da liberdade, entre outras questões, percebe-se ainda hoje um modelo de intervenção nos espaços públicos da cidade, principalmente nos parques, voltado especialmente para o esporte, para atividade física no modelo tradicional e/ou para práticas lúdicas repetitivas e pouco criativas, com utilização de materiais alternativos padronizados e diretivos, os quais possibilitam pouca autonomia, interação, desenvolvimento e envolvimento dos usuários.

Nos parques da cidade o que se nota é o uso freqüente da Secretaria para desenvolvimento de atividades promocionais, ou a utilização para a realização de grandes eventos, tais como chegada de passeios ciclísticos, maratonas, festas comemorativas, ou para desenvolver projetos voltados com muita ênfase para a saúde. Um exemplo é o "Curitibativa", que de certa forma aborda a questão da atividade física

na perspectiva tradicionalista da Educação Física, a qual considera o corpo numa perspectiva ainda bastante instrumental e funcionalista.

Contudo, como a realidade do espaço pesquisado permite afirmar, o parque público urbano sugere uma intervenção numa outra perspectiva, podendo se constituir em ações mais amplas, possibilitando a potencialização dos conteúdos socioculturais do lazer, capazes de gerar experiências corporais e lúdicas permeadas por sentimentos de alegria, liberdade, prazer e reflexão. Portanto, estes paradoxos devem ser enfrentados pela área de Educação Física e dos estudos do lazer se realmente a intenção é acrescentar algo à comunidade na qual estão inseridos.

Gostaria de destacar ainda um programa integrado entre a Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba e outras Secretarias do município, incluindo a Secretaria do Esporte e Lazer, intitulado "Vida Saudável". Esse programa aponta para uma possível mudança na forma de intervir na comunidade, pois uma das metas é construir junto com a população curitibana um "estilo de vida saudável" pela informação. Consta nos documentos oficiais<sup>71</sup> que os resultados esperados são: "indivíduos participantes das oportunidades saudáveis que a cidade oferece e com atitudes saudáveis incorporadas no cotidiano, as quais podem potencializar a qualidade de vida na comunidade".

Esse programa é complexo, pois está articulado entre nove secretarias municipais e possui várias etapas e procedimentos. Ressalto aqui a realização de eventos itinerantes, de frequência mensal, em locais definidos em conjunto com as administrações regionais, geralmente nos parques da cidade. Nesses eventos são desenvolvidas ações educativas, culturais, de lazer, atividades físicas e divulgação dos serviços que a PMC oferece à população. O usuário recebe informações, faz uma avaliação de seu estado de saúde (por meio de exames laboratoriais), e de seu estilo de vida (por meio de um protocolo de entrevista), recebe "dicas" de alimentação e de

---

<sup>71</sup> Documentos oficiais fornecidos pela Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, intitulado "Plano do Projeto Âncora Vida Saudável".

práticas de atividades físicas mais indicadas. A atividade também contempla momentos culturais com shows de artistas locais e feiras de artesanato.

Os documentos oficiais desse programa salientam que o estímulo a hábitos de vida saudáveis está intimamente ligado a uma maior oferta e uma maior utilização de espaços públicos de lazer da cidade. Portanto, mesmo com algumas deficiências, aponta um caminho interessante para as intervenções do poder público nas cidades, ao propor em suas ações acesso à informação, oferta de espaços e ações sociais conectadas entre diversas secretarias municipais, acreditando ser possível modificar e transformar alguns aspectos da vida dos cidadãos que vivem no meio urbano.

Por meio de observações e entrevistas com usuários dos parques da cidade pude constatar que, hoje, o cidadão curitibano assimilou alguns processos pelo qual Curitiba passou e vem desenvolvendo ao longo dos anos, em busca de uma nova "cultura do lugar", um estilo diferenciado de viver a cidade. Parece haver uma adesão da população ao modelo proposto de espaços de lazer na natureza, gerando uma nova relação das pessoas com a cidade, que há décadas era tão "despersonalizada". Segundo algumas pesquisas históricas, essa despersonalização no início da constituição da cidade foi consequência da grande quantidade de imigrantes europeus oriundos de diferentes países, os quais introduziam suas culturais no ambiente urbano dificultando o desenvolvimento de uma cultura local que realmente identificasse Curitiba.

Parece claro, também, que há interesse do poder público local em imprimir uma marca à cidade por meio de estratégias de exposição e marketing, que vendem a imagem de Curitiba, divulgando os modelos arquitetônicos de seus parques públicos e de suas políticas públicas, em que o natural e o construído proporcionam uma harmonia visual interessante. Mas tudo indica que esses ambientes podem ter sido (re) significados pelas pessoas que aqui vivem e deles desfrutam. Vejamos o significado atribuído a esses espaços por alguns entrevistados:

"Ah, isso aqui é fantástico! as vezes eu até diminuo o ritmo, fico olhando, naqueles dias lindos, o bosque; o rio, os animais que tem aí... então, quando percebo, estou num ritmo menor, porque eu me envolvo com a natureza, eu voltei a admirar a natureza aqui." (Neuci, 50, professora aposentada, freqüentadora do parque há 11 anos).

"Olha, eu tive um problema na minha vida. Tive que me estruturar novamente e aprendi que a nossa energia vem da natureza. Então, cuido demais disso aqui, desse parque, pela energia que ele me transmite. Eu acredito muito que nós somos parte dessa energia, somos exatamente iguais a qualquer planta que vive aqui, somos energia dessa terra; então essa troca de energia que eu tenho com esta natureza é uma coisa que me faz muito bem, é um momento que me eleva espiritualmente. Eu sinto a presença de todos os elementos naturais desse espaço; eu realmente procuro me sintonizar com tudo isso quando venho para cá e aproveitar bem" (Maria de Fátima, 45 anos, funcionária pública).

"Quando viro o carro e começo a entrar no parque, parece que estou entrando em outro mundo. É como se depois daquela curva ali eu entrasse em outro planeta. Quando estamos indo embora, eu e minhas amigas costumamos dizer agora vamos voltar para o real, porque aqui dá a impressão que é um sonho." (Sônia, 48 anos, dona-de-casa).

"Eu acho que a natureza é uma terapia. Eu não fico sem o parque; ele é vital para o meu equilíbrio emocional. Às vezes, chego aqui cheia de problemas e durante a caminhada vou buscando soluções e volto para casa bem mais aliviada." (Viviane, 35 anos, arquiteta).

"Eu caminho há uns 15 anos aqui no parque. Ele faz parte do meu cotidiano, completa minha casa, porque moro em apartamento, então abro a porta, caminho até aqui e pronto, estou no quintal [...]. Esse jacaré aí é meu amigo, ele fica aqui na frente todo dia no mesmo horário parece que me espera... aqui tem muitos pássaros, muitas árvores, a gente se encanta e fica meio ecológico, começa a lutar pela preservação ambiental." (Guaraci, 42 anos, dona-de-casa).

"Para mim, isso aqui é um paraíso que sai muito barato. Aqui eu descarrego todas as minhas energias negativas e absorvo as positivas. Pra mim isso é muito importante, porque meu trabalho diário é lidar com o público, com dinheiro e com a Caixa Econômica e somos muito cobrados. Então isso aí dá um estresse muito grande. Vir aqui me ajuda muito. Se eu não viesse aqui todos os dias, talvez já tivesse tido um derrame. Só respirar o ar e fazer novas amizades já vale a pena; eu acho que este espaço é o coração da cidade." (Paulo Machado, 50 anos, proprietário de uma lotérica).

Pelos seus conteúdos explícitos, essas falas revelam que as experiências vivenciadas nos parques, que contemplam uma relação um pouco mais direta com a natureza, também podem gerar novos significados aos espaços públicos construídos no meio urbano. Esse aspecto nos remete às formulações de Yáziqi (2001, p.174):

o que faz uma cidade diferente uma da outra não é tanto sua capacidade arquitetônica, que logo se torna ultrapassada em relação a um modernismo unificador em avançada crise, mas símbolos que sobre ela constroem seus próprios moradores (...).

Todavia, convém ser cauteloso com essas questões, pois existe também uma certa espetacularização dos espaços-símbolos das cidades modernas, por meio da criação de simulacros<sup>72</sup>, que podem sugerir desejos e às vezes até mesmo a falsa impressão de que a cidade é um "paraíso", nos quais os parques de Curitiba podem ser enquadrados, desconsiderando-se muitos aspectos ambientais ainda a serem resolvidos, tanto em relação à estrutura dos parques como em relação à cidade. A esse respeito, MOURA (2001, p.203) critica os parques de Curitiba caracterizando-os como "parques de paisagem", que não guardam muita relação com ecossistemas. Para ela:

Cada criação paisagística é apresentada como uma contribuição estudada à luz da ecologia, mesmo que se resume a parques tematizados, jardins ambientais – que na verdade, se configuram em complexos esportivos de bairros – ou floreiras de rua. Visivelmente questionáveis em sua eficácia no que se refere à sustentabilidade urbana, esses projetos se fazem acompanhar de fortes campanhas ligadas à mídia, que se postulam como de educação ambiental e de ampliação da consciência ecológica.

---

<sup>72</sup> HARVEY (2000,p.261) considera simulacros um estado de réplica tão próxima da perfeição que a diferença entre o original e a cópia é quase impossível de ser percebida. Segundo ele, "com as técnicas modernas, a produção de imagens como simulacros é relativamente fácil. Na medida em que a identidade depende cada vez mais de imagens, as réplicas seriais e repetitivas de identidade (individuais, corporativas, institucionais e políticas), passam a ser uma possibilidade e um problema bem real. Por certo podemos vê-las agindo no campo da política, em que os fabricantes de imagens e a mídia assumem um papel mais poderoso na moldagem de identidades".

No entanto, ao focalizarmos as relações existentes entre a população que cuida, aprecia e vive cotidianamente os parques urbanos da cidade, além das diferenças culturais e os sentidos – materiais e simbólicos – que imprimem à paisagem curitibana, observa-se que o modelo adotado, de espaços públicos destinados a vivências no âmbito do lazer e da cultura, pode estar favorecendo uma identidade com o lugar.

Esse sentimento de pertença parece potencializar o usufruto contínuo desses espaços tanto pelos moradores nascidos na cidade como pelos recém-chegados em busca de uma melhor qualidade de vida urbana. Isso parece estar em sintonia com o esforço do poder público, que há várias décadas vêm buscando imprimir uma marca identitária à cidade por meio de referenciais urbanos. Desta forma, a positividade da cidade é reconhecida e divulgada:

A cidade de Curitiba, que se prepara para comemorar seus trezentos anos de fundação, é dona de uma lisonjeira unanimidade nacional. Tida e havida como capital brasileira de melhor qualidade de vida, é hoje indicada por urbanistas da organização das Nações Unidas, como uma das três melhores cidades do planeta para se viver, ao lado de Roma e da americana São Francisco (Veja, 08.03.90).

Diante da idéia de cidade-modelo, reconhecida por vários setores da sociedade e que coloca Curitiba em uma posição positiva com referência a sua imagem urbana, García (1996, p.84) afirma que deve ser reconhecido de início que a cidade de Curitiba

constitui um lugar onde se instaurou plenamente, nos anos 90, um processo de consolidação de uma identidade socioespacial positiva em face do país e da escala internacional. Essa identidade encontra-se fortemente associada ao processo de construção da imagem de cidade-modelo, cujo marco inicial é a década de 70.

Para a autora, essa imagem permite identificar a cidade como "cidade espetáculo", isto é, um lugar aberto às inovações urbanas – uma das características básicas da história recente de Curitiba. As interpretações dessa espetaculosidade quanto às intervenções na cidade nos remete, segundo García, aos elos entre as práticas contemporâneas de comunicação, a modernização urbanística e os interesses políticos em cena.

Assim, com esse misto de soluções e enfrentamentos de novos problemas urbanos propaga-se a idéia, por todo território nacional, de que nesta cidade existe a tão buscada "qualidade de vida". Embora essa "fama" tenha sido potencializada pelos meios de comunicação que muitas vezes desconsideram os problemas urbanos enfrentados por Curitiba, há que se considerar que existem alguns aspectos da cidade que realmente facilitam a vida cotidiana, como por exemplo sistema de transporte, o qual viabiliza o acesso aos serviços da cidade. A cidade, além disso, oferece segundo dados de pesquisa<sup>73</sup>, conforto, relativas facilidades de se conseguir empregos, eventos culturais, custo de vida relativamente baixo e muitos espaços públicos voltados ao lazer.

Os parques, as praças e os bosques viraram "praia" dos curitibanos. São mais de 300 praças, trinta parques e diversos bosques. Neles circulam, em média, 150 mil pessoas por semana. Segundo observação de campo deste estudo, das pessoas que aliam caminhadas, corridas e exercícios com pontos de encontros, principalmente nos fins de semana, às famílias de diferentes camadas sociais<sup>74</sup> que buscam nos parques espaços para as mais diversas vivências no âmbito do lazer.

Desta forma, presencia-se em Curitiba uma estreita relação entre a cultura local e o uso dos parques públicos. No próximo capítulo, busco discutir o significado desses espaços para vivências no âmbito do lazer nessa cidade. Mas antes de passarmos a isto, vale a pena destacar algumas características gerais do Parque Municipal Barigüi (fotos 7 e 8), uma vez que este foi o espaço escolhido para as observações mais sistemáticas e para a realização das entrevistas.

---

<sup>73</sup> Prefeitura Municipal de Curitiba, PME, IPARDES/IBGE.

<sup>74</sup> Em pesquisa realizada pela RPC (Rede Paranaense de Comunicação), no primeiro semestre de 2003, em que foram colocados computadores disponíveis à população em todos os terminais de transporte coletivo, para que pudessem opinar sobre a qualidade dos serviços públicos, foi detectado que o serviço mais eficiente para o cidadão curitibano é a oferta dos espaços públicos de lazer e o mais deficiente é a segurança pública.



Criado em 1972, com uma área de 140 hectares, o Parque Municipal Barigüi foi uma antiga Sesmaria de Mateus Leme, no século XVII. O Parque é composto de três bosques, que abrigam um remanescente dos capões de araucária.

Árvores como canela, o cedro, a erva-mate, a pitangueira, o vasourão branco, a guabirota, o pinheiro do Paraná, entre outras, compõem juntamente com bromélias e orquídeas a exuberância da flora do parque. A vegetação serve de abrigo para pequenos animais com o ouriço, a paca, a cutia, o tatu galinha, o gambá, além de aves como o pica-pau, a saracura, o jaçanã, o gavião e o sabiá laranjeira.

O Rio Barigüi, rio de "fruto espinhoso" que corta o Parque, foi represado formando um lago de 400 mil metros quadrados, o qual é responsável pelo controle de enchentes e atração de aves aquáticas. Além delas, capivaras e carneiros completam a paisagem em torno do lago.

O cenário do parque também é constituído por equipamentos como: pista de *Cooper*, pista para patinação, ciclovia, campos de futebol, áreas para prática de voleibol, amplo espaço livre gramado, trilhas na mata, churrasqueiras, quiosques, bancos em alguns trajetos, local reservado para prática de exercícios físicos com equipamentos para alongamento, parque de diversões, Centro de Exposições, Museu do Automóvel, academia de ginástica, bares, restaurantes com deck que adentra o lago, estacionamentos, banheiros, local reservado para atendimento às crianças (intitulado "estar mamãe"), estacionamento específico para bicicletas, iluminação noturna e posto da Guarda Municipal da Prefeitura de Curitiba, entre outros espaços.

As discussões e análises do próximo capítulo consideram particularmente o cenário descrito. Pelos motivos já mencionados no início deste texto, o Parque Barigüi reúne condições ímpares de representatividade do modelo de parques implantados em Curitiba, razão pela qual ocupa um lugar de destaque neste estudo.

## **CAPÍTULO 4**

### **O SIGNIFICADO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS PARA EXPERIÊNCIAS NO ÂMBITO DO LAZER EM CURITIBA**

A partir da década de 70, intensifica-se a urbanização em relação ao campo e, na medida em que as grandes cidades vão se expandindo, a delimitação espacial entre público e privado vai se confundindo. Para Saldanha (1993, p.17),

O viver social consiste e subsiste em várias dimensões, e uma delas ocorre nas casas: as sociedades ao emergir para um certo nível histórico são cidades, e as cidades constam de casas, colocadas em ruas. E – como as ruas, como as praças – são já outras dimensões, a pública, eis que o plano público e o privado se tocam, se contemplam, se complementam.

Embora considerando a importância do espaço privado na vida das pessoas, gostaria de destacar que a cidade sempre esteve ligada a formas de ambiente público, como praças, assembléias públicas, tribunais públicos. Portanto, quando desaparece essa forma de ambiente, desaparece também a vida urbana. Para Negt (2002, p.22) é "no espaço público que se desenvolve a cultura e o contato com o estranho", um contato aceito e tolerado com o outro, possibilitando múltiplas trocas e experiências.

Discorrendo sobre a concepção de um espaço público, Gomes (2002, p.159) observa que em torno dessa questão tão simples, há certas incompreensões sobre as quais ele estabelece alguns comentários.

Primeiro, a forma negativa de definição: "é público aquilo que não é privado". Essa definição não supre as necessidades conceptuais do autor, pois não a aceita como uma forma a ser utilizada ou como uma prática de identificação.

Segundo, tomar o espaço público como uma área judicialmente delimitada, ou seja, apelar para o texto legal, significa inverter os procedimentos. Em outros termos, partindo da lei que regulamenta uma existência para definir o objeto, quando é possível

imaginar que o objeto precede a lei e que se manifesta em uma variedade fenomenológica que não obrigatoriamente é do interesse da legislação descrever (GOMES, 2002, p.160).

Terceiro, a compreensão de que o espaço público é simplesmente definido pela qualidade de livre acesso. Por um lado essa concepção peca por não distinguir público de coletivo ou comum, ou seja, o fato de permitir um livre acesso, não configura um estatuto público ao espaço. Por outro, hospitais, escolas, áreas militares e administrativas não possuem como regra um acesso aberto a todos, mas mantêm sua qualidade de locais públicos, pois "os atributos de um espaço público são aqueles que têm uma relação direta com a vida pública" (GOMES, 2002, p.160). O autor, recorrendo a Habermas, enuncia que o espaço público é o lugar do discurso político e continua: "para que esse 'lugar' opere uma atividade pública, é necessário que se estabeleça, em primeiro lugar, uma co-presença de indivíduos [...] para que isso ocorra, esse diálogo deve ser veiculado por meio de uma linguagem comum, uma língua pública, que é parte de uma cultura pública".

Com relação à comunicação entre indivíduos diferentes, o autor considera que ela é possível pela intersubjetividade, ou seja, ainda que um indivíduo não possa ser reduzido a outro, existe sempre um domínio de interlocução que garante o sucesso da comunicabilidade. Dessa forma, o espaço público é ao mesmo tempo o lugar onde os problemas se apresentam, tomam forma, ganham uma dimensão pública e, simultaneamente, são resolvidos. Nas considerações do autor, um dos maiores problemas da sociedade foi o de haver transformado o público em "passivos espectadores".<sup>75</sup> Atualmente, a compreensão do qualificativo público parece corresponder à idéia de uma massa posta diante de imagens e discursos espetaculares, ou ainda, uma multidão passiva, incapaz de reagir criticamente, prisioneira de uma cotidianidade niveladora.

---

<sup>75</sup> Segundo alguns críticos mais radicais, as sociedades modernas, apesar de proclamarem os valores da consciência individual e da democracia, estão completamente parasitadas pelo corporativismo e pela propaganda e nunca chegaram de fato a construir um espaço público, como aquele idealizado pelo pensamento liberal moderno (GOMES, 2002, p.160).

Segundo a concepção de Gomes (2002, p.162), o espaço público é, antes de mais nada, o local onde as afinidades sociais e as diferenças são vivenciadas. Surgindo a partir daí, então, a possibilidade de diálogo e de transformação. O espaço público é, assim, um desfile variado de cenas comuns onde se exercita a arte da convivência. É também um lugar de conflitos, de problematização da vida social. Gomes (2002) continua afirmando que todas as cidades dispõem de lugares públicos que correspondem à imagem da cidade e de sua sociabilidade, por meio dos quais se produz uma espécie de resumo físico da diversidade socioespacial daquela população, daquele lugar, transformando espaços em lugares.

Recentemente, o conceito de "lugar" é resgatado, principalmente pela geografia, como conceito fundamental, passando a ser analisado de forma mais abrangente porque se entende que "lugar" constitui a dimensão da existência que se manifesta por meio de um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas e instituições.

O conceito de lugar, nesta perspectiva, foi amplamente discutido por Santos (1997). Para ele, a análise do lugar se refere a um tratamento do "mundo vivido". Esse tratamento, dado a princípio pela geografia, vem assumindo diferentes dimensões. De um lado, o lugar se singulariza a partir de visões subjetivas vinculadas a percepções emotivas, a exemplo do sentimento "topofílico" a que se refere Tuan (1975); de outro, o lugar pode ser lido por meio do conceito da "geograficidade", termo que, segundo Relph (1979), "encerra todas as respostas e experiências que temos de ambientes nos quais vivemos, antes de analisarmos e atribuímos conceitos a essas experiências".

Essas questões implicam compreender o lugar por meio de nossas necessidades existenciais, quais sejam, localização, posição, mobilidade, interação, com os objetos e/ou com as pessoas. Identifica-se essa perspectiva com a nossa corporeidade e, a partir dela, o nosso estar no mundo, no caso, a partir do lugar como espaço de existência e coexistência.

Na perspectiva de um mundo vivido, que leva em conta outras dimensões do espaço geográfico, conforme Santos (1997, p.89), quais sejam, os objetos, as ações, a técnica, o tempo, o autor se refere ao lugar dizendo, "no lugar, nosso próximo se superpõe, dialeticamente, ao eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando definitivamente, as noções e as realidades de espaço e tempo".

Resulta daqui sua visão de mundo vivido local-global. Para o autor, o lugar expressa relações de ordem objetiva em articulação com relações subjetivas e relações verticais, resultantes do poder hegemônico, imbricadas com relações horizontais de coexistência e resistência. Daí a força do lugar no contexto atual.

Tuan (1983, p.3), na introdução do seu trabalho sobre "espaço e lugar", destaca que esses termos são familiares e indicam experiências comuns:

Espaço é um símbolo comum de liberdade no mundo ocidental. O espaço permanece aberto, sugere futuro e convida à ação. O espaço fechado e humanizado é lugar. Os seres humanos necessitam de espaço e lugar, pois as suas vidas são um movimento dialético entre refúgio e aventura, dependência e liberdade. O lugar representa a segurança, enquanto o espaço representa a liberdade.

Os geógrafos estudam os lugares, segundo Tuan (1983), enquanto os planejadores evocam um sentido de lugar. Espaço e lugar são componentes básicos do mundo vivo. Assim, o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. Considera o autor que a amplitude da experiência<sup>76</sup> ou do conhecimento pode ser direta e íntima, ou pode ser indireta e conceitual, mediada por símbolos.

---

<sup>76</sup> Experiência para Tuan (1983, p.9) é um termo que abrange as diferentes maneiras por meio das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. Essas maneiras variam desde sentidos mais diretos e passivos, como o olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização.

Uma cidade como Curitiba é reconhecida pelos seus cenários naturais preservados e por seus projetos de intervenção urbanística arquitetonicamente pensados, mas torna-se imprescindível complementar esses dados com dados experienciais que possam coletar e interpretar com fidedignidade de que maneira as pessoas atribuem significado, organizam e dão vida a esses lugares.

Tuan (1993, p.21) exemplifica:

Uma cidade como São Francisco é reconhecida pelo cenário sem par, topografia, odores e ruídos das ruas. Mas um objeto ou lugar atinge realidade concreta quando nossa experiência com ele é total, isto é, através de todos os sentidos, como também com a mente reflexiva. Quando residimos por muito tempo em determinado lugar, podemos conhecê-lo intimamente, porém a sua imagem pode não ser nítida, a menos que possamos também vê-lo de fora e pensemos em nossa experiência. A outro lugar pode faltar o peso da realidade porque o conhecemos apenas de fora – através dos olhos de turista e da leitura de um guia turístico. É uma característica da espécie humana, produtora de símbolos, que seus membros possam apegar-se apaixonadamente a lugares de grande tamanho, como a nação-estado, dos quais eles só podem ter uma experiência direta limitada.

Portanto, conhecer o fluxo de uma cidade exige a identificação de locais significantes, como referenciais arquitetônicos, dentro do espaço-cidade onde objeto e lugares podem representar núcleos de valor. Atraem ou repelem em graus variados de nuances.

#### 4.1 A CIDADE E OS USOS DOS PARQUES PÚBLICOS URBANOS

A cidade aparece, como vimos nas capítulos anteriores, como lugar de grandes transformações, muitas vezes geradoras de um processo desequilibrado de edificações e de mudanças sempre em curso. Nesse contexto, torna-se cada vez maior a preocupação do planejamento urbano com referência à produção de espaços públicos e à preservação de áreas verdes, em função da reivindicação por espaços de lazer, onde a natureza possa ser contemplada e vivenciada.

De tal forma, no espaço urbano, segundo Carlos (1999, p.27) "fundem-se os interesses do capital, a ação do Estado e a luta dos moradores como forma de resistência contra a segregação no espaço residencial e pelo direito à cidade". O direito à cidade, para Lefebvre (1969),

manifesta-se como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e à habitação. O direito à obra (atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto da propriedade) se imbrincam dentro do direito à cidade.

Neste sentido, poderíamos pensar na possibilidade da não fragmentação entre cotidianidade-lazer, cotidianidade-trabalho, compreendendo a cidade como espaço de trabalho produtivo e do lazer. Assim, para Carlos (1999, p.33), "a cidade seria a obra perpétua dos seus habitantes, o que contraria a idéia de receptáculo passivo da produção e das políticas de planejamento citada por Sánchez (2003, p.204), ao afirmar que a população recebe as obras da cidade em um "atitude contemplativa, passiva e reverenciadora. Deslumbra-se sempre com o privilégio de viver numa cidade planejada e sente-se partícipe da cena, embora essa participação se resuma à de figurante."

Considero que as experiências no âmbito do lazer em parques públicos facilitam a potencialização de um certo tipo de participação comunitária, porque contemplam territórios da vida urbana, em que grupos/indivíduos co-dividem, num mesmo espaço, maneiras extremamente diversas de apropriação desses lugares, muitos deles de forma mais isolada, outros em grupos, outros ainda interagindo em redes mais ou menos informais. De qualquer maneira, sempre dimensionando novos sistemas de valores, de imagens, de códigos, de formas de pensar e exprimir-se diferencialmente nos espaços públicos das cidades. Suscita-se, assim, uma relação entre espaço/cidade/cidadão de maneira singular. São sujeitos que compartilham, por algum tempo, de uma visão comum de realidade. Interagem por meio de uma rede de significados, conforme as indicações de Geertz (1989), e atuam dentro de um sistema

compartilhado de crenças e valores, em que estão presentes algumas formas de solidariedade, de sociabilidade e de respeito pela natureza, por meio de práticas sensíveis experienciadas pelo corpo.

Portanto, frente às problemáticas urbanas apontadas, tendo a pensar que alguns modelos de parques públicos que contemplem a preservação do patrimônio cultural e natural, integrando-os nas cidades aos diversos estilos de vida, ao progresso e respeito ao meio ambiente, podem significar a possibilidade de um "viver melhor" nesse intrincado meio urbano.

Atualmente, não é necessário ser um especialista em arquitetura ou urbanismo para perceber que muitos espaços públicos urbanos no Brasil estão adotando uma mesma padronização, pela força da evolução de tecnologias e pela imposição de modismos, os quais podem ser considerados aspectos de um mesmo processo. Nas cidades brasileiras essa tendência parece se apresentar com mais força porque as tradições são bem tênues entre nós. Poucos são os lugares que guardam suas tradições, seus monumentos históricos, suas reservas naturais, suas culturas locais. Neste sentido, Yázigi (2001, p.15) nos alerta que "os padrões de arquitetura colonial brasileira, presentes em muitos pontos do território nacional, tornaram-se meras relíquias". Se tomarmos os países europeus como eixo de reflexão, veremos que muitos de seus espaços – cidades em especial – guardam traços seculares e milenares que se constituem em grandes tesouros da cultura material de um lugar.

Yázigi (2001, p.15) também afirma que, no Brasil, com o desenvolvimento da indústria brasileira da construção, "propagou-se o uso em todas as cidades até mesmo dos mesmos materiais e, muitas vezes, das mesmas tecnologias". Esse fato se faz acompanhar de certos estilos de gestão municipal, impulsionados pelo vício de copiar ou pela vergonha do que é antigo e histórico. O autor exemplifica essa questão citando a padronização da arquitetura de madeira, ainda hoje comum nos Estados do Paraná,

de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Para ele, "mediocre também é o empresário do lazer, que já tem pronta a mesma lista dos equipamentos que rendem e que é aplicada a qualquer lugar. É a mesmice dos pedalinhos sobre lagos barrentos, os tobogãs azuis, os ranchinhos de sapé, a música de ambiente, as fontes luminosas, a roda gigante".

De fato, Fernandes (2001, p.317) afirma que "a uniformização do modo de pensar e dos modelos de planejamento parece não mais se colocar apenas como perspectiva, mas como desdobramento concreto de palavras e ações já relativamente corriqueiras nas práticas de nossas cidades". Para a autora, entre outros fatores, essa uniformização se daria pela redução tecnocrática: linguagem estandarizada, criando a uniformização de elementos de produção, de acordo com um padrão estabelecido. Em outras palavras, trata-se da redução a um só tipo de modelo urbanístico, refletindo um só tipo de modelo de parques públicos.

Embora a cidade de Curitiba não esteja "vacinada" contra esse modelo padronizado, percebo que ao longo de sua história vem conseguindo por meio de um planejamento urbano diferenciado, superar alguns desses valores e práticas limitantes em certos setores da gestão municipal e na forma como o curitibano se identifica com essas intervenções.

Considero os parques públicos urbanos como uma das possibilidades de se pensar numa cidade mais humana, em que a dialética homem/natureza pode se efetivar num movimento conciliador entre participação, encontro, liberdade e ludicidade. Mas, para tanto, faz-se necessário desmistificar a idéia de que os parques urbanos são sempre uma dádiva conferida à população de uma cidade. O olhar crítico sobre esses espaços pressupõe considerar os parques urbanos como locais construídos e que precisam de vida e da aprovação conferida a eles pela população local. Isso está mais de acordo com a realidade, pois as pessoas dão utilidade aos parques e fazem deles um sucesso ou, então, não os usam e os condenam ao fracasso.

Ao enunciar a influência mútua entre parques e cidade, Jacobs (2001, p.99) observa que a condição fundamental para compreendê-la é acabar com a confusão entre os usos reais e os fantasiosos. Cita, como exemplo, a ficção de que os parques são "os pulmões da cidade", salientando que certa metragem de área verde não é suficiente para fornecer mais ar para a cidade do que uma metragem equivalente em ruas. Outra falsa convicção é de que os parques são capazes de estabilizar o valor dos imóveis ou funcionar como âncoras da comunidade.

Nesse cenário, tendo em vista as funções dos parques nas cidades, Jacobs (2001, p.100-101) faz considerações sobre os aspectos relevantes desses espaços, tomando por base a implantação de alguns parques importantes na Filadélfia, considerada, pela autora, uma experiência controlada nesse aspecto. Assim, reporta-se a William Penn<sup>77</sup> que projetou a cidade e colocou em seu centro uma praça, hoje ocupada pela Prefeitura. Tendo como referência essa praça central, Penn projetou quatro praças para áreas residenciais, todas da mesma idade, do mesmo tamanho, com a mesma destinação, que, entretanto, tiveram destinos diferentes conforme destaca a autora.

Rittenhouse Square - A mais conhecida das quatro praças, foi adotada pela população. É bem-sucedida, muito freqüentada e considerada, atualmente, um dos maiores patrimônios da Filadélfia. Representa o núcleo de um bairro elegante.

Franklin Square - O segundo dos pequenos parques projetados por Penn, é um parque de submundo, onde se juntam os sem-teto, os desempregados e os indigentes em meio a cortiços, pensões, estabelecimentos religiosos, lojas de roupas usadas, entre outros. O parque e seus freqüentadores têm má fama, mas o local não é perigoso, pois não há crimes.

---

<sup>77</sup> Governou a Colônia da Pensilvânia por dois anos, entre 1682 e 1684, a qual lhe havia sido concedida pelo rei inglês Carlos II como pagamento de uma dívida. Foi Penn quem batizou a cidade de Filadélfia. O plano consistia de uma malha ortogonal de 22 por 8 quadras (JACOBS, 2001, p.100).

Washington Square – O parque localiza-se numa área de escritórios que já foi um centro comercial. Atualmente, tornou-se um local de perversão a ponto de ser evitado pelas pessoas que trabalham nos escritórios. Em meados dos anos 50, o parque foi revolvido e ficou fechado por mais de um ano, sendo reprojetoado. Durante esse período, os freqüentadores se dispersaram – e era essa a intenção. Hoje tem uso escasso e aleatório e está quase sempre vazio, com exceção da hora de almoço nos dias de tempo bom.

Logan Circle - é a quarta das praças projetadas por Penn. Foi reduzida a uma pequena ilha de tráfego, transformando-se numa rotatória, adornada com um chafariz e um jardim bem cuidado. Embora se trate mais de um local para quem passa de automóvel, a rotatória recebe muitos visitantes nos dias claros.

Os destinos dessas praças ilustram o desempenho inconstante que caracteriza os parques urbanos. Nas considerações de Jacobs (2000, p.97) "os parques de bairros ou espaços similares são comumente considerados como uma dádiva conferida à população carente das cidades". Na seqüência, a autora sugere que se inverta o raciocínio para visualizar uma situação em que quem dá utilidade aos parques são as pessoas. Os parques são lugares efêmeros, ou seja, pouco duradouros e condenados ao fracasso quando não valorizados e freqüentados pelos moradores da cidade. A autora destaca que os parques costumam experimentar extremos de popularidade e impopularidade, demonstrando que o desempenho de um parque nada tem de simples. A utilidade do parque e os aspectos do seu desempenho representam casos particulares que desafiam as generalizações, pois diferem muito de trecho para trecho, dentro de si próprios, e recebem influências diversas das diferentes partes da cidade de onde vêm seus freqüentadores.

Nas cidades contemporâneas pode-se observar o desempenho dos parques e das praças. Eles podem agradar as pessoas e tornarem-se populares ou enquadrar-se na categoria de parques de pouco uso, cujos equipamentos se transformam em alvo de vandalismo.

A análise da importância dos parques nas cidades em seus aspectos mais relevantes, os quais consideram a participação social e a necessidade de se produzir espaços públicos que sejam parte da evolução dos centros urbanos, nos conduzem à reflexão de Santos (1997, p.51,) para quem "o intercâmbio efetivo entre as pessoas é a própria matriz da densidade social, configurando-se como condição para essas relações que se acumulam, diversificam-se e renovam-se".

Szmrecsanyi (2001, p.15) cita os parques do Ibirapuera e do Flamengo, em São Paulo e no Rio de Janeiro, respectivamente, como espaços públicos favorecendo "a agregação, o encontro, a visibilidade recíproca de diferentes classes sociais". O mesmo acontece em alguns parques públicos de Curitiba, o que pôde ser facilmente comprovado pela observação de campo e pelas entrevistas realizadas.

O desafio, portanto, está em apontar que o sucesso dos parques urbanos criados em Curitiba não está somente ligado ao fato da grande quantidade de espaços produzidos, ou no sucesso da divulgação desses espaços, mas, também, na forma como o cidadão curitibano compreende e faz uso desses espaços. Uma das formas de uso diz respeito às práticas corporais vivenciadas no Parque Municipal Barigüi.

Ao analisar em diferentes horários do dia e em diferentes dias da semana o fluxo do Parque Barigüi, pude perceber que a cada momento novos cenários se apresentam, evidenciando perfis diferenciados de usuários. Por exemplo, às 6h e às 17h, poucas pessoas freqüentam o Parque. Entre elas estão as que programam sistematicamente suas práticas de "atividades físicas", através de corridas e caminhadas e as que vivenciam estas mesmas práticas, mas buscam além da manutenção da saúde física, outras relações mais sutis, as quais revelam formas diferenciadas de experienciar o espaço do Parque.

Os usuários que se preocupam acentuadamente com a "saúde física" tem um perfil muito peculiar. Freqüentam o Parque independente das variações de temperatura

(sol, chuva, frio, neblina) e mantêm sempre a mesma "rotina". Usam roupas adequadas para corredores, realizam sempre determinados alongamentos, correm olhando para frente e silenciosamente, cuidam da postura corporal, respiram profundamente, controlam as passadas e a frequência cardíaca. Tais praticantes buscam "rotinas de atividades físicas" sustentados em um certo conceito de saúde, atividade física e corpo. Vejamos o que estes usuários dizem:

*"Olha, gosto de vir ao parque esta hora, porque não tenho tempo mais tarde, começo a trabalhar às 8:00, então só resta este tempinho para eu cuidar de minha saúde. Mas, vejo vantagem nisso porque o parque está vazio, ninguém atrapalha a corrida, quem está aqui esta hora é porque quer realmente praticar atividade física forte. Poderia até correr na rua, mas acho este local mais plano e seguro." (Raul, 38 anos, professor).*

*"Eu acordo cedo, gosto de ter hábitos alimentares saudáveis, não fumo, não bebo, e a atividade física que faço aqui acredito que está me proporcionando mais tempo de vida. Busco saúde e bem estar. Quando não venho, parece que a "máquina" sente! Me sinto meio enferrujado". (Marcos, 45 anos, empresário).*

*"Saio do trabalho às 17:30 horas, é aqui perto. Em 5 minutos chego aqui. Carrego minhas roupas de corrida no carro, troco de roupa dentro do carro mesmo. Corro 1 hora três vezes por semana, chova ou faça sol. Sou metódico mesmo. Acho que quando nos propomos a fazer exercícios físicos temos que nos disciplinar, levar a sério, senão não adianta nada, não alcançamos resultados para saúde. Quando o parque começa a encher já estou no final da corrida. Não gosto de correr nos finais de semana quando o parque está cheio, tenho que desviar das pessoas que ficam passeando com cachorros ou entre crianças brincando, isso atrapalha meu ritmo, adoro este parque vazio". (Rogério, 30 anos, contador).*

*"Estou muito fora de forma, tenho feito um esforço para acordar cedo e vir para cá todos os dias. Depois que tive uns "probleminhas" de saúde o meu médico recomendou exercícios diários e uma alimentação mais leve, não gosto muito desta rotina, mas me obrigo a fazer exercícios. Hoje, tenho que ter consciência que isso previne doenças mais graves. É só por essa razão que venho aqui." (Rosa Maria, 45 anos, professora).*

Nestas falas evidencia-se uma concepção de prática corporal sustentada em um modelo instrumental de atividade física, onde a preocupação com a "saúde" significa a simples manutenção da "boa forma", o auto-controle, a obrigação e a

disciplina sobre o "corpo máquina". Estes aspectos nos levam a questionar até que ponto a realização de "práticas convencionais" de atividades físicas, apoiadas nesses conceitos e entendidas como imprescindíveis à promoção da saúde, significa realmente a garantia para uma vida saudável.

Aparece, no entanto, outras formas de vivenciar o corpo no espaço do Parque, as quais de certa forma fogem desta lógica de produção de performances corporais, permitindo experiências mais sensíveis e menos marcadas pela produtividade. Deve-se ressaltar que esta segunda perspectiva apresenta-se como predominante.

Este deslocamento pode ser percebido através de um grupo significativo de usuários deste Parque, os quais relatam a utilização de tais práticas como estímulo para a vida cotidiana, como "oxigenação" à rotina do mundo do trabalho, aproveitando de maneira intensa o espaço para meditar, contemplar a natureza, ouvir os pássaros, ver o pôr-do-sol, exercer um certo ócio e entrar em sintonia com o corpo. Vejamos suas falas:

*"Adoro correr neste horário para ver o sol nascer ali atrás do lago. A corrida para mim é uma preparação para o agito do dia-a-dia. Corro, caminho, respiro, medito sobre minha vida e sobre os compromissos que terei pela frente. Se não venho aqui logo cedo, parece que o dia não começou". (Antonio Carlos, 50 anos, funcionário público).*

*"O melhor momento do meu dia é vir correr aqui no parque no final do dia, o por do sol neste parque é lindo, corro, sudo, olho as pessoas e percebo que elas estão mais relaxadas em função do horário do dia, depois sento ali no deck para olhar o por do sol, tomando uma cervejinha. Acho este programa uma maravilha para celebrar mais um dia vivido." (Maurício, 37 anos, professor).*

*"O silêncio deste lugar me fascina, chego aqui as 7:00 da manhã, depois de deixar meus filhos na escola, os pássaros estão cantando, o sol surgindo, poucas pessoas circulando, me sinto meio dona do espaço. Corro lentamente para não deixar de perceber essa maravilha que é a natureza, agradeço a Deus pela oportunidade de poder compartilhar com outros elementos da natureza este espaço e vou embora começar mais um dia, me sinto renovada e com muita saúde." (Arlete, 39 anos, dona de casa).*

*"Sabe, meu corpo pede para vir aqui. Parece engraçado, mas quando não venho dar uma corridinha ou pela manhã bem cedo ou ao entardecer, escuto meu corpo dizer, he! não agüento mais, me leve para relaxar...(risos, risos)*

*sabe estou ficando mais velho e percebo que estou ouvindo mais o meu corpo, sei quando ele precisa relaxar, respirar a natureza, olhar os animais, nós estamos nos entendendo nestes últimos anos porque tenho respeitado minhas vontades e limites, já fui muito doído, lutava contra o tempo e sempre perdia, o tempo me engolia, já trabalhei muito, já deixei de ouvir meu próprio corpo, hoje, não, sempre reservo um tempinho para nós dois, consegui encaixar a vinda aqui no parque na minha vida cotidiana, arranjei o tal tempo, dou preferência aos espaços abertos, naturais, onde eu possa me (re)equilibrar espiritualmente, fisicamente e psicologicamente." (José Roberto, 53 anos, aposentado).*

As falas de nossos personagens evidenciam que algumas pessoas conseguem transformar práticas corporais cotidianas em vivências significativas no tempo/espaço do lazer. Essas experiências até podem estar vinculadas à preocupação com a saúde, à manutenção da forma física, mas num primeiro plano estão associadas à aquisição de estilos de vida diferenciados, em que a valorização dos espaços ao ar livre no tempo/espaço de lazer está presente com o aproveitamento destes momentos para busca de uma (re)significação da natureza, uma harmonia espiritual e até mesmo para um certo "exercício do ócio".

#### 4.2 PARQUES PÚBLICOS DE CURITIBA: CULTURA E LAZER NA CIDADE

Ao analisar os modelos de parques públicos adotados em algumas capitais<sup>78</sup> do país, encontrei ainda a predominância de muitos valores que impedem o incremento dessas áreas, seja num nível quantitativo ou qualitativo, o que tem dificultado a disseminação e a potencialização da cultura e do lazer nos grandes centros urbanos. Entre essas observações, destaco: a pouca quantidade de áreas verdes preservadas; a dificuldade de acesso; os equipamentos deficitários; as políticas públicas desinteressadas

---

<sup>78</sup> Análise documental realizada em fevereiro/março de 2003 das seguintes capitais: São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte. Cabe ressaltar que Porto Alegre tem uma área verde bastante representativa. Entretanto, estas áreas são em menor número do que as da cidade de Curitiba, embora os parques sejam maiores.

em potencializar o uso e a apropriação desses espaços e desinformadas quanto às necessidades dos habitantes; o entendimento sobre o espaço/tempo do lazer de forma ainda reducionista, entre outras deficiências.

Compreendo que a busca por um "modelo" sustentável de parques urbanos requer a rejeição de teorias ultrapassadas, que ignoram a importância do lazer enquanto prática vivenciada e fruída que pode constituir-se em um processo de aprendizagem. A atenção do poder público aos parques urbanos poderia ser de forma mais intensa, com preservação de fato dos ambientes naturais, projetos de educação ambiental, incorporação de equipamentos de lazer que realmente atendam às necessidades dos usuários e principalmente possibilitem a participação comunitária na gestão e implementação desses espaços. Nesta direção, Carvalho (2000, p.191) nos alerta:

É preciso relacionar-se melhor com a natureza (des)construindo velhas práticas, o que demanda novo padrão cultural, novas relações de produção do espaço social, novas relações sociais e conjunturais [...] o conceito de 'patrimônio' é uma construção sociocultural resultante de um processo cultural. Assim, a preservação é uma prática cultural.

Portanto, a questão a ser discutida em relação aos parques urbanos e que aparece na observação do cotidiano, refere-se à importância desses espaços para constituição de cenários<sup>79</sup> onde se potencializam redes de relações sociais, cultura local e vivências no âmbito do lazer, isto é, são locais privilegiados de encontros entre pessoas da própria comunidade, a partir dos quais se estreitam laços de sociabilidade, possibilitando muitas vezes um certo exercício da criatividade<sup>80</sup> e do fazer político na cidade.

---

<sup>79</sup> O significado de cenários para Tuan (1980, p.152) é paisagem ou vista, uma cena pitoresca ou a representação pictórica de uma paisagem. Para o autor, paisagem e cenário agora são quase sinônimos.

<sup>80</sup> Falo um "certo exercício de criatividade" inspirada em Magnani (1998, p.183) que alerta: "esta criatividade é relativa, pois seu exercício é determinado e limitado por uma de série de fatores estruturais que constituem a rede de relações sociais, políticas e econômicas em que os trabalhadores estão imersos e que incidem em sua maneira de pensar, agir e situar-se frente a outros grupos e instituições sociais".

Torna-se imprescindível compreender a dinâmica do espaço/tempo do lazer, potencializando percepções, gerando toda uma gama de emoções, refletindo em possíveis mudanças no modo de ser e de viver, restabelecendo redes de sociabilidade, abrindo caminhos para transformar os espaços públicos em agentes positivos, isto é, a favor de interesses sociais, possibilitando o enfrentamento da realidade e das tensões cotidianas por meio da arte de utilizar esses espaços.

Os encontros entre os sujeitos nos cenários naturais urbanos podem tornar-se exercícios de sociabilidade e representar um "exercício do político, um apelo a experimentar formas de comunidade" (ORTEGA, 2000). Visualiza-se nos parques da cidade de Curitiba algumas possibilidades para potencialização dessas situações, pois neles oportuniza-se o estabelecimento de novas formas de relação dos sujeitos consigo mesmo, com o outro, com a natureza e com a cultura local. Esses aspectos podem ser percebidos em alguns depoimentos dos usuários dos parques ao relatarem suas experiências:

*"Quando me mudei para Curitiba, vim morar em um edifício aqui perto [...]. Da janela, comecei a observar esta imensa área verde e senti vontade de descer e comecei a freqüentar o parque. Encontrava as mesmas pessoas todos os dias; eram meus vizinhos do condomínio, que no início não me cumprimentavam, mas que a partir dos encontros no parque passaram a me reconhecer. Hoje, adoto este lugar como meu ponto de encontro. Tenho muitos amigos no condomínio e converso com eles aqui. Aqui é possível encontrar o 'outro' para conhecer, para ser reconhecido, para namorar, paquerar, onde as crianças podem correr, os cachorros, passear, enfim, sinto-me seguro em relação à vizinhança. Minha rede de amigos em Curitiba foi se formando a partir desse convívio. Fui entendendo a cultura local, percebendo as pessoas, analisando seus hábitos e me interagindo com a cidade." (Maurício, 40 anos, analista de sistemas).*

*"Nós somos reconhecidas aqui como as "parqueiras". Somos em cinco. A gente vem para cá para conversar. Caminhamos, paramos, tomamos água de coco, falamos do marido, da empregada, de política, do trabalho, trocamos receitas, fofocamos, enfim este é nosso ponto de encontro diário, depois vamos para casa com a cabeça bem descansada." (Neuci, dona-de-casa, faz parte de um grupo de senhoras que freqüentam o parque há 10 anos).*

*"O melhor do parque é que a gente sempre encontra gente conhecida e está sempre fazendo novos amigos. Isso aqui em Curitiba é uma coisa muito*

*importante, porque o pessoal curitibano não é de falar com quem não conhece, e o parque solta a gente, a gente fica mais sociável, mais aberto, mais sensível." (Marta, 53 anos, professora aposentada).*

*"Olha, nosso grupo é composto por sete pessoas. Nós fizemos amizade dentro do parque caminhando, depois resolvemos freqüentar a academia da prefeitura aqui do parque. Gostamos porque é gratuito, têm bons professores e equipamentos básicos de musculação. Fazemos uma 'vaquinha' e ajudamos a manter a academia com materiais de higiene. A academia é maravilhosa. A gente não falta para segurar a vaga, porque é muito procurada [...]. Faz 15 anos que nós mantemos nossos laços de amizade. A gente faz jantares, confraternizações de final de ano, festa junina, tudo aqui no espaço do parque. Nossas festas são realizadas ali nas churrasqueiras do bosque. Este aqui é o nosso espaço; nós cuidamos, ajudamos a manter e usufruímos." (Carmem, 48 anos, funcionária pública).*

*"Eu corria aqui esporadicamente, mas um dia estava assistindo televisão e vi uma reportagem aqui do parque que mostrava um grupo de homens freqüentadores do parque chamado "Gaviões do parque Barigüi", porque corriam bem cedo, às 6h da manhã, horário que e havia muitos gaviões de verdade no parque, daí o nome do grupo. Inclusive era liderado por um professor de educação física aposentado da UFPR chamado Frega. Depois da reportagem, decidi: quero entrar neste grupo! O grupo era grande e íamos convidando outros amigos freqüentadores do parque. A gente fazia exercício, falava sobre a vida, sobre política e nas sextas-feiras a gente jogava bola. Também nos reuníamos uma vez por mês para jantar fora, fazer festas. Fiz parte deste grupo durante três anos e tenho amigos até hoje. Agora estou sem tempo e me distanciei um pouco, mas sinto muita falta!" (Paulo Machado, 54 anos, empresário).*

*"A relação homem, natureza e poder compuseram neste espaço uma relação harmoniosa. Aproveitou-se o fluxo natural da mata que fica em torno do parque, as necessidades técnicas de controle de cheias e as necessidades humanas de espaços de lazer junto à natureza, para dar forma a um dos espaços mais buscados e freqüentados pelos curitibanos: os parques. Para tanto, foram necessárias apenas algumas pequenas sutilezas e a sensibilidade dos planejadores e dos usuários, aqueles pensando em possibilitar aos curitibanos cenários que conduzissem para um cotidiano melhor e estes tendo a sensibilidade suficiente para aproveitar e se apropriar de um espaço público." (Fernando, 45 anos, funcionário público).*

Parece possível diante desses depoimentos pensarmos em sentimentos de sociabilidade, de pertencimento no sentido de celebração do espaço, re-liquação com a natureza, mesmo diante das tensões vividas no dia-a-dia dos grandes centros urbanos,

quando estudos tradicionais urbanos apontam índices alarmantes de criminalidade, desemprego, fome, violência, entre outras situações sociais. Entretanto, mesmo atenta a essas graves questões urbanas, o enfoque que proponho para pensar a relação sujeito/cidade/natureza supõe outro ponto de partida: a construção social dos espaços públicos urbanos de lazer numa cidade que privilegiou o conceito de parques urbanos na elaboração de sua imagem.

Maffesoli (1996), ao argumentar sobre certos "pontos altos" das cidades, sobre certos lugares emblemáticos, afirma que a cidade contém multiplicidades desses pequenos pontos com uma função comum: são nesses lugares que se elaboram as complexas teias de comunicação-união. Nas palavras do autor, tais lugares de sociabilidade:

Estão repletos de afetos e de emoções comuns, são consolidados pelo cimento cultural ou espiritual, em suma, são feitos por e para as tribos que aí escolheram domicílio. É, aliás, sua maior ou menor capacidade de exprimir (ser a expressão de) a ou as comunidades que o habitam que faz, de um espaço físico, um espaço vivido (MAFFESOLI, 1996, p.269).

Esses aspectos da sociabilidade, nos "pontos altos" das cidades, podem possibilitar a vivência de um lugar por meio da relação que as pessoas passam a estabelecer consigo mesmas, com o outro, com a natureza e com a cultura local.

Dessa forma, as idéias apontam para a compreensão do potencial socializador do espaço transformado em lugar. Espaço/lugar que pode ser entendido, de acordo com Maffesoli (1996, p.273), como tempo que se cristaliza, sendo essa cristalização causa e efeito comunitário. Para o autor, na indiferença que caracteriza as megalópoles, tem-se a proliferação dessas "portas", "esses lugares onde é possível reconhecer-se a si próprio, ao se identificar com os outros, lugares onde se preocupar com o domínio do futuro, ordenar-se o presente. Lugares, enfim, onde se elabora essa forma de liberdade intersticial, em ligação direta com o que é próximo e concreto".

Ao fazer a análise dos comportamentos que configuram o cenário urbano, pretendo salientar especialmente que, embora individualismo e medo estejam presentes na vida cotidiana, eles podem gerar tensões, refletindo-se em desejos de participação social, por meio de movimentos de resistência, inaugurando uma nova sociabilidade.

Evidências de que experiências no âmbito do lazer nos parques das cidades constituem-se em um campo fértil para o conhecimento das dimensões de determinados fenômenos socioculturais contemporâneos e podem ser observadas num contexto social ampliado, mesmo diante de tantas tensões urbanas: são as pessoas que vivenciam várias práticas corporais e lúdicas em parques, praças e ruas dos grandes centros urbanos; são as famílias que se organizam para vivenciar práticas de lazer nesses espaços nos finais de semana; são os inúmeros apelos da mídia que proclamam a importância dos espaços de lazer em grandes condomínios onde a relação homem-espaço-natureza é enfatizada e priorizada; são as atividades turísticas que vêm, nessa relação, possibilidades de grande alcance econômico; são as políticas públicas preocupadas com essa temática; são as dificuldades encontradas pelos arquitetos e urbanistas para conciliarem crescimento econômico, desenvolvimento e crescimento nos grandes centros urbanos aos espaços de lazer.

Na tentativa de oferecer alguns subsídios para que se possa refletir sobre a importância dessas questões, é possível apontar que esse cenário sugere brechas, "linhas de fuga", para o intrincado cotidiano a que estamos submetidos. Compreendo que certos parques públicos urbanos tornam-se ilhas de silêncio diante da grandiosidade esmagadora, exuberante e ensurdecadora da metrópole. Quando visitamos parques e praças arquitetonicamente pensados para proporcionar uma relação mais harmônica entre sujeito/espaço/natureza, percebemos que esses podem nos libertar, por alguns momentos, das pressões e representações sociais a que estamos submetidos, pois geram a possibilidade de se constituírem como espaços diferenciados quando

comparados à dinâmica dos grandes centros urbanos. Para tanto, esses "lugares" devem ser dotados de significado e sentido, capazes de ampliar a sensibilidade, tornando oportuna essa sintonia.

Nem todos os parques urbanos, distribuídos em diversas capitais do país, possibilitam, no cotidiano<sup>81</sup> das grandes cidades, vivências qualificadas no âmbito do lazer e da cultura.

Visualizo em Curitiba possíveis brechas que sinalizam para uma nova ética relacional, marcada por uma forma respeitosa e intensa de relação consigo mesmo, com o outro e com a natureza, em que o lúdico e a cultura local se misturam na vida cotidiana. Não há lugar, nem um tempo específico ou definitivamente permitido para o momento da ludicidade. As pessoas vivem diferentemente tempo e espaço, de acordo com suas percepções do lúdico, dos papéis sociais que assumem e das suas condições de vida. Mas a vida urbana, embora não nos permita muitas escolhas, nos permite afrontar o presente e nele estabelecer táticas e barganhas<sup>82</sup>.

As experiências lúdicas nos parques urbanos curitibanos mostram-se bastante amplas, pois possibilitam apreender vários sentidos para as mesmas. Demonstram um espaço alternativo, onde novas relações com a cidade se estreitam. O espaço/tempo para o lazer mostra-se como um diálogo necessário e possível com a vida cotidiana, sendo aqui entendida como o próprio "mundo da cultura". Uma interação entre a vida urbana e os sujeitos.

---

<sup>81</sup> Para Andrade (2002, p.49), cotidiano deve ser compreendido como um "modo de vida, uma dimensão da vida social em que as interações sociais se articulam às práticas de um espaço concebido, praticado e vivido a um só tempo".

<sup>82</sup> Para Certeau (1995, p.46-47), táticas são "formas de lidar com o campo do outro, de aproveitar a ocasião, de articular formas diferenciadas de uso de bens e lugares predeterminados. Trata-se de maneiras de jogar com os acontecimentos e as leis de regulação, aproveitando as possibilidades que se apresentam no tabuleiro do jogo social".

O fluxo contínuo de pessoas torna perceptível a inserção da cultura de usos dos parques públicos na vida dos curitibanos e a sua capacidade de trazer, em torno de si, um universo de significações capazes de proporcionar um valor significativo ao lugar. Como forma de ilustrar estas afirmações, vejamos uma breve descrição de um domingo no Parque Bargüi.

#### 4.3 A FESTA DO FINAL DE SEMANA NO PARQUE BARIGÜI

Domingo, temperatura elevada, sol brilhando, animais despertando, o verde do Parque reluzindo. São 8h e percebo uma movimentação diferente. Vozes, sorrisos, música e motores de carro, se misturam aos ruídos da natureza. Um intenso movimento de carros e ônibus vindos de todas as partes da cidade trazem os freqüentadores de final de semana. A estimativa é que nos finais de semana cinquenta mil pessoas transitam pelo parque.<sup>83</sup>

Estes usuários diferem-se dos habituais freqüentadores porque experienciam o Parque com outras finalidades. Chegam cedo para aproveitar o dia, reservar quadras de esporte e churrasqueiras, preparar o almoço, o pic-nic, ou simplesmente para aproveitar o sempre inédito e festejado "sol curitibano". Esta agitação parece estar associada à idéia de festa, a qual nos permite afirmar que as manifestações de lazer e divertimento estão presentes, bem como a constituição de redes de sociabilidade através dos arranjos sociais resultantes desse encontro.

Desta forma, o cenário começa a ser montado, com famílias, grupos de amigos, casais de namorados, crianças, jovens, idosos, vendedores ambulantes, cachorros, bicicletas, cadeiras de praia, patinetes, patins, skates, bolas, redes, pipas, entre outros equipamentos de lazer, indicando que as brincadeiras vão começar.

---

<sup>83</sup> Dados obtidos na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba, em maio de 2003.

"Sombra e água fresca" parece ser palavra de ordem nesta festa do final de semana no Parque. Práticas físico-esportivas misturam-se a brincadeiras na grama, descanso, leituras, contemplação. Pela expressão de alegria que compõe estas vivências, tais práticas parecem significativas para a vida desses usuários, fator motivador de uma infinidade de criação e reinvenção de novas práticas lúdicas durante todo o dia. Portanto, o domingo é marcado por um certo clima de exaltação, o qual torna o espaço do Parque instrumento para um ritual de inversão de algumas normas sociais que organizam o mundo do trabalho, pois permite um certo descompromisso com o tempo, uma certa desaceleração, assim como a vivência da essência lúdica, suscitando transformações desses sujeitos em seres um pouco mais "brincantes".

Este clima de festa também oportuniza um espaço de inter-relações entre crianças, jovens, adultos e idosos, os quais podem estabelecer parcerias na invenção e na prática conjunta dos jogos e brincadeiras, resultando em uma intensa apropriação do espaço público através de experiências coletivas junto à natureza. Vejamos alguns destes aspectos nas falas dos entrevistados:

*"Isso aqui é o coração de Curitiba, todo mundo gosta e valoriza este parque. Encontro muita gente conhecida aqui nos finais de semana." (Paulo, 50 anos, proprietário de uma lotérica).*

*"É o lugar escolhido pelos curitibanos, e realmente concentra muita gente nos finais de semana, tem esse fenômeno de pessoas que vem de todos os pontos da cidade e que freqüentam aqui. É uma espécie de termômetro da cidade. Todo mundo que gosta de lazer no parque vem no Barigui." (Antonio Carlos, 28 anos, vendedor).*

*"Acho interessante chegar aqui no parque e ver todo mundo usufruindo desse espaço democraticamente em clima de festa, é um espaço público que é usado realmente, tem uma função, e o morador de Curitiba sabe aproveitar este espaço, é a nossa praia." (Mário, 35 anos, professor universitário).*

*"Trazemos de tudo para o parque. Cachorro, bicicleta, bola, comida, cadeira de praia, rede, sogro, sogra, amigos das crianças. Olha só quanta coisa. A criançada adora ficar solta pelo parque. Eu me sinto meio no jardim da minha casa, sabe. Acho bom porque passamos um domingo tranquilo, os adultos*

*descansam e a criançada se diverte muito, inventam o tempo todo brincadeiras, ficam soltas e livres, andam pela trilha, sobem em árvores, rolam na grama. Sabe, eles curtem mesmo a natureza, até o cachorro fica feliz quando a gente vem aqui." (Sonia, 29 anos dona de casa).*

Além do sentimento de pertencimento presente nessas falas, percebe-se também que os usuários buscam a natureza como espaço de "celebração", através de diferentes formas de interação e vivências.

Diante do que dizem alguns usuários do Parque, parece inegável que esta festa do final de semana envolve uma certa dimensão da sacralidade, pela forma com se manifesta e pela riqueza de virtualidades que a mesma encerra. Vejamos seus depoimentos:

*"Eu gosto de vir ao parque no domingo em horários que tem pouca gente, bem cedinho. Para usufruir mais do ambiente, gosto de fazer meditações, de caminhar pensando, orando e agradecendo. Então para mim é importante não ter muito movimento. Não que eu não goste de pessoas, eu gosto! Mas nas horas que eu pratico esse meu lazer, eu gosto de ficar mais absorto [...] eu acho que isso aqui é o nosso paraíso, e eu sinto essa transformação quando vou chegando, inclusive a ânsia de chegar aqui, porque eu começo a trabalhar às seis e meia da manhã, e inclusive ontem, sábado eu adiantei meu serviço para poder vir hoje, agora meu serviço está tomando muito tempo e eu tenho pouco tempo para dedicar aqui, mas para não perder essa mania, eu me sacrifico assim trabalhando mais cedo, vou mais cedo para o serviço para adiantar minhas tarefas para que eu possa fazer esta caminhada, vir aqui e respirar esse ar um pouco mais puro. É meio uma questão que associa o espiritual e a saúde, eu acho isso aqui importante para os dois." (Paulo, 50 anos, proprietário de uma lotérica).*

*"Venho aqui no parque domingo andar de bicicleta, jogar bola e brincar um pouco com meus filhos porque é o único tempo que tenho, durante a semana trabalho muito. Pra eles é bom também porque saem de dentro do apartamento e têm espaço livre para correr, brincar. Prefiro vir aqui do que levá-los aos shoppings. Parece que eles ficam mais tranquilos, mais calmos. Eu também me sinto mais calmo, menos acelerado, mais aberto. A minha vida diária é muito tumultuada, trabalho muito, e tenho que estar sempre de olho no relógio e no calendário para dar conta de meu serviço, é sempre uma correria, então gosto desta tranquilidade. Aqui o tempo pára, todo mundo fica mais tranquilo e quando alguém se altera parece que não combina com o lugar. Acho legal, as pessoas passeando, olhando os animais, sentados na grama, sorrindo, muito diferente do mundo lá fora, né?" (José, 46 anos, funcionário público).*

*"Domingo quando amanhece o dia com sol e quando posso já começo a chamar a gurizada para o parque, gosto de vir aqui com minha família. Moramos longe, mas vale a pena para aproveitar esta natureza, este sol. Geralmente tento chegar cedo para reservar a churrasqueira porque esta aqui está na sombra, com muitas árvores ao redor, as crianças ficam andando de*

*bicicleta, jogado bola na grama, e a gente pode ficar de olho nelas daqui mesmo tomando uma cervejinha, assando uma carne e batendo papo, também tem um lugarzinho para colocar uma rede e tirar uma soneca depois do almoço ali naquela sombra. Costumamos passar o dia aqui. Não custa muito caro e meus filhos ficam soltos, eu descanso. Só voltamos no final da tarde, porque trabalho á noite no domingo." (Mário, 50 anos, motorista de táxi).*

A relação com a natureza é sem dúvida um aspecto importante desse ritual, a qual passa a ter sentido diferenciado no momento em que propicia uma maior integração dos sujeitos entre si. Esta integração, conduzindo as pessoas a uma maior predisposição à "comunhão" com o espaço natural, abre caminhos para a recuperação de um estado de ser e de estar no mundo, por meio de um verdadeiro processo coletivo de vivenciar os ambientes naturais, quase como se fosse uma regra. Talvez, essas questões favorecem um processo de (re)significação da natureza.

Estes aspectos permitem pensar que vivências dessa natureza em parques públicos, as quais promovem o encontro com o outro para celebrar um "domingo de sol", podem possibilitar a quebra da monotonia do dia-a-dia do trabalho. A festa e o divertimento demonstram a existência de um movimento dialético que articula o essencial com o banal, a essência e a aparência, o efêmero e o permanente, o cansaço e a disposição, a festa e o sagrado, demonstrando que em alguns espaços públicos das cidades ainda é possível nos depararmos com o que Le Goff (1997) chama de "criatividade urbana".

Nesta direção, Carlos (2001, p.305) aponta que "a vida urbana supõe encontros, confrontações das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (aí compreendidos os afrontamentos ideológicos e políticos), modos de viver, modelos que coexistem na cidade", mas ao mesmo tempo, esta situação cria a "intensidade da vida urbana, as possibilidades dos encontros, das reuniões, produzindo uma urbanidade, reavivando o uso".

Estes aspectos nos permitem considerar que o uso dos espaços, mesmo permeado de restrições, carrega consigo o sentido da atividade humana, a qual se dá por meio dos modos diversificados de experienciá-lo. Carlos (2001, p.355), aprofundando-se esta discussão, salienta que:

Diante das restrições, diante das normas e leis impeditivas ao uso, o cidadão que vive na metrópole inventa modos de uso que fogem às limitações e coações impostas pelo processo de reprodução do espaço. Por isso, o espaço é também aquele da invenção. Estas invenções ocorrem nos interstícios da vida cotidiana, permitem a construção da identidade não só do indivíduo com o outro, mas do cidadão com os lugares da cidade. Por outro lado, o plano da invenção é aquele da possibilidade de se insurgir contra os poderes estabelecidos.

Essa reflexão oferece caminhos para compreendermos que, embora estejamos limitados pela pobreza, pelas péssimas condições de vida urbana, pelos conflitos, dificuldades e diferenças, os sujeitos em certa medida podem escolher. Assim, eles escolhem entre jogar futebol no campo, andar de bicicleta, sentar à sombra de uma árvore, repousar sobre uma rede, contemplar a natureza, brincar com seus filhos, paquerar, beber, ler, comer, conversar, namorar, entre outras coisas. O que parece claro e extremamente positivo é que há espaços para decisões. Como todas as escolhas, essas também operam com alternativas limitadas, mas, aqui, o importante é que os sujeitos podem eleger a que lhes é mais agradável.

Portanto, pode-se considerar que os momentos de lazer vivenciados nos finais de semana se inscrevem neste espaço de opção, onde é legítimo buscar a festa e o divertimento no interior do Parque.

#### 4.4 PARQUES PÚBLICOS DE CURITIBA: O "VALOR DO LUGAR"

Os procedimentos expressivos quanto a vivências no âmbito do lazer das pessoas que freqüentam os parques públicos de Curitiba, observadas no cotidiano, revelam que as estratégias políticas adotadas pela cidade para possibilitar a participação do cidadão nesses ambientes que conectam preservação ambiental, cultura e lazer obtiveram sucesso.

Neste sentido, algumas ações políticas demonstram articulação dos problemas da vida urbana e da preservação ambiental aos "tempos do mundo", como diria Santos (1997), e que não são apenas de efeito externo, isto é, vinculadas às disputas mundiais

por investimentos. São também de efeito interno, orquestrando a percepção do habitante, comportamentos e expectativas. Constituem, portanto, um feixe de processos de mão dupla.

Por um lado, a gestão pública por meio de empreendimentos dessa natureza ganha financiamentos externos, prestígio e reconhecimento nacional e internacional pelo discurso e uma prática política vinculados a imagens urbanas naturais, às novas formas de planejamento urbano, ao marketing territorial e ao *city marketing*. Por outro lado, a comunidade local ganha espaços públicos que possibilitam viver um cotidiano menos tensionado na cidade por meio do uso e da apropriação desses espaços construídos.

Desta forma, a cidade de Curitiba e sua população vêm construindo uma identidade com esses locais, isto é, dando forma e legitimando a própria vida desses espaços por meio de experiências no âmbito da cultura e do lazer que podem estar possibilitando oportunidades de (re)significação do valor do lugar. Poderíamos considerar tal questão como um processo de "mutação" cultural.

Daí a necessidade de desvendar esses espaços com um olhar dirigido pela vontade de compreender a vida cultural da cidade, que parece estar sendo alterada de forma sutil, porém intensa, por meio do uso diversificado desses ambientes. Nesse movimento, espaços que conectam paisagens naturais com equipamentos tecnicamente formulados e bem mantidos geram representações espontâneas e riqueza cultural na cidade.

De tal riqueza também decorre a qualidade de vida urbana. Podem fluir dessas experiências e das orientações culturais variadas formas de atuação da sociedade local com possibilidades de ampliação de sua capacidade propositiva. Esses são aspectos de enorme relevância no mundo em mutação, os quais podem garantir um futuro melhor, acima de tudo resistente à homogeneização de experiências sociais pelo marketing e pelo consumo. Portanto, estudar hoje os parques públicos de Curitiba é dedicar-se a um caso peculiar, pois mesmo que alguns estudos teóricos apontem a existência de uma forma

expositiva de venda da imagem da cidade, percebe-se, ao mesmo tempo, que o cidadão que nela vive aproveita e desfruta dos espaços públicos constituídos, que conectam cultura, lazer e natureza de forma muito singular. Neste sentido, Sofia, 38 anos, professora, freqüentadora dos parques da cidade, afirma o seguinte:

*"Sou de Santa Catarina e atualmente moro aqui [...]. Lá temos muitas praias, que são lindas e especiais, mas quando vamos à praia é só praia! Aqui em Curitiba temos os parques, que considero espaços de lazer com mais opções de escolhas culturais para passar o dia: churrasqueiras, teatros, museus, exposições, restaurantes, bibliotecas, quadras de esporte, espaços para caminhadas, paisagens naturais, trilhas na mata, animais, diversidade de plantas [...], tudo em um único espaço. Conhecemos vários parques e ao mesmo tempo a cultura local. O aceso é fácil, rápido e todos possuem uma excelente infra-estrutura com projetos culturais atrelados."*

Na reflexão sobre a possibilidade de o cidadão que vive em Curitiba poder vivenciar de formas diferenciadas a cultura local e os lugares construídos, encontra-se o reconhecimento de que a cidade gera seus próprios lugares, mas é o cidadão que lhe dá sentido e significado. Assim, concordamos com Santos (1996, p.258) quando diz que o lugar "é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade". Portanto, é o cenário que oportuniza diversas formas de viver o cotidiano podendo gerar a possibilidade de significação dos espaços já constituídos.

A imagem do "lugar Curitiba" foi sendo desenhada a cada momento histórico por meio de um planejamento urbano denso e contínuo, que buscou incorporar novos significados e valores à cidade. À Curitiba dos anos 70, chamada por suas ações inovadoras de "Curitiba – cidade-modelo", ou "Curitiba – cidade humana", somam-se, nos anos 90, novas sínteses assentadas em valores contemporâneos; "Curitiba – Cidade de Primeiro Mundo", "Curitiba – capital ecológica", "Curitiba – capital européia", "Curitiba – capital da qualidade de vida", "Curitiba – capital social".

Ao analisarmos as conexões existentes entre comunicação publicitária, cultura e a política urbana desenvolvida para Curitiba, concorda-se em parte com Garcia (1997, p.106) quando esta afirma que os elos existentes entre essas dimensões são cada vez mais estreitos e apontam para a "influência do *marketing* moderno<sup>84</sup> no processo de positividade da cidade". Assim, as estratégias de desenvolvimento local integram e interagem com aquelas mais amplas estratégias de *marketing*, dentro das quais a experiência em Curitiba situa-se como um fenômeno bem-sucedido. Entretanto, a vida urbana cotidiana tem passado por grandes mudanças e precisa ser compreendida e analisada sob um novo olhar. Nesse complexo mosaico de atores e forças sociais, é possível identificar uma série de grupos heterogêneos, plurais e muitas vezes divergentes, que sinalizam a formação de resistências urbanas.

Algumas pessoas que vivem nos grandes centros urbanos possuem uma visão crítica da cidade e resistem a ser niveladas e uniformizadas por mecanismos de técnicas publicitárias. Alguns moradores de Curitiba expressam bem tal afirmação, como se pode constatar nas seguintes falas:

*"Aqui em Curitiba, faltam muitos detalhes, que ficam escondidos através do discurso político, mas tenho conversado com meus amigos que freqüentam o parque e estamos atentos. Quem usa o parque sabe das suas deficiências, por exemplo: violência, deficiência de equipamentos, carros transitando aqui por dentro, música alta nos finais de semana, desrespeito aos ciclistas, banheiros pagos [...], sabemos de tudo isso e queremos ser ouvidos! Eu sei que existe a associação dos amigos do parque Barigüi e já ouvi falar que eles têm tentado dialogar com a prefeitura e que já ganharam muitas questões; conseguiram até colocar aquela lombada eletrônica ali [...]. Mesmo com muitas dificuldades de acesso ao poder público, sei que eles estão sempre se reunindo e elaborando propostas. Acho que a comunidade está começando a ter uma visão mais crítica em relação à cidade e isso agiliza o poder público para fazer cada vez mais boas iniciativas. Quanto mais críticos formos, mais a prefeitura cuida dos espaços, até mesmo para manter a fama, o que de certa forma é bom para o usuário." (Paulo, 32 anos, advogado).*

---

<sup>84</sup> Para Garcia (1994, p.170) *city marketing* é entendido como " mecanismo institucional de promoção e venda da cidade como lugar onde se concretiza o espírito de inovação e de onde as novidades são irradiadas".

*"Olha, acho que temos que ter uma visão bem crítica e ampla da cidade, não podemos nos deixar enganar pelas propagandas. Eu acho realmente que Curitiba é uma boa cidade para se morar, comparada a outras capitais do país. Este é um fato incontestável, mas não quer dizer que não tenhamos ainda muitos problemas. Eu fico contente quando vejo aqui na academia do parque as pessoas conversando sobre os espaços públicos da cidade, sobre as deficiências das ciclovias por exemplo. A prefeitura fala sobre o sucesso das ciclovias, mas ainda falta muito para alcançarmos a tão divulgada associação entre ecologia e meio de transporte tornando Curitiba ecologicamente correta como os meios de comunicação apresentam pois estamos muito longe disso e digo isso sem o menor medo de errar. Nós temos muita área verde por habitante, mas eu acredito que ecologia não se resume só a esse aspecto, tem que passar sobretudo pela cultura do povo, reciclar as idéias e a partir daí tentar mudar o cotidiano. Estes dias vi uma entrevista na televisão com um sociólogo de São Paulo ele estava comentando sobre a criminalidade no Ibirapuera e falou o seguinte: "a primeira coisa que a sociedade tem que ter é uma postura ativa, é delimitar seu território, quando as pessoas que habitam aquele espaço são pessoas atentas, politizadas, freqüentam de maneira responsável o espaço refutam qualquer atividade de depredação, de marginalidade." Eu acho que ele quis dizer que se a comunidade adota os espaços públicos, adota também uma postura de cobrar das autoridades, isto é uma postura ativa militante, ao invés de se afastar, cair fora daquele espaço. As pessoas têm que se sentir parte integrante, ver o parque não como simplesmente parte cedida pelo poder público, temos que ter uma postura guerreira para nos apropriarmos dos espaços públicos, que são mantidos por nós, portanto nos pertencem." (Fernando, 29 anos, estudante de engenharia).*

Mesmo admitindo-se que uma "imagem positiva" de Curitiba foi amplamente divulgada pelos meios de comunicação, percebe-se nestas falas que alguns freqüentadores dos parques apresentam uma postura bastante crítica em relação às políticas públicas da cidade, explicitando que o cidadão curitibano está atento quanto aos discursos políticos locais. Por esta razão, acredito na possibilidade da apropriação social desses espaços, os quais podem garantir além desse olhar crítico, uma renovação criativa do lugar.

Yázigi (2001, p.42) ao discutir sobre a "alma dos lugares" nos alerta que "criticamos os consumismos de hoje, mas estamos perdendo a sensibilidade para as pequenas coisas de nosso cotidiano e só acordamos e reclamamos quando elas não

mais existem". Devemos ter, portanto, a sensibilidade necessária para reconhecer o valor e a alma dos lugares e a sutil apropriação que o cidadão comum faz deles. Vejamos outros depoimentos que retratam esses aspectos:

*"Uma das coisas que me chama atenção é que na década de 70 Curitiba tinha como imagem marcante somente o pinheiro e hoje ela têm mais de 110 cartões-postais. Ter cartões postais significa ter espaços significativos. O fotógrafo não cria imagens, ele capta com sua sensibilidade espaços onde as pessoas se sensibilizam mais, gera fotografias que conduzem muitas vezes a sentimentos de pertencimento. Por exemplo, quando eu mando um cartão postal a uma pessoa querida, quero compartilhar com ela sentimentos, emoções e dizer a ela onde estou e como estou como forma de compartilhar lugares que me trazem algum tipo de emoção [...]. Em Curitiba, catalogamos 110 cartões postais; são 110 lugares significativos, olha que coisa interessante!" (Fernando Canalli, 45 anos, arquiteto).*

*"Os parques de Curitiba não são imaginários; eles são espaços concretos; eles existem e as pessoas estão aqui. Elas podem ser levadas através deste cenário a imaginar uma vida melhor, mais real! Assim como as pessoas que estão nos shoppings todos os dias e em grandes quantidades, com a única diferença de que não se pretende a mesma forma de consumo e de criação de necessidades como nos shoppings através de ilusões, de satisfação de desejos temporários, mas se criam necessidades que fazem bem ao homem, que estão na natureza humana, por exemplo: o encontro com outros humanos, com os bichos, com a mata, com as flores. Nestes espaços de parques, são criados "fóruns" em torno de uma pista de caminhada onde todos se encontram com bons sentimentos em relação uns aos outros e ao saírem dali sentem-se aliviados em relação à vida".(João, 49 anos, artista plástico).*

É possível perceber, somente nesses trechos de entrevistas, formas diferenciadas de pensar a cidade e de se apropriar dos espaços públicos, o que revela sentimentos de afetividade para com o espaço transformado em lugar.

Curitiba, durante muitos anos, promoveu um interessante processo de construção simbólica dos espaços públicos emblemáticos que possui, tendo como pano de fundo, a preservação de várias reservas naturais, tais como: a Ópera de Arame, o Jardim Botânico, a Universidade Livre do Meio Ambiente e os 30 Parques, inspirados nas mais diversas etnias que, pela exuberância natural que apresentam, tornaram-se

marcas da cidade. Esses espaços podem ter sido criados, também, com a intenção de "venda" e promoção da cidade pelo poder da mídia, mas não deixam de ser (re)significados pelo cidadão curitibano que vive cotidianamente esses lugares e passa a lhes atribuir novos valores. Yázigi (2001, p.40) refletindo sobre esta questão analisa:

O vetor do meio natural poderá sugerir (*sugerir*, não determinar) novas séries, na cultura material – perspectiva esta que se casa muito bem com a preocupação contemporânea, universal, de preservação da biosfera. Um lugar construído ou reconstruído sob perspectivas verdadeiramente ecológicas, aliado à criatividade, significará, aí sim, um novo paradigma. Ele se distinguirá dos demais, com maiores ou menores nuances, conforme a geografia física poderá sugerir. Daí a possibilidade de personalização do lugar através das formas de uso da cultura local.

A partir da cultura local estabelecida que preserva e ocupa esses lugares, observa-se a criação de uma "personalidade do lugar", composta pelo arranjo das múltiplas formas humanas de utilização dos espaços as quais contemplam e respeitam a natureza. Segundo Yágizi (2001, p.41) esses referenciais urbanos significativos para a vida cotidiana são também "meio de vida e de sentimento de pertença que permitem resistir a diversos aspectos da globalização". Daí a necessidade de se estudar os meandros da construção desses símbolos urbanos e os usos que se fazem deles no contexto diário, seus desdobramentos no imaginário da cidade e na política, pois, como observa Lefebvre (1991, p.172), "o imaginário é também um fato social".

A mediação entre o campo das significações imaginárias da cidade de Curitiba, produzidas segundo Garcia (1994) pelas sínteses políticas discursivas que foram se cristalizando ao longo de 20 anos, propiciaram a formação de mitos<sup>85</sup> em torno

---

<sup>85</sup> Garcia (1997, p.35) afirma que a construção da imagem curitibana tornou-se hegemônica e a classifica como princípio do mito que segundo Barthes (1989) é "a transformação da história em natureza. Aos olhos daqueles que aderem ao mito urbano, tudo se passa como se a imagem provocasse naturalmente os significados. Aquilo que identificamos como linguagem mítica é, no entanto, vivido pelos cidadãos como uma fala inocente, posto que suas intenções encontram-se naturalizadas. Com

da cidade que "deu certo". O entrecruzamento com as experiências urbanas dos diferentes atores revela, justamente, o campo de articulação entre cultura e política, os quais se constituem, cada vez mais, em esferas inseparáveis. Isso significa pensar tanto a produção de símbolos urbanos identitários que geram valores e representações, quanto a sua materialização prática no campo da existência. Trata-se, pois, de analisar a disputa simbólica e seu desdobramento prático materializado em torno dos modelos<sup>86</sup> de parques e praças adotados pela cidade.

O grande número de parques, bosques e praças que constituem a cidade foram, ao longo dos anos, gerando um certo "estilo de lazer verde". As práticas vivenciadas nesses lugares e as diferentes maneiras de sua apropriação podem estar gerando, também, sentimentos, comportamentos, percepções, que transcendem a simples ocupação da cidade, colocando aspectos singulares na vida cotidiana. Isso pode ser percebido na seguinte fala:

*"O meu tempo de lazer poderia ser satisfeito assistindo Faustão todos os domingos ou indo aos shoppings da cidade, mas a minha imaginação precisa de mais elementos, sabe?... De elementos da natureza, o sol, o vento, as árvores, o verde, os animais, as pessoas. Uma das possibilidades que eu encontrei para alargar meus desejos, meus encontros com pessoas diferentes e as minhas relações com a cidade foi visitar os parques, os bosques, o centro histórico, a feirinha do Largo da Ordem, tomar um café na Ópera de Arame. Acho que ter essas opções de lazer deixa o programa de final de semana muito mais produtivo." (Rosângela, estudante, 25 anos).*

Portanto, combinada com a ênfase da política local, verifica-se que há uma nova tendência que projeta uma profunda articulação entre cidade e cultura.

A cidade passa a ser vista pelos seus moradores como a sua "casa", sobretudo os parques passam a ser adotados como "seus jardins". Trata-se de uma

---

efeito, alheios ao processo de produção da imagem, os cidadãos supõem estar sempre em contato com a verdade dos fatos".

<sup>86</sup> Quando falamos em "modelos", utilizamos essa terminologia para designar uma proposta arquitetônica implantada em Curitiba, que tem seus pressupostos teóricos já apontados nos capítulos anteriores, e que produziu uma marca emblemática para a cidade.

questão cultural interessante, pois a cidade tem despertado em seus habitantes uma sintonia com o lugar, além de sentimentos de pertencimento, geradores da participação e do zelo pelo espaço público:

*"Eu venho para os parques porque já me habituei aqui, é com se fosse a extensão da minha casa, é o grande quintal da minha casa." (Paulo, 45 anos, bancário).*

*"Pra você ter uma idéia de quanto eu gosto deste parque, costumo comemorar meu aniversário aqui. Aqui eu me sinto em casa, trago as pessoas que gosto para compartilhar com eles esta natureza, pelo menos uma vez por ano." (Ruth, 51 anos, psicóloga).*

*"Eu adoro aqui o parque. Para mim, faz parte do meu ambiente da casa; realmente é o meu quintal." (Denise, 36 anos, professora).*

*"Estes espaços têm uma cara boa. São paisagens naturais preservadas, bem cuidadas, são espaços recriados com muita sensibilidade; a natureza fica esplêndida. Embora eu já tenha lido muitas críticas a respeito das formas quase iguais de todos os parques daqui, acho que aqui tem uma unidade, uma identificação dos espaços. Ao invés de termos vários espaços cada qual com um jeito, temos vários espaços conectados entre si, com uma harmonia muito interessante. Acho que o sucesso dos parques curitibanos está no zelo dado a eles pelo poder público e por seus usuários. Porque se você arruma a casa, neste caso os parques, trata bem os visitantes, é simpático, zela pela propriedade e pelas pessoas que aí se encontram, todos querem te visitar, trazer parentes e amigos e compartilhar com você de seu ambiente.[...] estes parques são simpáticos e aconchegantes."( Mário, 46 anos, bancário, paulista, mora em Curitiba há 2 anos).*

Tais discursos mostram um processo de (re)significação do valor do lugar. Embora tais espaços possam ter sido construídos e pensados por meio de manipulações de elementos formais da imagem criada sob um discurso político articulado com a publicidade, esses espaços parecem materializar-se atualmente em lugares que são verdadeiros pontos de encontro para a população. Segundo Yágizi (2001, p.41), "quando um cidadão vive seu lugar ou quando um viajante se detém para considerar aquilo que gostaria de 'levar consigo', aí então se capta a essência do lugar".

Neste sentido, a pesquisa de campo realizada demonstra que os curitibanos compartilham desses espaços e lugares e os inserem de forma muito peculiar aos seus cotidianos.<sup>87</sup> A produção atual dos espaços da cidade resulta no envolvimento da coletividade e na mobilização de determinadas atitudes – sobretudo no binômio sujeito/natureza – incorporado como uma das grandes dimensões da identidade local, dando vida e legitimidade a esses espaços e mantendo a tão famosa imagem "socialmente construída pela mídia" em outros períodos históricos.

O cuidado com o espaço público que o cidadão curitibano desenvolveu nesses últimos anos pode ainda significar um sentido de pertencimento e identidade que os fazem zelar pela cidade, estabelecendo uma nova relação entre ambiente natural e construído. Este "cuidado" torna-se singular diante da realidade brasileira de um modo geral, no tratamento com o que é "público".

De acordo com Brandão (1994, p.29), o descomprometimento do cidadão brasileiro com o espaço público é evidenciado cotidianamente,

Se alguém começar a destruir um jardim de uma praça aqui no Brasil, os observadores dirão que isso é problema do Estado; o governo, junto com a polícia, que resolva isso, mesmo porque a praça não me pertence, não tenho nenhum compromisso, nenhum envolvimento com ela. Na Suíça, se uma pessoa estiver destruindo o jardim de uma praça, qualquer velhote baterá nessa pessoa com seu guarda-chuva, ou então a denunciará à polícia, porque essa pessoa está destruindo algo que é dele; que é tão dele quanto o seu jardim privado. É dele num sentido até mais generoso, porque a praça pertence a uma comunidade e qualquer cidadão se sente responsável pela preservação dela.

Em Curitiba percebe-se que a comunidade tem uma forma de conceber o espaço público, o qual se aproxima do exemplo dado pelo autor, o que indica uma

---

<sup>87</sup> Cotidiano reconhecido como "um lugar privilegiado da análise sociológica, considerando que é, por excelência, um território revelador de determinados processos de funcionamento e transformação das sociedades e de determinados conflitos em que se opõem os agentes sociais, englobando também os processos sociais mais rotineiros e informais da vida social (rituais como cumprimento de normas de convivência social, etc)". (PAIS, citado por SILVA, 2000).

maneira especial de tratá-lo, sendo possível observar um sentimento de cidadania um pouco mais apurado. Esta postura por um lado facilita as ações do poder público nas questões relativas à conservação e à manutenção dos parques e praças, pois contam com a participação do cidadão que zela pela sua cidade. Por outro lado, esta participação coloca grandes desafios para a gestão municipal, que passa a ser "cobrada" a fazer sempre mais e melhor.

Neste sentido, Menezes (1996, p.178) conclui que de fato, nos últimos anos,

Uma nova cultura cívica passou a ganhar forma entre os curitibanos. De uma relação desinteressada e despersonalizada com a cidade, a população passou a "assumir a cidade", envolvendo-se na conservação de sua qualidade de vida. Na verdade, surtiu efeito o movimento institucionalizado de se criar uma identidade dos habitantes com a cidade. Ao propor à população o papel de protagonista na determinação da qualidade de vida da cidade, criaram-se as condições para a construção social de uma identidade local, de uma "curitibanidade", evidenciada no modo de ser, viver e conceber a cidade que o curitibano hoje apresenta.

Um fato curioso durante as entrevistas foi perceber que a Prefeitura incentivou o cultivo de flores na cidade, a partir do paisagismo dos parques, praças, bosques e ruas, e que a comunidade adotou a idéia. Vejamos o que José Roberto, Diretor do Departamento de Parques e Praças da Prefeitura Municipal de Curitiba, relatou a esse respeito:

*"Quando recebemos visitas de outras prefeituras do país, o pessoal se encanta mais com a parte de paisagismo, com a parte das flores, dos canteiros dos parques, das ruas, das praças e dos bosques. Nós não tínhamos esta cultura aqui em Curitiba. Hoje, nos temos uma estrutura para manutenção das flores durante todo o ano, temos um horto municipal, portanto não precisamos comprar o produto, no caso as flores, o que sairia muito caro. Hoje nós criamos uma cultura de canteiros de flores, que pra você ter uma idéia, algumas floriculturas da cidade adotam uma pracinha, ou certos trechos de avenidas para ficarem bonitos e floridos e desta forma conseguem clientes. Porque o que acontece, como a quantidade de flores que nós plantamos na cidade é grande, de cinco mil para cima, e você vai aos parques e se encanta com a beleza das flores durante todo o ano, são jardins grandes que sobressaem pela visual, então o que acontece, as pessoas vêem aquelas flores, acham bonitas, maravilhosas fantásticas e procuram as floriculturas para comprar. Então hoje a*

*comunidade se espelha muito no que nós plantamos. Temos um caso em que plantamos nos canteiros da avenida Manoel Ribas e também em alguns parques uma espécie de margaridinha, que somente o nosso horto produz, aí os produtores começaram a ligar para mim, querendo saber aonde é que nós tínhamos comprado a semente, por está todo mundo atrás dessa flor, então foi um fato que mostrou para nós que o nosso serviço está dando certo, hoje você olha qualquer casa, qualquer jardimzinho e tem a sua florzinha, um canteiro, um verde. Acho que isso virou uma marca da cidade porque teve um pessoal de Angra dos Reis que veio aqui saber com é que nós fazíamos o paisagismo dos parques e da cidade com tantas flores, queriam saber a técnica. E é muito simples, temos o horto, com uma produção muito grande de espécies, vamos aos parques, às praças, aos bosques, achamos que merecem um canteirinho de flor, então vamos lá e plantamos, depois mantemos e a comunidade contempla, cuida, gosta e vira uma prática na cidade."*

Este relato enfocou um ato cultural da cidade, no qual está presente a relação entre cidadão e natureza no meio urbano de forma muito singular. Talvez o aspecto que possa ser destacado é uma certa sensibilidade quanto aos elementos naturais, a qual indica uma experiência sensível dos sujeitos no momento em que buscam compartilhar com o poder público do processo de embelezamento da cidade. Trata-se de mudar um pouco o ângulo de enfoque da paisagem urbana, cinza, fria, tumultuada, para uma paisagem um pouco mais alegre, colorida, florida e verde, promovendo uma comunicação sensível entre espaço, natureza e vida cotidiana.

Maffesoli (1996, p.83), ao falar sobre a "dignidade dos sentidos", ressalta que a "sensibilidade coletiva é, de um certo modo, o lençol freático de toda a vida social; a ação política sustenta-se é essencialmente sua tributária". De fato, é incontestável a importância da experiência sensível na vida humana resultando em um cotidiano diferenciado. Neste sentido, o autor considera que a experiência sensível é a base de toda a maneira de expressar o ser. Amplia-se por toda a vida cotidiana e tem influência da vida em sociedade.

As maneiras de ser, continua o autor, "não dependem somente de causas exteriores e dominantes, mas também de sua lógica interna, de uma espécie de força imanente culminando por traduzir o vitalismo e o perdurar dos conjuntos sociais". Esclarece assim que os sentidos e sua gestão, antes de promover um isolamento, socializam.

Maffesoli (1996, p.83-84) aponta também que a sensibilidade e a afetividade tendem a privilegiar uma espécie de "brandura existencial", de contornos um pouco indefinidos, mas cuja solidez não pode deixar dúvidas:

Essa brandura, não é preciso compreendê-la de um lado pejorativo, mas antes como a expressão de um poderoso querer viver, que tende a se afirmar por meio das diferentes expressões de uma afetividade partilhada. Deste ponto de vista, emoções, paixões, sentimentos não seriam características secundárias da ordem política, mas, ao contrário, o substrato de um vitalismo irremediável que às vezes, assumiria a forma do político. Ficando bem entendido que o primordial no caso é o sentimento de vida, a sensação do viver. Isso obriga-nos a focalizar nosso olhar sobre os sentidos constitutivos da vida humana, e a lembrar que, na sua simplicidade, esses são incontornáveis, e que determinam a matriz de toda a vida social.

Mesmo correndo o risco de beirar um certo romantismo, não posso deixar de registrar que a postura do cidadão curitibano no trato com a cidade carrega muitas vezes consigo essa "brandura existencial" do que nos fala o autor. Pois no simples ato de cuidar dos jardins de suas casas, contemplar as flores dos parques e das ruas, manter a cidade limpa, apreciar e se orgulhar dos espaços públicos, está presente ao mesmo tempo sentimentos e cuidados, os quais resultam em traços culturais estreitamente relacionados ao amor à cidade.

Esta espécie de parceria da população curitibana em relação ao cuidado com os espaços públicos contrapõe-se de certa forma às idéias de GARCIA (1997), ao afirmar que os processos modernos de comunicação propiciam a construção de mitos que atuam como "mecanismos estabilizadores" de crenças e comportamentos, reafirmando e condensando elementos do senso comum na conquista de adesão a determinadas interpretações da sociedade e de seu futuro. Estas afirmações poderiam sugerir uma certa passividade dos sujeitos na recepção desses apelos midiáticos, reservando-lhes um papel acríptico ou apenas figurativo em relação aos espaços criados pelo poder público.

No entanto, as entrevistas realizadas no Parque Barigüi, inclusive com usuários que o freqüentam há mais de quinze anos e presenciaram as transformações pelas quais Curitiba passou, demonstram que muitos deles estão conscientes do interesse político que permeia tais estratégias de *marketing*. Ressaltam também que existem outros fatores na cidade que ainda precisam ser priorizados pelo poder público, sendo apontada de forma especial a questão da segurança pública no interior dos parques.

Embora reconheçam o valor do Parque Barigüi para a dinâmica sociocultural cidade, os entrevistados estão atentos aos problemas existentes em sua infra-estrutura e apontam a existência de algumas falhas da administração municipal, as quais relacionam-se diretamente com a questão da segurança. Vejamos o que alguns usuários dizem a esse respeito:

*"Aqui nós temos problemas em termos de segurança, e isso nós estamos cansados de solicitar para prefeitura. Eu me sinto limitada a vir aqui em qualquer horário do dia porque tenho medo de ser assaltada. A segurança para nós e para os moradores ao redor do parque não existe."*

*"No final de semana nos temos um problema sério. Como aumenta muito o número de pessoas e é muito grande a quantidade e jovens que vem aqui, o que acontece? O jovem vem com seu carro, com som alto, já trazem hoje caixas de isopor com cerveja ou com outras bebidas mais fortes, acabam ingerindo e fazendo bagunça na casa dos moradores do entorno do parque. Já chegou época de que nós não podíamos nem sair de casa devido ao grande tumulto de circulação de veículos na frente de casa. Aí com o pessoal já está embriagado, vai lá urinar no muro, no portão, esses são problemas causados pela falta de fiscalização do poder público, que não está presente efetivamente aqui nos finais de semana."*

*"Achamos que a segurança é o principal fator do parque, sempre reclamamos! Porque vir aqui para ficar com medo, não tem condições, perde toda a graça, a descontração. A nossa sorte é que andamos em grupo, porque sozinha não dá em determinado horários do dia." (grupo de mulheres que caminham todos os dias no parque).*

*"Eu costumo andar de bicicleta na ciclovia, mas ultimamente tenho ficado com medo, me sinto insegura em alguns trechos, acho isso péssimo. Porque o que adianta oferecer a comunidade muitos parques, ciclovia e tudo mais, se não oferece tranqüilidade e segurança para usufruirmos. Acho este ponto bem falho em Curitiba".*

*"Quinta-feira da semana passada, uma moça levou um tiro, durante o dia, nove e meia da manhã. Nós estávamos voltando para o carro, veja, a segurança é um sério problema. Você vem aqui andar numa boa, curtir a natureza e quando menos espera leva um tiro. Isso é um absurdo. Tem um guardinha que anda de moto pelo parque, mais o parque é muito grande, ele não consegue sozinho controlar tudo que acontece."*

*"Eu gosto muito de caminhar no bosque, e ultimamente a gente vê pessoas estranhas lá, que estão com finalidades escusas até que muitas vezes nos constrange, então eu que gostava de correr dentro da mata já não consigo mais fazer isso, porque me constrange muito, então deixei de curtir o bosque, lá é o lugar mais bonito do parque, mas também o mais perigoso, falta fiscalização e policiamento. É a parte negativa do parque."*

*"O problema da segurança é que não existe regularidade. Às vezes tem e às vezes não tem policiamento. Existe uma manutenção normal, não é nada assim, sabe, aquela coisa mais eficaz."*

Parece evidente nas falas desses usuários a falta de policiamento para atender a demanda do Parque. Esta preocupação esteve presente em quase todos os depoimentos, destacando a violência como um dilema urbano bastante sério na cidade de Curitiba. Portanto, se considerarmos a falta de segurança um dos maiores problemas das grandes cidades, concluiremos esta questão pode estar influenciando diretamente a fruição do lazer em espaços públicos. Tal fato demonstra que não basta beleza natural e paisagismo impecável, se os usuários desses espaços não se sentem seguros para vivenciá-los.

No meu entendimento este processo merece uma atenção mais acentuada do poder público, pois vários espaços de lazer da cidade de Curitiba vêm apresentando esses problemas. Vejamos o que diz o prefeito Cássio Taniguchi a esse respeito:

*"Não é fácil resolver este problema. No Barigui, por exemplo, estamos reformando aquela casa que era da Polícia Florestal do Paraná, pra botar a Guarda Municipal pra fazer toda a parte da segurança. Nos outros parques vamos partir para a iluminação. Passei outro dia lá no eixo de animação da Arthur Bernardes estava uma escuridão desgraçada, eu dei uma bronca no pessoal responsável, agora já estão instalando as luminárias".*

É fácil visualizar na fala do prefeito uma certa ausência de políticas públicas efetivas em relação à segurança dos espaços de lazer da cidade. Pelo menos no que foi possível perceber em sua fala e nas entrevistas com os usuários, não há ainda uma prática sistemática dos serviços de segurança pública, especialmente no interior dos parques. A segurança ocorre esporadicamente ou através de ações pontuais, as quais conseguem sanar precariamente os problemas apresentados. Nota-se também, no discurso do prefeito, ações de cunho funcional com referência a alguns aspectos da infra-estrutura dos parques, praças e bosques principalmente, quando menciona que casualmente observou a falta de iluminação pública ao passar por um espaço de lazer da cidade, para a partir daí tomar decisões. Este aspecto faz lembrar as reflexões de Santos (2002), o qual nos alerta que tratar problemas de cunho social utilizando-se de remédios simplesmente tópicos, de forma funcional, pode até trazer efeitos num curtíssimo prazo, mas poderá levar a uma crise ainda maior.

A precariedade e o imediatismo das ações administrativas no que se refere a segurança pública pôde ser confirmada ainda no depoimento de Antonio Carlos, 34 anos, advogado, usuário do parque há vários anos:

*"A segurança do parque é precária, aqui acontece uma particularidade, eu que venho nos mais diversos horários do dia, eu vejo, a polícia militar, mesmo a Guarda Municipal, eles tem uma tendência de vir quando tem uma aglomeração de gente, o objetivo é ser visto. Por exemplo, onze horas da manhã de domingo, tem viatura passando e tal, sete e meia da noite que ainda tem um monte de gente que vem caminhar, eles saem, parece que eles querem dar uma satisfação para a sociedade do tipo: "estamos aí quando tem bastante gente vendo". Quando realmente precisa e a gente sabe de histórias de assaltos, que deram uma paulada na cabeça de uma moça pra pegar a bicicleta, walkmam, para roubar tênis, não tem policiamento. E isso é costumeiro aqui, não foi um, foram vários assaltos. Eu acho que a segurança no parque é precária mesmo. É uma segurança de mentira, uma fantasia. Quando tem bastante gente, tem polícia, quando não tem, não tem polícia, fica abandonado. Eu fico revoltado quando vejo o povo sendo enganado. O que eu sinto é isso !"*

Estes são fatores que sem dúvida denunciam a ausência de uma atuação mais efetiva por parte da administração municipal, especialmente no que tange a segurança pública, demonstrando claramente a deficiência dessas ações quando colocadas à disposição dos usuários no Parque Barigüi.

Ao apontar tais conflitos e contradições, os sujeitos da pesquisa demonstram um certo senso crítico em relação às políticas voltadas aos espaços públicos de lazer da cidade. Mesmo concordando com algumas indicações de GARCIA (1997) sobre a possibilidade dos processos modernos de comunicação e informação intervirem fortemente no cerne do tecido social, acredito que esses processos podem também aguçar, nas pessoas que vivem nas grandes metrópoles o exercício da crítica. A partir daí, a consequência pode ser a formação de novos valores, constituídos a partir da vivência de diversificadas redes de sociabilidade, da construção de novas identidades, de novas práticas sociais e de uma certa "resistência teimosa" ao processo de hegemonização.

O ser humano não permanece completamente passivo diante do espaço em que vive. Para Santos (2000, p.63), tem-se sempre a "obediência e a revolta". Para ele o lugar geográfico é também "o lugar filosófico da descoberta, porque nele se batem forças contraditórias. Há, de um lado, os que buscam o lucro a todo custo e se apropriam dos pontos mais vantajosos e, de outro lado, há todos os demais, mais ou menos afetados por uma situação que desejam modificar para melhor". Continua o autor afirmando que o ser humano tem um permanente potencial de criação e de desenvolvimento de novas necessidades. Trata-se de um ser voltado para a liberdade.

Para Lefebvre (1991), devemos pensar a cidade e seus espaços como *poièsis*, isto é, como um "fazer", como uma "obra". Contudo, isso não implica dar ênfase às obras urbanísticas, ruas, pontes, parques, praças, edifícios, mas ver na ação de determinados atores como a cidade está se constituindo, inclusive no campo das significações imaginárias, sem, contudo, restringir-se a elas. Pois, como assinala Lefebvre (1991, p.98), "não se recompõe a cidade e o urbano a partir de signos da

cidade, e isto ainda que a cidade seja um conjunto significativo. A cidade não é apenas uma linguagem, mas uma prática". Ou, como escreve Calvino (1991) nas páginas do livro *As Cidades Invisíveis*, nunca se deve confundir a cidade com o discurso que a descreve. No entanto, há uma relação entre ambos.

Por isso, falar sobre a dinâmica cultural de Curitiba quase sempre gera a sensação de mero senso comum, porque o Brasil todo conhece Curitiba em função dos apelos da mídia. Mas o fato é que realmente a cidade oferece esses lugares. Eles são concretos em sua dinâmica, apesar de alguns estudos considerarem que eles foram sendo construídos sem que a população participasse do processo, um fato verídico segundo a análise de alguns documentos. Mas será que, em função disso, a população torna-se acrítica? Até que ponto essa visão está correta? Como funcionam os mecanismos de articulação que se estabelecem entre a cultura, a política e o cotidiano?

Um dos pontos de crescente mediação entre os cidadãos e a cidade são os parques públicos. Trinta parques constituem-se em cenários, localizados em diferentes regiões, os quais foram colocados à disposição da comunidade, num primeiro momento, tendo sido adotados com respeito e intensidade pelas pessoas que vivem em Curitiba, e, num segundo, apresentados ao mundo por processos modernos de comunicação.

Esses parques têm sido quase sempre descritos pela crítica de alguns pesquisadores<sup>88</sup> como cenários emblemáticos. Mas é preciso ressaltar que, mais do que meros cenários físicos, eles são também cenários de cuidados individuais e de encontros comunitários significativos. Para conhecê-los, não basta olhá-los, é preciso escutá-los, é preciso senti-los e deixar-se penetrar pela experiência humana que deles flui.

No que se refere ao Parque Barigüi, pode-se afirmar que ele assume um lugar estratégico e privilegiado para a potencialização destes encontros comunitários, suscitando descobertas, reflexões, discussões, sorrisos, cumprimentos e cordialidades, contemplando uma multiplicidade de significados no interior do convívio daquele espaço.

---

<sup>88</sup> Ver Garcia, F. E. S. "Cidade Espetáculo: política, planejamento e city marketing". Ed. Palavra, Curitiba-Paraná, 1997.

Vejamos estes aspectos em algumas falas dos nossos entrevistados:

*"Olha, nosso grupo é composto por sete pessoas. Nós fizemos amizade dentro do parque caminhando, depois resolvemos freqüentar a academia da prefeitura aqui do parque[...] Faz 15 anos que nós mantemos nossos laços de amizade. A gente faz jantares, confraternizações de final de ano, festa junina, tudo aqui no espaço do parque. Nossas festas são realizadas ali nas churrasqueiras do bosque. Este aqui é o nosso espaço; nós cuidamos, ajudamos a manter e usufruímos." (Carmem, 48 anos, funcionária pública).*

*"Nos somos reconhecidas aqui como as "parqueiras". Somos em cinco. A gente vem para cá para conversar. Caminhamos, paramos, tomamos água de coco, falamos do marido, da empregada, de política, do trabalho, trocamos receitas, fofocamos, enfim este é nosso ponto de encontro diário, depois vamos para casa com a cabeça bem descansada." (Neuci, dona-de-casa, faz parte de um grupo de senhoras que freqüentam o parque há 10 anos).*

*"Nosso grupo de caminhada aqui do parque foi se formando espontaneamente. Éramos em duas, eu e minha vizinha, depois fomos encontrando outras vizinhas aqui no parque, e nos juntando, hoje somos em seis. Considero a caminhada um pretexto para nos encontrarmos. Esse grupo é mesmo um "grupo de terapia". Quanto alguém está com um problema, deixamos a pessoa falar, extravasar, simplesmente ouvimos. Às vezes todo mundo dá opinião ou relata um caso pessoal semelhante o que de certa forma diminui o tamanho do problema. A gente troca muito durante a caminhada, alegrias e tristezas." (Zélia, professora aposentada).*

*"Eu e minha amiga estamos aqui no parque quase todos os dias. Gosto de vir com ela porque além de colocarmos todas as conversas em dia, falamos um pouco sobre a vida, desabafamos, é muito legal ter um ombro amigo para chorar as mágoas ou comemorar as vitórias. Somos amigas há anos e o tempo que encontramos para conversar e manter nossos laços de amizade foi através da caminhada. A gente une o útil ao agradável. Ao mesmo tempo em que fazemos uma atividade física, conversamos e curtimos a natureza." (Sandra, 45 anos, funcionária pública).*

*"Tenho 70 anos, e na minha idade é difícil encontrar alguém com tempo para conversar. Então venho pro parque, por que sei que aqui vou encontrar meus amigos que assim como eu tem tempo livre durante o dia para caminhar. Vou caminhando e encontrando as pessoas durante a caminhada, sempre bato um papinho, dou uma paradinha, um tchauzinho, ou simplesmente um oi. Sinto-me bem aqui porque as pessoas se reconhecem e se tornam amigas. Sento aqui no banco e passo horas contemplando a natureza, conversando com as pessoas, acho este parque a uma maravilha porque além disso, posso respirar um ar um pouco mais puro e fazer alguns alongamentos." (José, militar aposentado).*

Tais depoimentos demonstram que o "estar junto" dos grupos/indivíduos em territórios de significação nas cidades pode favorecer a vida coletiva e os laços de sociabilidade. Por consequência este "estar junto" pode oportunizar, além de um cotidiano mais significativo, também, uma espécie de mapeamento simbólico do movimento da vida, o qual conduz os sujeitos a refletir sobre a complexidade do dia-a-dia de forma mais leve, isto é, por intermédio de trocas sociais amistosas através do exercício de práticas de interação articuladas especialmente em torno das relações de amizade. Os processos de práticas sociais interativas e associativas que se apresentam no Parque Barigüi, as quais são carregadas de significação, configuram-se em lugares propícios para o enraizamento de experiências comunitárias e para reordenação de um viver coletivo qualitativo nas cidades.

Nas relações que se estabelecem num espaço como o Parque Barigüi, percebemos que há uma ordem oculta, invisível. Nele há códigos ainda indecifráveis. Pode-se dizer que o espaço do Parque significa um lugar de sensibilidade ou são geradores de sensibilidade, estimulando novas percepções.

Desta forma, é possível pensar que ao planejar os parques urbanos de Curitiba os arquitetos trabalharam à princípio com um certo "pragmatismo técnico", mas ao longo destes anos a comunidade apropriou-se desses espaços transformando-os em "cenários de encontros", por meio de uma diversidade de práticas culturais que associam lazer e natureza no meio urbano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcorrer desta investigação procurei realizar uma triangulação entre o modelo de parques públicos adotado pela cidade de Curitiba, seu processo de concepção e planejamento, e a relação do cidadão curitibano com esses espaços. Realizar uma interlocução entre dimensões muitas vezes contraditórias e conflituosas, as quais envolvem relações de força extremamente polêmicas quanto à organização das cidades exigiu uma análise profunda e densa.

Entretanto, esse processo desencadeou diversas reflexões, as quais geraram novos questionamentos sobre o tema, abrindo caminhos para diferentes considerações num processo dinâmico e contínuo de busca. No que se refere às questões enunciadas no início deste trabalho muito ainda está por ser desvelado, e as considerações apresentadas nesse momento buscam concluir temporariamente esta pesquisa, sobretudo tendo em vista a importância da ampliação dos debates sobre as experiências de lazer nos grandes centros urbanos.

Iniciei as discussões sobre as transformações espaciais ocorridas na cidade de Curitiba a partir da década de 70, as quais tinham como meta dotá-la de uma nova estrutura de crescimento e desenvolvimento urbano que integrando funções como transporte coletivo, sistema viário, uso do solo, lazer, conservação do meio ambiente, preservação da memória histórico-cultural, situando-me como uma cidadã curitibana que desde a infância acompanha tais transformações. Esta experiência me parece pertinente pois a vivência do pesquisador, aliada a outros fatores, deve sempre que possível ser considerada no processo de investigação científica.

Assim, assumi de forma explícita em alguns momentos deste trabalho meus sentimentos para com a cidade. Isso possibilitou-me pesquisar os parques públicos de Curitiba com um olhar bastante atento e sensível para a cidade e seus habitantes, os

quais vivenciam esses espaços, construindo neles e através deles, uma certa identidade com o lugar.

A presença da relação emocional, durante todo o processo de investigação, não me impediu de detectar a existência de muitas deficiências, conflitos e contradições no processo de modernização do planejamento urbano adotado por esta cidade. Esse reconhecimento exigiu um olhar crítico com referência às estratégias políticas desenvolvidas em vários planos da realidade da cidade, com o intuito de apontar também o contraste, ou seja, os desequilíbrios, as contradições e as dificuldades de tais intervenções urbanísticas.

Um aspecto bastante peculiar entre os habitantes da cidade de Curitiba, evidenciado fortemente nas entrevistas com usuários do Parque Barigui, é a relação afetiva com a cidade, sinalizando a existência de um típico modo de vida coletivo onde está presente uma certa admiração pelos espaços públicos, especialmente pelos parques. Essa interação entre espaço e cidadão facilitou a adesão da população a essa composição de espaço, implantada pelo município a partir da década de 70. Portanto, hoje os parques públicos marcam a identidade da cidade.

É neste sentido que Santos (2002, p.116) ressalta a importância desta relação afetiva, pois sua ausência pode tornar os cidadãos descomprometidos com o espaço físico em que vivem, o que de certa forma elimina a vitalidade da cidade. Tal relação de afeto do curitibano pela cidade onde mora, apresenta-se como uma singularidade bastante peculiar, o que permite entender a cidade não como uma "cidade-máquina", subordinada somente aos interesses da produção, mas como um "espaço de direito", como uma "obra coletiva", na qual os sujeitos compartilham com o poder público a responsabilidade pela sua manutenção e cuidado.

Assim, alguns estudos sobre a tematização das cidades apontam para a importância de pesquisarmos não só as transformações físicas ou políticas por que passam as cidades, mas também investigarmos como pensam sobre os espaços

urbanos os habitantes dos centros urbanos aspirando por novas maneiras de viver o cotidiano. Neste sentido, estudos que buscam a conexão entre cultura e cidade mostram-se bastante férteis.

Ao buscar compreender a dinâmica espacial de espaços de lazer enfocados nos parques de Curitiba, relacionando-a com a complexidade das experiências humanas, me chamou atenção o implemento de equipamentos urbanos destinados a este fim, com ênfase na transformação de grandes áreas verdes em parques públicos. Estes espaços foram vinculados a características de diferentes etnias e a projetos culturais adicionais, os quais tinham como objetivo criar uma identidade e conferir vitalidade a esses lugares, transformando-os em "pontos de encontros" dos curitibanos. A implementação de um grande número de espaços dessa natureza em Curitiba deu origem a marca identitária: "Curitiba, cidade dos parques".

As discussões teóricas levantadas entre diversos autores abordados apontaram a busca por marcas identitárias como um dos paradigmas que sustentam as intervenções urbanísticas contemporâneas. Neste contexto, acentuam que do ponto de vista urbano, esta questão está associada às diversas formas de disputa entre as cidades, as quais buscam singularidades na tentativa de atrair público e investimentos. Para Harvey (2000) tais disputas põem em evidência a adoção da estética e infraestrutura dos lugares, recorrendo ao potencial das suas particularidades históricas, culturais e espaciais.

Neste sentido, como mostraram as obras de H. Lefebvre (1998) e toda uma linha crítica da geografia humana recente, há uma relação direta entre a configuração espacial urbana e a produção ou reprodução do capital. Assim, nesta fase do capitalismo contemporâneo as cidades passam a ser geridas e consumidas também como mercadorias, porém não se limitando a esse aspecto, pois a cultura muitas vezes negligenciada nessa abordagem, mostra-se fundamental para o entendimento da construção de ações e significados.

Na esteira dessas idéias, Pallamin (2002, p.104) salienta que nas cidades modernas esses processos de estetização utilizam-se de uma complexa trama simbólica, nas quais "práticas e projetos culturais tendem a ser reduzidos ou instigados às conseqüências de interesses econômicos, numa intensa mercadificação que lhes acarreta uma perda significativa de seu potencial construtivo, uma vez que passam a ser atrelados estreitamente a táticas de lucro".

Ampliando essa discussão, Sánchez (2003) desenvolve estudos sobre o papel desempenhado pelas políticas de *marketing* urbano junto aos processos materiais de renovação espacial, as quais dão emergência à cidade –mercadoria e ao mercado mundial das cidades.

Estudos sobre Curitiba afirmam que as estratégias do planejamento urbano da cidade em algumas de suas fases de desenvolvimento demonstraram tendências centradas em modelos urbanísticos sustentados nesses paradigmas econômicos, os quais promoveram a criação e a potencialização de espaços públicos junto à natureza, vinculando-os a imagens sínteses como: "cidade-modelo", "cidade-espetáculo", "cidade ecológica", entre outras.

Entretanto, mesmo considerando os conflitos e as contradições desse modelo de planejamento urbano, torna-se indispensável reconhecer que a criação destes ambientes, além de terem preservado grandes áreas verdes no interior da cidade, evitou a habitação nos fundos de vale, preservou as matas ciliares, e, através de seus lagos artificiais, regulou a vazão dos rios que cortam a cidade em períodos de enchentes. Tais espaços oportunizaram ainda uma aproximação cotidiana entre sujeito e natureza, por meio de experiências no âmbito do lazer e da cultura, passando a se constituir em territórios privilegiados da cidade, o que de certa forma lhes confere um aspecto peculiar. Desta forma, é possível concluir que esta transformação apresenta aspectos positivos para a comunidade local e um avanço no planejamento urbanístico desta cidade.

Este aspecto ficou bastante evidenciado nas falas dos nossos entrevistados. Elas apontam como estes parques públicos possibilitam a oportunidade de vivenciar práticas lúdicas e corporais promovendo novas formas de se relacionar com a natureza, novas relações sociais, novas maneiras de pensar a vida e um certo "sentido de pertencimento", os quais podem estar fortalecendo um determinado direito à cidade. O direito à cidade, de acordo Lefebvre (1999, p.81), "manifesta-se como forma superior dos direitos", o qual contempla o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e à habitação. Portanto, o direito aos espaços públicos e à apropriação se imbricam dentro do direito à cidade.

Assim, mesmo consciente dos reflexos de um modelo capitalista, o qual tende a conceber a cidade como mercadoria a ser comprada e vendida, criando instabilidades, rupturas e segregação na vida urbana, ressalto a partir do presente estudo que a cidade pode ser pensada também como um ambiente culturalmente rico, capaz de manter suas tradições e suscitar novos hábitos. Estas questões estão diretamente ligadas ao significado que a comunidade atribui a alguns lugares da cidade, o qual está relacionado muitas vezes com as formas de apropriação e usos no plano da vida cotidiana.

Neste sentido, visualizo no interior dos Parques de Curitiba um instigante pulsar cultural, onde se misturam individualidade e coletividade, delineando cenários cotidianos em constante movimento, por meio de redes simbólicas diferenciadas, as quais produzem uma certa "resistência teimosa" às padronizações mais rígidas. Esta forma de resistência se dá a partir de um jogo intenso e dinâmico de papéis sociais, que associados a experiências e a níveis de realidade diversificados, geram movimentos peculiares no cotidiano desses espaços.

Para sustentar tais argumentos recorro a Certeau (1994), ao salientar que se quisermos simplesmente olhar as práticas cotidianas do mais alto dos prédios, é pouco provável que encontremos pluralidade e heterogeneidade de movimentos. Para ele, do alto

só é possível ver o homogêneo, o uniforme e o poder que, embutido nas estruturas sociais, comanda e controla as ações dos sujeitos. Portanto, analisando do alto as diversas experiências de lazer nos Parques da cidade de Curitiba, poderíamos conceber esses espaços como ambientes férteis para a reprodução de modelos centrados no consumo dos lugares, com práticas predeterminadas pelas estratégias do poder local, as quais buscam a regulação da vida cotidiana. Os sujeitos, nessa visão, são manipulados e disciplinados na ocupação de tais espaços. Nesta perspectiva dificilmente observaríamos as "minúcias e as práticas" sendo tecidas e tensionando internamente o sistema.

Entretanto, quando descemos do "alto do prédio" e nos aproximamos da vida cotidiana desses ambientes para observá-los "de baixo", temos a oportunidade de encontrar a realidade concreta, onde efetivamente há o jogo da construção das práticas, os movimentos sutis e as múltiplas formas de apropriação cultural dos espaços. Para Certeau (1994, p.10) a cultura não se reduz em um simples receber, mas, em "realizar um ato", no qual cada sujeito imprime suas marcas àquilo que os outros lhe dão para viver e pensar. E acrescenta: "toda cultura requer uma atividade, um modo de apropriação, uma adoção, uma transformação pessoal e um intercâmbio instaurado em um grupo social".

Nesta direção, aponto que o cidadão curitibano não somente "ganhou" espaços desta natureza, mas adotou o modelo de parques públicos enquanto opção de lazer ao ar livre, conferindo-lhes vida por meio de experiências corporais e lúdicas extremamente ricas e interessantes. Estas experiências são facilitadas em função da localização, dos equipamentos, da infra-estrutura e da acessibilidade dos parques. Tais condições podem estar influenciando a aquisição de um novo estilo de vida urbano, no qual está contemplado uma relação mais próxima entre os sujeitos e a natureza, considerada hoje uma exceção nas grandes cidades.

Assim, mesmo não estando imune a todos os problemas comuns às grandes cidades modernas (poluição, criminalidade, pobreza, etc)., a cidade de Curitiba conseguiu manter alguns espaços públicos atrelados à preservação do patrimônio cultural e natural, potencializando um processo de identificação da comunidade local. Talvez esteja aí também um dos aspectos fortalecedores da divulgada imagem da cidade com "melhor qualidade de vida". Entretanto, gostaria de salientar que, para a efetivação de uma melhor qualidade de vida urbana, somente essas questões não bastam, sendo necessário uma revisão por governantes e comunidade das suas bases de crescimento e desenvolvimento.

Em Curitiba vários estudos apontam uma segregação do planejamento em regiões metropolitanas. Ou seja, nos últimos anos muitos dos municípios metropolitanos tiveram um expressivo crescimento de uma camada da população menos favorecida, impedindo o acesso às benfeitorias. Diante disso, constata-se uma disparidade entre Curitiba e regiões metropolitanas, evidenciando-se diferenças nas bases estruturais de sustentação desta qualidade de vida, as quais inibem o acesso aos serviços básicos das pessoas de menor poder aquisitivo. De acordo com MENEZES (1996, p.186), será necessário a criação de programas mais amplos de ação do poder local para atender tal demanda, caso contrário a qualidade de vida alcançada pela cidade de Curitiba "estará tendo dificuldades para manter o seu atual padrão de desenvolvimento urbano".

Neste sentido, Leff (2001, p.324) nos alerta que além da identidade local, da solidariedade e da participação, para alcançarmos a "verdadeira qualidade de vida" nos centros urbanos, precisamos rever o conceito de ambiente com uma "nova visão do desenvolvimento humano, que relacione valores e potenciais da natureza, externalidades sociais, saberes subjugados e as complexidades do mundo negadas pela racionalidade mecanicista". Portanto, faz-se necessário articular sobrevivência com necessidade de emancipação e construção de novos sonhos, onde se conectam real e

simbólico, objetivo com subjetivo, os quais permeiam as diferentes formas de realização, através do trabalho, da criatividade e das experiências de lazer. Assim, o conceito de qualidade de vida ampliado inclui tanto aspectos quantitativos quanto qualitativos das condições gerais da existência.

Ao analisar os documentos oficiais da Prefeitura Municipal de Curitiba, percebe-se que há algumas medidas concretas em relação à preservação ambiental desde a década de 70. Estas ações demonstram uma preocupação do poder público em estabelecer relação entre o planejamento da cidade, o modelo adotado de parques públicos e as preocupações ambientais. Todavia, convém ser cauteloso com estas questões para não causar a falsa impressão de que a cidade é um "paraíso", nos quais os parques podem se enquadrar, desconsiderando-se muitos aspectos ambientais ainda a serem solucionados, tanto em relação à estrutura dos parques como em relação à própria cidade. Portanto, gostaria de ressaltar que uma discussão mais aprofundada sobre esta questão nos conduziria aos domínios de outros campos do conhecimento, o que, evidentemente, não é de competência deste estudo.

No entanto, acredito que as experiências no âmbito do lazer em parques públicos podem favorecer a aquisição de um novo padrão de vida coletiva, vinculada a valores culturais e ambientais fortemente divulgados pelos movimentos ambientalistas contemporâneos. Tais experiências podem ainda ser potencializadas por meio de estratégias governamentais intensas, envolvendo, por exemplo, o incremento de projetos de educação ambiental já existentes e a proposição de novas iniciativas neste setor.

Embora em um determinado momento histórico o modelo de parques públicos de Curitiba tenha sido criado pelos técnicos do IPPUC, resultando em um certo benefício para a população curitibana, faz-se necessário para o avanço desse modelo, que o poder público oportunize aos usuários uma maior participação no planejamento, de forma a aprimorar e ampliar as possibilidades desses ambientes. Cabe ainda

considerar alguns problemas no âmbito dos parques, entre os quais pode-se destacar a existência de muitos equipamentos de lazer voltados predominantemente à prática esportiva tradicional, revelando com discute BRUNHS (1998) uma "mesmice entorpecedora" de certas políticas de lazer, assim como a falta de segurança pública que tende a inibir o uso desses espaços.

Destaco também a necessidade de uma atuação mais efetiva da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Curitiba nas políticas públicas referentes ao planejamento, manutenção e gestão dos parques da cidade. Embora os Planos de Recreação elaborados pelo IPPUC na década de 70, apontando um certo avanço no entendimento da relação espaço, lazer e cultura, ao considerar estas dimensões no planejamento urbano, percebe-se que a área de Educação Física, principal responsável para dinamizar tal proposta, ainda não conseguiu materializá-la.

Curitiba é reconhecida pelos seus cenários naturais preservados, aos quais associam-se equipamentos de lazer, materializados por projetos de intervenção urbanística "arquiteticamente pensados". Neste sentido, estudar os parques públicos da cidade de Curitiba significou dedicar-se a um caso muito especial, porque possibilitou-me perceber os mecanismos de articulação entre a cultura, a política e cotidiano da cidade.

Isso traduziu analisar o modelo dos parques da cidade não apenas por meio dos sentidos e emoções, resultando numa leitura romantizada destacando idealismos, mas também buscando os seus múltiplos códigos e regras, num reconhecimento mais aprofundado de seus atores. Portanto, adotando um olhar para além da mera "estrutura" física, buscando uma dinâmica sociocultural que atravessa os usos cotidianos de espaços desta natureza.

Portanto, frente à tensão existente entre uma intervenção urbanística (muitas vezes acelerada, sustentada em modelos parciais, generalizantes e dogmáticos), e a

busca dos habitantes pela preservação, manutenção e apropriação de espaços naturais, observam-se algumas possibilidades de negociação. São formas diferenciadas do viver humano nos centros urbanos, as quais têm como pano de fundo um certo estilo de vida metropolitano, uma certa cultura urbana, a qual busca e valoriza determinados espaços. Tal valorização está relacionada, entre outras coisas, com o contexto onde se vive e a cultura da região, com os hábitos que são adquiridos no ambiente familiar e social, e com a sensibilidade para perceber a importância de uma aproximação entre o natural e o construído, ou seja, a relação entre cidade-natureza nas experiências de lazer.

## REFERÊNCIAS

- ARANTES, A. A. **O espaço da diferença**. Campinas: São Paulo: Papyrus, 2000.
- ARANTES, O. B. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. São Paulo: Nobel EDUSP – FAPESP, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Urbanismo em fim de linha**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- AREND, H. **A condição humana**. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- BARTHES, R. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: aventura da modernidade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- BIGG – WITHER, T. P. **Novo caminho no Brasil meridional: a província do Paraná, três anos de vida em suas florestas e campos**. Curitiba: Editora da UFPR, 1974.
- BRAMANTE, A. C. Recreação e lazer: o futuro em nossas mãos. In: GEBARA, A.; MOREIRA, W. (org).. **Educação Física e Esportes: perspectivas do século XXI**. Campinas: Papyrus, 1992.
- BRUHNS, H. T. (Org).. **Temas sobre o lazer**. Campinas: Autores Associados, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Lazer e ciências sociais: diálogos pertinentes**. Campinas: Chronos, 2002.
- \_\_\_\_\_. (org).. **Introdução aos estudos do lazer**. Campinas: Editora Unicamp, 1997.
- \_\_\_\_\_. **O corpo parceiro e o corpo adversário**. Campinas: Papyrus, 1993.
- \_\_\_\_\_; GUTIERREZ, L. G. (Orgs).. **Enfoques contemporâneos do lúdico: III ciclo de debates lazer e motricidade**. Campinas: Autores Associados, 2002.
- \_\_\_\_\_; GUTIERREZ, L. G. (Orgs).. **O corpo e o lúdico: ciclo de debates lazer e motricidade**. Campinas: Autores Associados, 2000.
- \_\_\_\_\_; GUTIERREZ, L. G. (Orgs).. **Representações do lúdico: II ciclo de debates lazer e motricidade**. Campinas: Autores Associados, 2001.
- \_\_\_\_\_; MARINHO, A (Orgs).. **Turismo, Lazer e Natureza**. Barueri: Manole, 2003.
- \_\_\_\_\_; SERRANO, C.M.T. (Orgs). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas: Papyrus, 1997.
- BURGOS, S. M.; PINTO, L. M. S. de M. (Orgs).. **Lazer e estilo de vida**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

- CALVINO, Í. **As cidades invisíveis**. São Paulo. Cia. das Letras, 1991.
- CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. UFPR, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2000.
- CANEVACCI, M. **A cidade polifônica**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1999.
- \_\_\_\_\_; LEMOS, A. I. G. (Orgs).. **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1995. (1. Artes de fazer).
- \_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996. (2. morar e cozinhar).
- CHOAY, F. **A regra e o modelo**. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- \_\_\_\_\_. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- CORREA, J. L.; ROSENDAHL, Z. **Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.
- CURITIBA, PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Curitiba, na prática**. Curitiba: IPPUC, 2002.
- DAMIANI, A. L.; CARLOS, A.F.A.; SEABRA, O. C. L. **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.
- DE DECCA, E. S. E. P. Thompson. Tempo e lazer nas sociedades modernas. In: BRUNHS, H.T. (org). **Lazer e ciências sociais: diálogos pertinentes**. São Paulo: Chronos, 2002.
- De GRAZIA, S. **Tiempo, trabajo y ocio**. Madri: Editorial Tecnos, 1996.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- DUDEQUE, I. **Cidades sem véus: doenças, poder e desenhos urbanos**. Curitiba: Champagnat, 1995.
- FANTIN, M. **Cidade dividida**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.
- FERREIRA, A B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FLANAGAN, W. **Contemporary urban sociology**. New York: Cambridge University Press, 1993.

FRANCO, M. A. R. **Planejamento ambiental para cidade sustentável**. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2000.

GARCIA, F. E. S. **Cidade espetáculo**: política, planejamento e city marketing. Curitiba: Palavra, 1997.

\_\_\_\_\_. **Curitiba, imagem e mito**: reflexões acerca da construção social de uma imagem hegemônica. Rio de Janeiro, 1993. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, IPPUR-UFRJ.

\_\_\_\_\_. O city marketing de Curitiba: cultura e comunicação na construção da imagem urbana. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia (orgs).. **Percepção Ambiental**: a experiência brasileira. São Paulo. Studio Nobel, 1996.

\_\_\_\_\_; RIBEIRO. A. C. T. A nova face da gestão da cidade no final do século. In ALMEIDA, Elisa Reis Maria Hermínia Tavares de; FRY, Peter (orgs).. **Política e cultura**: visões do passado e perspectivas futuras. São Paulo: Hucitec, 1996.

GAZETA DO POVO. **Cidade o impacto das áreas urbanas na natureza**. edição de 5 de junho de 2003.

\_\_\_\_\_. **Curitiba 310 anos**: a história que nunca foi contada. ed.1, 2, 3, 4, 5. mar./abr. de 2003. (Edição especial).

\_\_\_\_\_. **Curitiba em foco**. edição de abril de 2003.

GEERTZ. C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2002.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

GUIDUCCI, R. **A cidade dos cidadãos**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

HALL, P. **Cidades do amanhã**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2000.

\_\_\_\_\_. Do gerenciamento ao empresariamento urbano. **Revista espaço & debates**, São Paulo, ano XVI, n.39, p.48-64, 1996.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). **Plano de Recreação em Curitiba. Pesquisa, Diagnóstico e Propostas**. 1973.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). **Plano Estrutural de Recreação de Curitiba**. Curitiba: IPPUC, 1968.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Coleção a).

JAPIASSÚ, H. **Dicionário básico de filosofia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

KERSTEN, M. S. de. A. **Os rituais do tombamento e escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

KLIASS, R. G. **Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade**. São Paulo: Pini, 1993.

LE CORBUSIER. **Os três estabelecimentos humanos**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. São Paulo: Documenta, 1969.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEIS, H.R. (org). **Ecologia e política ambiental**. Rio de Janeiro: Fase/PUC/Rio, 1972.

LUCHIARI, M. T. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: CORREA,R.L; ROSENDAHL,Z. (org).. **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000.

LUCHIARI, M. T. A mercantilização das paisagens naturais. In: BRUNHS, H.T; GUTIERREZ, G. (orgs).. **Enfoques contemporâneos do lúdico: III ciclo de debates lazer e motricidade**. Campinas: Autores Associados, 2002.

\_\_\_\_\_. **O lugar no mundo contemporâneo - turismo e urbanização em Ubatuba/SP**. Campinas, 1999. 222f. Tese (doutorado) - IFCH, Unicamp.

LUPTON, D. **Corpos, prazeres e práticas do eu**. Educação e realidade. v. 1, n.1 (fev.1976). Porto Alegre: URGs, Faculdade de Educação, 1976.

MAFFESOLI, M. **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MAGNANI J. G. C. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

\_\_\_\_\_; TORRES, L. **Na metrópole**. São Paulo: Edusp, 1996.

MARCONDES, M. J. A. **Cidade e Natureza: proteção dos mananciais e exclusão social**. São Paulo: Studio Nobel - Editora da Universidade de São Paulo: - Fapesp, 1999. (Coleção cidade aberta).

MARTINS, W. **A invenção do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1999.

- MATIELLO, A. M. **A sustentabilidade no planejamento e gestão de parques urbanos em Curitiba-PR: uma questão paradigmática?** Dissertação de mestrado. UFSC. Florianópolis, 2001.
- MATOS, M. I. S. **Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- MELA, A. **Sociologia das cidades**. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.
- MELNICK, S.R. Principales Escuelas, tendencias y corrientes de pensamiento. In SUNKEL, O. & GLICO, N. (orgs). **Estilos de desarrollo y medio ambiente en la América Latina**. México; Fondo Cultura Económica, 1980.
- MENEZES, C. L. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente: a experiência de Curitiba**. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- MOURA, R. Os riscos da cidade-modelo. In Acselrad, H. (org) **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro. DP&A, 2001.
- MUMFORD, L. A. **A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- NEGT, O. Espaço Público e experiência. In Pallamin, V. M.; Ludemann, M. (coord) **Cidade e cultura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- OLIVEIRA, I. C. E. de. **Estatuto da cidade: para compreender**. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.
- OLIVEIRA, D. de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**.: Curitiba: ED. da UFPR, 2000.
- \_\_\_\_\_. Meio ambiente e cidade: áreas verdes públicas de Curitiba. In: **Cadernos de desenvolvimento e meio ambiente**. Curitiba, n.3, p.77-87, Ed. da UFPR, 1996.
- ORTEGA, F. **Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault**. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 2000.
- PAIS, J.M. **Paradigmas sociológicos na análise da vida cotidiana**. Analise Social, 22 (90), 1986, p.7-57.
- PALLAMIN, V. M. (org).; LUDEMANN, M. (Coord).. **Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- PARK, R.E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO.G. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- Prefeitura Municipal de Curitiba. **Governo Cassio Taniguchi: balanço do primeiro ano**. IPPUC/IPEA. Monitoramento da gestão urbana. Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano da região metropolitana de Curitiba. Junho, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Plano diretor de desenvolvimento urbano ambiental**. Curitiba, 1970.
- \_\_\_\_\_. **Uma experiência de planejamento**. Curitiba. 1996.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Plano diretor de desenvolvimento urbano ambiental**. Porto Alegre, 2000.

REIGOTA, M. **As flores e a escola**: educação ambiental. São Paulo. Cortez, 1999.

RELPH, E. C. As bases fenomenológicas da geografia. **Geografia**, São Paulo, v.4, n.7, AGETEO, 1979.

RODRIGUES, A. M. **Produção e consumo do e no espaço**: problemática ambiental urbana. São Paulo: Hucitec, 1998.

ROLNICK, S. e GUATTARI, F. **Micropolítica**: cartografia do desejo. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

SACHS, I. **Caminhos para desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

\_\_\_\_\_. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

\_\_\_\_\_. **Estratégias de transição para século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel - Fundap, 1993.

SALDANHA, N. **O jardim e a praça**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1993.

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó; Argos, 2003.

SANT'ANNA, D. B. **O prazer justificado**: história e lazer. São Paulo: Marco Zero/CNPq. 1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Metamorfose do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 5.ed. São Paulo: Hucitec, 1997a.

\_\_\_\_\_. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1997b.

\_\_\_\_\_. Território e Sociedade. **Entrevista com Milton Santos**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SECRETÁRIA de Estado da Saúde do Paraná. **Município Saudável**: iniciativas de implantação. Governo do Paraná; Organização Panamericana de Saúde – OPS/OMS/Brasil; Estado do Paraná; Curitiba, 1996.

SECRETARIA Municipal de Meio Ambiente de Curitiba. **Parques e Bosques**. Curitiba, 1996.

SEGAWA, H. **Ao amor do público**: jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel - FAPESP, 1996.

SENNETT, R. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 1997.

- SERRANO, C.M.T. **A educação pelas pedras**: ecoturismo e educação ambiental. São Paulo: Chronos, 2000.
- SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, G. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, p.13-28, 1967.
- SIRKIS, A. **Ecologia urbana e poder local**. Rio de Janeiro: Fundação Onda Azul, 1999.
- SOUZA, N.R.D. **Planejamento urbano, saber e poder: o governo do espaço e da população em Curitiba**. Tese de doutorado. FFLCH/USP. São Paulo, 1999.
- SPIRN, A. W. **O jardim de granito**: a natureza no desenho da cidade. São Paulo: EDUSP, 1995.
- SUERTEGARAY, D. M. A. **Ambiente e lugar no urbano**: a grande Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- SZMRECSANYI, M.I. Lazer e consumo: espaços públicos e semipúblicos no cotidiano urbano. In: BRUNHS, H. T.; GUTIERREZ, G. (Orgs).. **Representações do lúdico**: II ciclo de debates lazer e motricidade. Campinas: Autores Associados, 2001.
- TRINDADE, E. M. de C. (Coord).. **Cidade, homem e natureza**. Uma história das políticas ambientais de Curitiba. Curitiba: UNILIVRE, 1997.
- TUAN. Y. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.
- TUFURI, M. **Projeto e utopia**. Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- VELHO. G. (Org.). **Antropologia urbana**: cultura e sociedade no Brasil e Portugal. Rio de Janeiro. Zahar, 1999.
- \_\_\_\_\_. **A utopia urbana; um estudo de antropologia social**. Rio de Janeiro. Zahar, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro. Zahar, 1994.
- VILLAVERDE, S. **Da natureza do espaço ao espaço da natureza**: reflexões sobre a relação corpo-natureza em parques públicos urbanos. Campinas, 1999. Dissertação (Mestrado) - Unicamp.
- VIOLA, E. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**. São Paulo; Florianópolis: Cortez/UFSC, 1995.
- YÁZIGI, E. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2001.